

LUANDA REJANE SOARES SITO

***“Ali tá a palavra deles”*: um estudo sobre
práticas de letramento em uma comunidade
quilombola do litoral do estado do Rio Grande
do Sul.**

**Dissertação apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem, da Universidade
Estadual de Campinas, para obtenção do
Título de Mestre em Linguística Aplicada.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angela B. Kleiman

**CAMPINAS
2010**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Si87a

Sito, Luanda.

Ali tá a palavra deles: um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do estado do Rio Grande do Sul / Luanda Rejane Soares Sito. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador: Angela Del Carmen Bustos Romero de Kleiman.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Letramento. 2. Quilombos. 3. Conflito social. 4. Escrita I. Kleiman, Angela. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

hb/iel

Título em inglês: "Ali tá a palavra deles": a study about literacy practices in a black community.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Literacy; Quilombos; Social conflict; Writing.
Área de concentração: Língua Materna.

Titulação: Mestre em Linguística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Angela Del Carmen Bustos Romero de Kleiman (orientadora), Profa. Dra. Terezinha de Jesus Machado Maher e Profa. Dra. Cláudia Vóvio. Suplentes: Profa. Dra. Marilda Cavalcanti e Prof. Dr. Pedro de Moraes Garcez.

Data da defesa: 16/04/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada.

LUANDA REJANE SOARES SITO

“Ali tá a palavra deles”: um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do estado do Rio Grande do Sul.

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 16/04/2010.

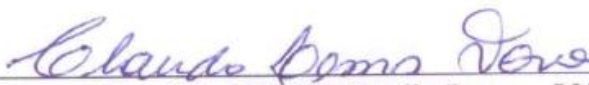
BANCA EXAMINADORA:



Angela Del Carmen Bustos Romero de Kleiman
Presidente/Orientador(a)
IEL/UNICAMP



Prof(a). Dr(a). Terezinha de Jesus Machado Maher



Prof(a). Dr(a). Claudia Lemos Vóvio

IEL/UNICAMP
2010

Às lindas mulheres negras de minha família
que me ensinaram a viver com muito amor,
em especial a minha mãe, Mariúza, minha
avó, Terezinha, e minha irmã, Laura.
Dedico este trabalho aos meus avós, que
sempre confiaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos moradores da comunidade quilombola de Casca, com quem tanto aprendi sobre a história da população negra de meu estado. Agradeço, em especial, a todos aqueles que participaram de alguma forma deste trabalho, entre eles dona Ilza, seu Diosmar, seu Quincas, Joaquim, Alvina, Berenice, Daiane, Carla, Roberto, Rosimeri, Tita, seu Otacílio e dona Laurinda (pelas horas de conversa e acolhida), e dona Ieda e Alceu pelo gentil empréstimo dos cadernos pessoais seus e de sua família.

À professora Angela Kleiman, orientadora desta dissertação, pela sensibilidade e generosidade acadêmica destinada ao longo desses dois anos. Mais do que uma orientadora, foi uma parceira incansável na compreensão dessa realidade que eu buscava entender e mostrar neste texto.

Às professoras Cláudia Vóvio e Tereza Maher, pela leitura atenciosa e demais contribuições no percurso do mestrado. Aos professores do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do IEL/UNICAMP, que contribuíram na tessitura deste texto, assim como aos técnicos da Secretaria do PPG. Aos professores e amigos que participaram da germinação deste trabalho, na UFRGS, Ana Zilles, José Carlos dos Anjos e Pedro M. Garcez.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de mestrado concedida, que possibilitou a realização desta pesquisa.

A todos os amigos e parceiros do Grupo *Interação Social e Etnografia*, da UFRGS, que acompanharam meus primeiros passos. Em especial, Catílcia, Lia, Letícia, Luciana, Paloma e Paola. E aos do Grupo *Letramento do Professor*, da UNICAMP, que participarem do desenvolvimento deste trabalho nos últimos dois anos e foram leitores-participantes deste texto: Analu, Carol, Clécio, Glícia, Júlia, Marília e Paula. Somo a este grupo os amigos do Programa de Extensão Comunidades Quilombolas, da PREAC/UNICAMP, Antônio Alves, Daniel Tebaldi, Celso Lopes e Luísa Alonso.

Ao carinho e acolhimento de minha família, os quais, mesmo a distância, foram fundamentais em minha trajetória. Às *amigas* Junara Ferreira, Kelly Moraes, Laura López, Luciane Dartora, Mariana Selister e Tatiana Rodrigues. Aos amigos José Carlos Rodrigues,

Marina Rodrigues, Marcelo Mello, Paulo Sérgio da Silva, Rita Camilão, Ubirajara Toledo (entre outros), do IACOREQ, com os quais constituí fortes laços de carinho, na vida íntima e política, ainda em Porto Alegre. E a todos novos amigos que se somaram no meu novo cotidiano em Campinas, principalmente a Ana Laura Lobato, Claudiomiro Vieira, Edwar Torres, Elias Ribeiro, Fernanda Garcia, Márcia Niederauer, Patrícia Lora, e aos da moradia estudantil. A Juan Carlos Agudelo por sua companhia e carinho infinitos, e também *por su amor en portugués y en español*.

“Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. Confirmou desde o início o que líderes negros do século XIX bem sabiam – o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes.” (bell hooks, Intelectuais negras, 1995)

RESUMO

Esta dissertação descreve e analisa práticas de letramento de lideranças de uma comunidade quilombola do litoral gaúcho em um contexto de diálogo com o poder público, em decorrência da legislação das terras quilombolas – o artigo 68 da ADCT/CF de 1988. Para acessarem ao título de suas terras, moradores dessa comunidade passaram a ter de interagir com agentes do Estado por meio de situações de uso burocratizado da escrita, diferentes daquelas de sua prática cotidiana, o que acarretou mudanças em suas práticas de letramento. Alinhada à postura crítica e transdisciplinar da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006), a pesquisa está baseada na orientação teórica e epistemológica dos Estudos de Letramento (HEATH, 1982; STREET, 1984; KLEIMAN, 1995), na concepção dialógica e social de linguagem do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 1988, 2003; BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995) e na perspectiva analítica da Sociolinguística Interacional (RIBEIRO; GARCEZ, 2002). Nessa abordagem social e etnográfica, os usos sociais da escrita são compreendidos como práticas sociais constituídas situadamente, as quais, neste trabalho, mostram como se constituíram as relações de poder nas diferentes práticas de letramento analisadas. A metodologia de investigação seguiu uma orientação qualitativa de pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006), desenvolvida com cunho etnográfico. O trabalho de campo envolveu observação participante e entrevistas semi-estruturadas, gravação audiovisual de eventos com os participantes da pesquisa e análise documental, gerando dados que abrangem tanto situações de uso de escrita quanto textos produzidos por membros da comunidade. A análise propõe que as estratégias discursivas para interagir com o Estado repercutiram em mudanças nos suportes e gêneros de suas práticas de letramentos vernaculares, tais como: i) os “caderninhos”, que inscreviam os gêneros discursivos autogerados que circulavam no cotidiano local, passaram a inscrever gêneros da esfera de luta quilombola; ii) as atas, um gênero que foi inserido em resposta à exigência (da entidade jurídica) no diálogo com o Estado, passaram a ser constituintes das práticas de letramento da comunidade. Além disso, nos encontros institucionais de que participaram as lideranças quilombolas, estratégias de uso da escrita foram criadas para lidar com os conflitos vivenciados nessas zonas de contato, nas quais tentavam dialogar com o Estado na busca de seus direitos que foram ignorados.

Palavras-chaves: Letramento; Quilombos; Conflito social; Escrita.

ABSTRACT

This work describes and analyzes literacy practices of leaders in a “quilombola” community situated in the coastal region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, in a context of interaction with public officials so as to regularize land ownership in accordance with article 68 of “Constitutional Act of Transitional Provisions of the Federal Constitution of 1988”. To gain title to their lands, the community's residents started to interact with State agents in situations in which the bureaucratic usages written language differed from those of their daily practices, bringing about changes in their literacy practices. Aligned to the critical and “transdisciplinary” perspective of Applied Linguistics (MOITA LOPES, 2006), the research follows the theoretical and epistemological orientation of the New Literacy Studies (HEATH, 1982; STREET, 1984; KLEIMAN, 1995), the Circle of Bakhtin’s dialogical and social conception of language (BAKHTIN, 1988, 2003; BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995) and the analytic approaches of Interactional Sociolinguistics (RIBEIRO; GARCEZ, 2002). The New Literacy Studies’ social and ethnographic approach proposes that the social uses of writing are situational. In this work, we show how the power relationships were constituted in the different literacy practices. The investigation’s methodology qualitative in orientation (DENZIN; LINCOLN, 2006), and uses ethnographic methods of participant observation and semi-structured interviews, besides audiovisual recording of literacy events and documental analysis. The field work involved the observation of: meetings in the Community Association, festival and political events organized by the quilombolas, as well as visits to families of the community. Our analysis proposes that discursive strategies in order to interact with the State government resulted in changes in the written genres and supports of their vernacular literacy practices such as: that were i) the notebooks for their everyday commercial registers - started to record activities related to their struggle for the quilombola lands; ii) meeting minutes, - a genre that was acquired in response to state demands in order to establish a juridical dialogue regarding land ownership became part to of the vernacular literacy practices of the community. In the institutional encounters in which the leaderships participated, strategies for using the written language were created in order to deal with the conflicts originating of those state-quilombola contact zones, in their efforts to dialogue with the State to ensure that their rights to the land were not ignored.

Key words: Literacy; Quilombos; Social conflict; Writing.

Listas de Figuras

Lista de Figuras		
Figura 1	Testamento de Casca.....	86
Figura 2	Bilhete para aviso de uma reunião da diretoria.	114
Figura 3	Página caderno de seu Negrinho.....	119
Figura 4	Página caderno de seu Negrinho.....	120
Figura 5	Página caderno de dona Ieda (registro pagamento de impostos)	122
Figura 6	Página caderno de dona Ieda (recibos de pagamentos)	123
Figura 7	Página caderno de dona Ieda (lista de aniversário)	124
Figura 8	Página caderno de dona Ieda (receita)	125
Figura 9	Página caderno de dona Ieda (registro de venda no quiosque)	127
Lista de Fotografias		
Foto 1	Bar de uma das famílias da comunidade.....	102
Foto 2	Escritos estavam dispostos nas paredes de uma das casas da comunidade.....	103
Foto 3	Dona Ieda lendo um jornal antigo, deixado na Associação	104
Foto 4	Página de um “caderninho” local.....	106
Foto 5	Redação da ata durante reunião realizada na sede da Associação Comunitária...	113
Foto 6	Senhor Manoel lê a reivindicação das comunidades quilombolas do litoral	145
Foto 7	Senhor Manoel fala em nome das comunidades quilombolas do estado	145
Lista de Gráfico		
Gráfico 1	Escolaridade dos moradores acima de 6 anos de idade	71
Lista de Mapas		
Mapa 1	Estado do Rio Grande do Sul.....	67
Mapa 2	Localização da comunidade no município de Mostardas.....	67
Lista de Quadros		
Quadro 1	Dimensões dos gêneros do discurso.....	24
Quadro 2	Relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e gêneros do discurso	117

Listas de Siglas

ADCT/CF	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAPEU	Fundação de Amparo à Pesquisa
FCP	Fundação Cultural Palmares
IACOREQ	Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NUER	Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Convenções de Transcrição¹

“aaa”	(texto reportado)	discurso reportado
‘aspas’	(texto lido)	leitura de texto
.	(ponto final)	entonação descendente
?	(ponto de interrogação)	entonação ascendente, como uma pergunta
,	(vírgula)	entonação de continuidade
-	(hífen)	marca de corte abrupto
↑↓	(flechas para cima e para baixo)	alteração de timbre (mais agudo e mais grave)
::	(dois pontos)	prolongamento do som
nunca	(sublinhado)	sílaba ou palavra enfatizada
PALAVRA	(maiúsculas)	fala em volume alto
°palavra°	(sinais de graus)	fala em voz baixa
>palavra<	(sinais de maior do que e menor do que)	fala acelerada
<palavra>	(sinais de menor do que e maior do que)	fala desacelerada
hh	(série de h’s)	aspiração ou riso
.hh	(h’s precedidos de ponto)	inspiração audível
[]	(colchetes)	fala simultânea ou sobreposta
=	(sinais de igual)	elocuções contíguas
(2,4)	(números entre parênteses)	medida de silêncio (em segundos e décimos de segundos)
(+++)	(sinal de adição)	pausa longa, quando o tempo não é escopo de análise
(.)	(ponto entre parênteses)	micropausa, até 2/10 de segundo
()	(parênteses vazios)	segmento de fala que não pôde ser transcrito
(palavra)	(segmento de fala entre parênteses)	transcrição duvidosa
((olhando para o teto))	(parênteses duplos)	descrição de atividade não-vocal, comentário do analista

Observação: Os nomes utilizados nas transcrições são todos reais, tendo em vista os objetivos do trabalho e conforme acordado com os participantes da pesquisa.

¹ As convenções das transcrições são, em sua maioria, as mesmas da escrita convencional, acrescidas das convenções descritas neste quadro. Elas foram adaptadas das instruções para submissão de artigos ao periódico especializado *Research on Language and Social Interaction* (Lawrence Erlbaum) e também estão baseadas nas convenções utilizadas em Kleiman (2001) e Kleiman e Matencio (2005).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 MINHA INSERÇÃO NA LUTA QUILOMBOLA	4
1.2. QUESTIONANDO O(S) PAPEL(IS) DA ESCRITA.....	6
1.3. OBJETIVOS E PERGUNTAS.....	8
1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	9
2. UM OLHAR LINGÜÍSTICO-ANTROPOLÓGICO SOBRE OS USOS DA ESCRITA	11
2.1. UMA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM PARA A ABORDAGEM DOS LETRAMENTOS	12
2.1.1. <i>A abordagem sociocultural dos Estudos de Letramento.....</i>	17
2.2. PRÁTICAS DE LETRAMENTO E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	24
2.3. OS ENCONTROS FACE A FACE NA SOCIOLINGÜÍSTICA INTERACIONAL	35
2.4. OPÇÕES ÉTICO-POLÍTICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	39
3. HISTÓRIA, LEGISLAÇÃO E COMUNIDADE NEGRA: FATOS HISTÓRICOS SOBRE TERRAS E EDUCAÇÃO	49
3.1. IDENTIDADE E BUROCRATIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE TITULAÇÃO	49
3.1.1. <i>Legislação e seu impacto em números.....</i>	54
3.2. POLÍTICAS DE DIÁLOGO DO/COM O ESTADO.....	58
3.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE PARTICIPANTE DA PESQUISA	64
4. A REFRAÇÃO NO “QUILOMBO”: UMA COMPLEXA ARENA DE DISPUTAS.....	75
4.1. “QUILOMBO”: UM TERMO REPLETO DE SENTIDOS	75
4.2. ERA MAIS DO QUE LIDAR COM A ESCRITA: TORNANDO-SE QUILOMBOLA	83
4.2.1. <i>Estórias inscritas e escritas.....</i>	84
4.2.2. <i>A luta pela terra: um espaço de (trans)formação.....</i>	89
5. “ALI TÁ A PALAVRA DELES, NÉ?”: ESCRITA E CONFLITOS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA EM CASCA	99
5.1. AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO COTIDIANO DE CASCA	99
5.2. A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA QUITÉRIA... E DE QUE DOCUMENTOS NECESSITAMOS AGORA?	109
5.2.1. <i>Apropriando-se dos usos de escrita exigidos na luta quilombola.....</i>	116
5.2.1.1. <i>Incorporação da esfera política na produção escrita local.....</i>	117
5.2.1.2. <i>“Eu anoto tudo”: apropriação no uso das atas.....</i>	128
5.3. DIÁLOGO E CONFRONTOS INTERCULTURAIS EM UM ATO PÚBLICO.....	141
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	157
ANEXOS.....	169

1. Introdução

“embora seja o título um título coletivo, né?, que é da associação, mas pelo menos tem ali, tu vai ali pegar o papel, está pronto, está comprovando tu mora aqui, né? é o título, é tu mora aqui, tu tem direito” (*Ilza Mattos, vice-presidente da Associação Comunitária Dona Quitéria*)

Calombo? Carombola? Ah, quilombola! Asserções que eu sempre ouvia de moradores vizinhos nas visitas que fazia às comunidades quilombolas do interior gaúcho. Elas denunciavam a falta de familiaridade do seu entorno com o termo, bem como um estranhamento frente à história dessas comunidades. No final dos anos 1990, a região sul do Brasil teve sua primeira comunidade remanescente de quilombo reconhecida: Casca. Sua história contrariava tanto o mito da branquitude da região sul – havia um quilombo no Rio Grande do Sul! -, quanto ressignificava o conceito histórico de “quilombo”, pois as terras não existiram enquanto um refúgio de escravizados, mas sim foram doadas por meio de um testamento a esses moradores que se tornaram livres pelo mesmo documento que lhes legou as terras.

A comunidade quilombola de Casca – nome que se deve aos sambaquis ou casqueiros² existentes na região – está localizada em uma área rural do município de Mostardas, situado no litoral do Rio Grande do Sul. No século XVII, as terras da fazenda eram propriedade de um casal português que não teve filhos. No ano de 1826, com a morte

² Na área litorânea da comunidade há presença de sambaquis, palavra tupi, *tamba'ki*, que significa "monte de conchas". Os sambaquis - também conhecidos como concheiros, berbigueiros ou casqueiros – são depósitos construídos pelo homem constituídos por materiais orgânicos, calcáreos e que, empilhados ao longo do tempo e sofrendo a ação de chuvas, acabam por sofrer uma fossilização química. São comuns em todo o litoral do Atlântico.

do marido, Dona Quitéria do Nascimento legou parte de suas terras, em testamento, para os doze escravos da fazenda, os quais naquele momento tornaram-se livres e proprietários da terra, que ficaria em usos e frutos para seus descendentes. No entanto, o testamento foi contestado por muitos anos, restando à comunidade, após inúmeras disputas pela terra, recorrer à legislação de titulação quilombola, no ano de 1996, para garantir o que lhe tinha sobrado.

Atualmente, os moradores dessas terras são, em sua grande maioria, descendentes dos herdeiros (antes escravizados) que receberam o testamento na época. Estão organizados politicamente a partir de uma Associação quilombola – a Associação Comunitária Dona Quitéria –, na qual realizam eventos culturais e suas reuniões e eventos acerca da titulação da terra. As diretorias são constituídas por membros da comunidade, com especial participação dos idosos. Sua eleição, regida pelo Estatuto da Associação, é realizada em Assembléia Geral a cada dois anos e organizada pelos sócios da Associação Comunitária. São justamente esses herdeiros que foram convidados a participar desta pesquisa para nos ajudar a entender como se desenvolveram suas relações com a escrita em seu histórico de luta pela terra.

O pano de fundo deste trabalho é o processo de implementação da política de regularização dos territórios das comunidades quilombolas, que despontou no estado do Rio Grande do Sul, no final da década de 1990. Nesse processo, tentativas de diálogo com as instituições públicas por parte das lideranças desses territórios não tiveram muito sucesso. Trabalhos nesse campo (CENTENO, 2009; SILVA, 2007) demonstram que mesmo com um aparato³ institucional – por meio de um artigo constitucional, de uma legislação infraconstitucional, de um setor administrativo responsável e de uma equipe de técnicos especializados –, as instituições estatais não têm efetivado a política pública para quilombolas; seja pelo modelo de Estado ou pela atuação de diferentes mediadores nesse processo. Além disso, a polissemia do conceito de “quilombo” suscita um questionamento constante na esfera de disputa da titulação sobre o que são de fato as comunidades quilombolas. Em síntese, as perguntas giram em torno da definição desse conceito, como segue:

³ Entendido como um conjunto de instrumentos para a realização de determinados objetivos.

afinal, são as comunidades patrimônio cultural? Perguntam-se estudiosos e Instituições ligadas ao Patrimônio Nacional. São focos de resistência e, portanto, da luta anti-racista? Perguntam os movimentos sociais negros. São objetos de Políticas Públicas e de Direitos Sociais? Debatem legisladores e gestores. E os antropólogos a questionar: Quem são esses “novos” sujeitos sociais? Que identidade étnica é esta? Isso é etnogênese, sujeitos construindo sua própria história? (RODRIGUES, 2006, p. 35)

Dentro desse jogo de disputas pela própria definição do que é “quilombo”, os sujeitos, ao se autoafirmarem quilombolas, inserem-se em um cenário junto a outros atores. Passam, com isso, a interagir em situações de uso da escrita diferentes das situações de sua prática cotidiana, o que acarreta mudanças em suas formas de lidar com a linguagem. Em diálogo com outros estudos sobre comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul (CENTENO, 2009; SILVA, 2007; RODRIGUES, 2006; ANJOS; SILVA, 2004) e com estudos sobre letramento da população negra (SOUZA, 2009; BORGES, 2007, ALMEIDA, 2009), esta dissertação de mestrado tem por objetivo descrever e analisar práticas de letramento vivenciadas por lideranças da comunidade quilombola de Casca, em um processo emergente de luta pela terra ao longo de um contexto de diálogo com o poder público, em decorrência da legislação das terras quilombolas.

Esta investigação, de cunho etnográfico e de base metodológica qualitativa, está inserida no Grupo *Letramento do Professor*⁴. A filiação deste trabalho ao Grupo se dá pelos interesses deste em (re)conhecer as práticas sociais de uso da escrita tanto em contextos escolares quanto não escolares. Situado na linha de pesquisa *Letramento*, este estudo visa a entender melhor como se (re)constituem práticas de letramento em um contexto não escolar, observando os impactos e os efeitos dos usos da escrita em situações de contato e confronto intercultural para as lideranças quilombolas participantes desta pesquisa⁵.

Com enfoque na interação, utilizei a perspectiva de linguagem bakhtiniana e a Sociolinguística Interacional, com a finalidade de entender as práticas de letramento que emergiram e se modificaram ao longo do processo de regularização territorial ocorrido na

⁴ O Núcleo de pesquisa *Letramento do Professor*, criado em 1991, é coordenado pela Profa. Dra. Angela Kleiman e conta com pesquisadores de várias instituições brasileiras, como UNICAMP, PUC-MG, UNITAU, UNEB, UFRN, UFSCar, UNIFESP, a ONG Ação Educativa, entre outras.

⁵ A relação com a formação do professor é melhor explicitada na seção 1.2 deste capítulo.

comunidade quilombola de Casca. Por conseguinte, a análise das práticas de letramento, neste trabalho, teve como objeto tanto a interação face a face em eventos de contato com atores externos quanto textos escritos produzidos no local.

A metodologia do trabalho, informada pelos estudos aplicados no campo da linguagem, visou a aproximar-se ao máximo possível do olhar dos participantes da pesquisa e construir junto a eles compreensões sobre a situação social que vivenciavam. Embora a seleção dos dados e a tessitura do texto sejam realizadas pela pesquisadora, é importante apontar que é feito em diálogo com demandas⁶ negociadas junto ao grupo.

Por certo, a composição deste texto se dá a partir de diversos olhares, pois “o que é específico no mundo social, é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo homem, que interpreta e re-interpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades” (MOITA LOPES, 1994, p. 331). Por isso, parti de uma perspectiva interpretativista de pesquisa que, além de direcionar o foco para “aspectos processuais do mundo social” (*ibid.*, p. 332), assume um compromisso político com seus participantes: o de registrar um pouco de sua história, o que procurei fazer nos próximos capítulos.

1.1 Minha inserção na luta quilombola

No ano de 2004, ingressei no Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ), uma organização não-governamental (ONG), a convite de um professor do departamento de Sociologia da UFRGS⁷, para realizar um trabalho de assessoria política às comunidades quilombolas a partir do movimento social negro. Na semana seguinte, eu estava participando das reuniões do grupo e inteirando-me do seu trabalho, realizado desde o ano de 1999. Dessa maneira, comecei a participar dos

⁶ Quando o projeto de mestrado foi apresentado à comunidade, uma das demandas levantadas como um possível retorno para o grupo foi a escrita da história da comunidade.

⁷ Professor Dr. José Carlos dos Anjos, discutia os conceitos de raça e território, tanto via academia (pesquisa e extensão) quanto via movimento social.

debates realizados sobre a luta quilombola, que vinha ganhando muita visibilidade nas esferas política e acadêmica.

Também nesse ano, como aluna da graduação em Letras, cursei a disciplina de Linguística & Ensino⁸, na qual tive a oportunidade de ler e discutir pesquisas da área da Linguística Aplicada, dentre elas os Estudos de Letramento. Com as provocações suscitadas pelas leituras da disciplina sobre o tema do uso social da escrita e com a experiência junto aos quilombos, aliei os questionamentos de pesquisas que discutia em aula à realidade que vivia nas atividades de assessoria política, desenvolvendo um projeto de iniciação científica (SITO, 2006a, 2006b), cujo objetivo era entender as maneiras como as pessoas em Casca utilizavam a língua escrita em seu cotidiano.

No ano de 2005, participei de dois grandes projetos desenvolvidos pelo IACOREQ. O primeiro deles, um convênio das organizações do movimento social negro, “ONG Palmares” e “Angola Janga”, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pretendia realizar oficinas em comunidades quilombolas reconhecidas⁹ para formar lideranças comunitárias e explicar a legislação e os trâmites para a titulação quilombola. Nesse projeto, tive a oportunidade de conhecer um grande número de quilombos gaúchos que se lançavam na construção de suas Associações Comunitárias¹⁰ – necessárias à titulação - e iniciando o processo de regularização de suas terras. O segundo projeto, *Pesquisa e mobilização social por uma sociedade sem racismo*¹¹, dizia respeito à formação política de lideranças quilombolas. Desenvolvido em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e à Extensão Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (FAPEU/UFSC), tinha como objetivos assessorar a Associação Comunitária Dona Quitéria, e auxiliar na elaboração de um parecer técnico complementar ao relatório

⁸ Disciplina ministrada pelos professores Dra. Ana Maria S. Zilles e Dr. Pedro M. Garcez, na Graduação do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 2004.

⁹ Comunidades que receberam a certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e/ou já possuem processos de reconhecimento no INCRA, ainda que não possuam o título da terra.

¹⁰ A constituição das Associações Comunitárias é uma exigência do Decreto 4887 de 2003 (que regulamenta a titulação) para que as comunidades sejam representadas por suas Associações legalmente constituídas ao longo do processo de titulação.

¹¹ Este projeto foi realizado a partir do convênio entre a FAPEU/UFSC e o IACOREQ, a quem agradeço a oportunidade pela inserção no campo da luta quilombola.

socioantropológico¹² realizado na comunidade, ambos com a finalidade de contribuir para regularizar a titulação das terras.

Junto ao IACOREQ, atuei em oficinas de informação sobre o processo de titulação quilombola e de formação de lideranças com comunidades já reconhecidas pelo INCRA, localizadas no litoral do Rio Grande do Sul. As oficinas consistiam em encontros nas comunidades para discutir a necessidade da Associação Comunitária local e dar a conhecer as documentações legais necessárias para garantir-lhes o direito a terra, com base no artigo 68. Essas oficinas, constituídas por encontros com os moradores locais na sede da Associação para conversas sobre a titulação e para leitura e produção de alguns documentos, visavam também ao domínio da documentação e da produção escrita necessárias para estabelecer a Associação. No planejamento geral das atividades, o objetivo principal era realizar atividades para a construção das Associações Comunitárias, tendo também como foco o fortalecimento da autoestima quilombola, tanto dos adultos como das crianças. Essas atividades tinham duração semestral, com visitas às comunidades todos os finais de semanas.

A partir dessas atividades de formação de lideranças comunitárias, realizadas pelo grupo junto às Associações Quilombolas, fui percebendo a relevância dessa luta e a beleza da história de cada pessoa ali presente para garantir seu território, onde suas histórias estavam inscritas. Durante minha participação nessas atividades, comecei a centrar meu interesse na constituição das Associações Comunitárias e na emergência de práticas de escritas decorrentes desse processo.

1.2. Questionando o(s) papel(is) da escrita

Minha aproximação com as lideranças do quilombo de Casca se deu a partir da participação no projeto *Pesquisa e mobilização social por uma sociedade sem racismo*.

¹² O relatório socioantropológico, a ser discutido no terceiro capítulo, é uma peça técnica do processo de regularização da posse das terras, que compõe o Relatório Técnico de Delimitação e Identificação – o RTDI.

Com base na realização de oficinas, entrei em campo por meio de atividades realizadas na sede da Associação, num primeiro momento, que tinham a finalidade de compartilhar informações sobre mobilização política, organização associativa e a própria titulação quilombola. Depois, nesses encontros, trocávamos informações sobre a sua história e, assim, fui conhecendo mais o processo que essas lideranças viviam para conseguir o título de suas terras. Quanto mais eu conhecia sua história, melhor percebia que o início dessa luta era mais antigo. Participava cada vez mais dos eventos políticos junto às lideranças da comunidade, tais como reuniões com o INCRA, com o próprio IACOREQ, com representantes da prefeitura e do governo do estado. Acompanhava esses eventos sempre observando, especialmente, as interações mediadas pela escrita que eram vivenciadas pelas lideranças, registrando em notas de campo.

Na medida em que acompanhava o reconhecimento de outras comunidades quilombolas do estado, a história de Casca diferenciava-se: suas terras haviam sido legadas, antes da abolição da escravatura, através de um termo jurídico; mesmo assim até os dias de hoje o território continuava ameaçado. O caso de Casca ilustrava como, historicamente no país, um documento jurídico perde sua legitimidade de garantir os direitos de grupos marginalizados e, com mais intensidade, para aqueles que têm o corpo marcado pelo racismo.

Enquanto a comunidade de Casca se distinguia, por seu perfil rural, de minha experiência de vida no meio urbano na capital do estado, o histórico de luta dessas lideranças negras, tanto por suas terras quanto contra o racismo local, aproximava-nos pela experiência da resistência¹³. E foram justamente essas semelhanças e diferenças que me tocaram e me despertaram para esse cenário (novo para os meus olhos) de luta negra: o das

¹³ Minha trajetória no Movimento Social Negro começou com a participação em um projeto de curso pré-vestibular popular para estudantes negros carentes – o Curso Superação –, em 2002, como professora e depois na coordenação do curso. Após essa experiência, passei a participar de diversas atividades anti-racistas dentro e fora da Academia. Durante a graduação, atuei em dois projetos de extensão que se destacaram nesta temática: *Programa Educação Anti-racista no cotidiano escolar*, desenvolvido pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, e o *Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas*, desenvolvido por estudantes universitários e integrantes do movimento social. E, desde 2004, integro o Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescente de Quilombos.

comunidades quilombolas. E essa experiência mudava o próprio modo de olhar para o meu estado¹⁴.

Ao mesmo tempo, minha formação no curso de Letras, em andamento, provocava conflitos entre o que via nos eventos políticos da luta quilombola e o que via no currículo no qual estava sendo formada. Minha percepção era de que as demandas de escrita que eram vivenciadas por essas lideranças estavam muito distantes do instrumental que recebia na Universidade para o ensino da escrita. Ou seja, o que faria se fosse posta a ensinar essas lideranças a dar conta das situações de uso da escrita que viviam? Qual seria a justificativa que eu construiria para tornar a aprendizagem da escrita relevante? Manteria os tradicionais objetivos de ensinar leitura para ler literatura e para ter prazer com a leitura? Seria para eles conhecerem o mundo (qual mundo)? E como discutiria sobre os anos em que um escrito – um testamento – teve pouca força legal para lhes garantir as terras? Essas perguntas, junto a leituras do campo aplicado dos estudos da linguagem, levaram-me a pensar como poderia entender esse contexto de uso da escrita. Nesse momento, o objetivo traçado foi de entender como o uso da escrita era vivenciado em meio a esse novo processo: a emergência quilombola.

1.3. Objetivos e perguntas

Para analisar as práticas de letramento no processo de regularização territorial em Casca, tracei os seguintes objetivos específicos: i) analisar o processo gradual de empoderamento dos sujeitos, apoiados tanto em práticas de letramento locais (as que já praticavam) quanto em práticas de letramento globais das instituições do poder, ii) entender como a Associação Comunitária se constitui em uma agência de letramento na comunidade; e iii) descrever e analisar os eventos de letramento que ocorrem nesse contexto,

¹⁴ Trabalhos como de Maestri (2006), no Rio Grande do Sul, e Leite (1996), em Santa Catarina, vêm desmistificando o mito da branquitude na região sul do Brasil ao mostrar a presença da população negra nessa região e revelar aspectos de suas relações raciais.

principalmente no âmbito da Associação Comunitária, considerando as relações de poder que se constituem na instituição local. As perguntas que guiam esta pesquisa são:

1. Como se dá o processo de mudanças de práticas de letramento decorrentes do processo de titulação das terras?

1.1. Que práticas de letramento e gêneros emergem da luta pela terra nesse novo contexto de diálogo com o poder público a partir da legislação das terras quilombolas?

1.2. Que estratégias argumentativas e interacionais são criadas pelas lideranças de Casca para interagir com os agentes públicos, externos à comunidade, nas novas práticas de letramento decorrentes do processo de titulação?

1.3. Quais sinais de conflito, de conformação e/ou de resistência são perceptíveis nas práticas de letramento emergentes desse contexto por parte das lideranças quilombolas nesse processo de titulação?

2. Em que medida esse processo de reivindicação da terra, via escrita, envolve questões de identidade?

O corpus de análise desta pesquisa é formado por dados gerados por meio de entrevistas, observações participantes, gravação em vídeo de eventos públicos e documentos escritos produzidos no local. O objeto da análise são as interações com textos escritos, tanto as situações de uso da escrita e os textos, quanto os discursos sobre elas, os valores e os sentidos constituídos localmente sobre os usos. Essa análise pretende mostrar, a partir de discursos orais e escritos, como as lideranças quilombolas da comunidade de Casca estão vivenciando esse processo de luta por seu território.

1.4. Estrutura do trabalho

Para apresentar a descrição e as análises feitas ao longo desta pesquisa, estruturei o trabalho da seguinte forma. Neste **primeiro capítulo**, apresentei as bases iniciais do trabalho, descrevendo a forma como cheguei a este tema, estabeleci relações

com a comunidade e construí as perguntas de pesquisa, contando sobre os primeiros contatos com a luta quilombola. Além disso, destaquei a relevância do trabalho e seus objetivos e perguntas de pesquisa.

No **segundo capítulo**, exponho as bases teórico-metodológicas da pesquisa, para apresentar a discussão da qual ela emerge. Discorro sobre a geração de dados e discuto o conceito de linguagem e os principais conceitos de análise utilizados. Além disso, detalho meus pressupostos teóricos aos quais está filiada esta investigação, bem como suas opções ético-político-metodológicas. No **terceiro capítulo**, meu objetivo é trazer para o leitor um pouco da discussão sobre políticas fundiárias, educação e história da população negra no estado, para que seja mais compreensível o cenário da disputa pelas terras e a relevância desta pesquisa. Para isso, apresento as políticas públicas direcionadas para as comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Sul, bem como os efeitos dessas políticas, em números. Finalizo com uma caracterização da comunidade participante da pesquisa.

No **quarto capítulo**, o foco está nos meandros da “questão quilombola”, no que se refere à história e à polissemia do próprio termo “quilombo”, assim como nos conflitos que são vivenciados pelos sujeitos nesse processo de busca do título das terras e de “tornar-se quilombola”. Com base nessa discussão, analiso algumas repercussões da polissemia da palavra “quilombo” dentro do próprio cenário de disputas em que as lideranças quilombolas estão inseridas atualmente. Após ter delineado o contexto sociohistórico da zona de contato na qual interagem as lideranças quilombolas e os agentes institucionais públicos ou de movimentos sociais, analiso, no **quinto capítulo**, o processo de constituição de práticas de letramento das lideranças quilombolas, olhando tanto para os usos de escrita locais e para aqueles que emergiram no contexto político de luta pelo título da terra, quanto para eventos de negociação com agentes externos e as apropriações dos gêneros emergentes nesse processo.

Por fim, no **último capítulo**, apresento minhas considerações finais, buscando responder as perguntas de pesquisa. Aproveito, ainda, para apresentar algumas reflexões decorrentes do trabalho. E, para analisar esse contexto de contatos e confrontos, começo pela apresentação dos Estudos do Letramento, aporte teórico-metodológico que subsidia esta pesquisa.

2. Um olhar linguístico-antropológico sobre os usos da escrita

“não, eu:: eu qualquer lugar que eu chego, eu chego aí eu... sempre tem as picuinha, né? então eu graças a formação e essa convivência principalmente que é a IACOREQ que nos ensinou MUITO e a gente tem uma LÁSTIMA de não ter verba pra poder estar trazendo eles, eu consigo discutir, mas tem muita gente nossa que corre longe porque passa vergonha por causa da humilhação (que eles passa) eles humilha as pessoas, né? eles pa/ eles dão palavras que, né? eu eu to tranquilo aí eu NÃO ACHO LEGAL o nome quilombola, eu não vou dizer pra ti que não, eu não acho legal” (*Alceu, conselheiro fiscal da Associação Comunitária Dona Quitéria*)

Neste capítulo, apresento as perspectivas teóricas a partir da qual desenvolvo esta pesquisa. Primeiramente, discuto a concepção bakhtiniana de linguagem e a perspectiva dos Estudos de Letramento, com foco em conceitos que serão utilizados na análise dos dados: prática, evento e agência de letramento e gênero discursivo. Na segunda seção, abordo esses conceitos em diálogo com trabalhos latinoamericanos sobre práticas de letramento em comunidades minoritárias¹⁵ e com estudos interacionais sobre letramento e identidade, que estão na base da construção das perguntas desta dissertação. Na terceira seção, apresento o instrumental teórico-analítico da Sociolinguística Interacional, utilizado para compreender as interações face a face, em eventos político-identitários analisados. Finalizo com uma reflexão a partir das opções ético-político-metodológica que informaram esta pesquisa.

¹⁵ Para este trabalho, entenderemos comunidades minoritárias por “aquelas populações que estão distantes das fontes de poder hegemônico, embora, algumas vezes, numericamente sejam majoritárias em relação à sociedade ou grupo dominantes”, definição proposta por César e Cavalcanti (2007, p. 45).

2.1. Uma concepção de linguagem para a abordagem dos letramentos

Com a finalidade de descortinar os conflitos vivenciados por lideranças quilombolas em um processo de luta por sua terra, utilizo a orientação teórica e epistemológica dos Estudos de Letramento – uma perspectiva social e etnográfica nos estudos relacionados a usos da língua escrita. Com base nessa abordagem, o foco desta pesquisa se concentra na análise situada de práticas de letramento, ou seja, em seus contextos específicos. E, para isso, desenvolvo este trabalho em uma interface entre áreas como Análise Crítica do Discurso, Antropologia, Linguística Aplicada e Sociolinguística Interacional. Meu interesse está centrado nas práticas sociais de uso da escrita e, para entendê-las, utilizo os pressupostos da etnografia e dos estudos sobre discurso (STREET, 1993).

Para que a pesquisa das práticas de letramento resulte em um entendimento da linguagem em uso, se faz necessária a conjugação de diferentes áreas. Essa interface contribui para que se possa olhar a complexidade das práticas sociais de uso da língua. Com diferentes pontos de vista, o único consenso é de que a linguagem não é neutra. Ao analisar as disputas que ocorriam ao longo de um processo de titulação de terras quilombolas, as relações de poder que se estabeleciam ressaltavam a relevância de entender esse processo a partir dos usos da linguagem, pois tanto as divergências entre os atores envolvidos nessa luta – líderes quilombolas, agentes do Estado, movimentos sociais – no entendimento do significado de “quilombo”, quanto os conflitos emergentes nas tentativas de diálogo existentes, refletiam-se no uso da linguagem. Para analisar criticamente esse cenário, compreendo a linguagem como um lugar de interação e disputas. Essa compreensão toma por base as ideias do Círculo de Bakhtin, para o qual a forma lingüística

sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995, p. 95)

De fato, não dizemos simplesmente por dizer. A enunciação é a projeção de uma posição do sujeito no mundo – de/em algum lugar, em algum momento e para outro. Em palavras bakhtinianas, “a concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva.” (*idem*, p. 103). Esse conceito de linguagem nos possibilita entender que os usos sociais da escrita se concretizam em uma interação, na qual imergem (e emergem de) em um contexto sociohistórico com o qual estão dialogando. Para o Círculo,

o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (*idem*, p. 107)

Nessa concepção ampla de diálogo, o signo passa a significar apenas ao ser proferido e ao vincular-se a outros enunciados, pois as significações não estão dadas no próprio signo, mas sim são “construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais” (FARACO, 2009, p. 51). Faraco sustenta o conceito bakhtiniano de diálogo como uma metáfora para a dinamicidade do universo, que pode ser estendido à ideia de cultura¹⁶, e para o jogo de forças que torna esse universo vivo e móvel. Em síntese, ressalta que a refração¹⁷ é uma concepção muito relevante na teoria bakhtiniana, na medida em que é o modo como a diversidade das experiências históricas dos grupos humanos se inscreve nos signos.

Para essa expansão na concepção de diálogo, cumpre também redefinir a noção de palavra, pois defini-la como plurissemântica não explica como se constitui sua

¹⁶ Ver Laraia (2000) para uma discussão mais detalhada sobre o conceito de cultura.

¹⁷ Serguei Tchougounnikov (2005) desloca-se até a física para explicar o conceito bakhtiniano de refração. Segundo o autor, “o efeito da refração consiste em dispersar, isto é, separar essas radiações (que se distinguem entre elas por seu comprimento de ondas). O fenômeno da dispersão aparece em um feixe de luz branca que é recebido por um prisma. Disso resulta um espectro de luzes coloridas (o branco se refrata em série: vermelho, marrom, azul, violeta).” (p. 19).

multiplicidade de sentidos. Na concepção bakhtiniana, a palavra é uma arena em que se confrontam índices de valor contraditório. O signo definido por Saussure é retomado pelo Círculo, e passa a ser entendido como uma arena de luta: um signo ideológico que reflete e refrata os valores sociais que estão em jogo na interação social.

O exemplo do uso da palavra “quilombo” ilustra bem essa arena. Tomemos essa palavra dita, em meio a uma negociação, por um sujeito que se vê como quilombola exigindo a titulação de sua terra e dita por um sujeito que se identifica enquanto representante de uma instituição responsável pela titulação. Essas diferenças na valoração se dão porque “ali uma única e mesma palavra pode figurar em dois contextos mutuamente conflitantes.” (*idem*, p. 195), como é o caso da questão dos territórios quilombolas. Nas interações entre os atores que circulam nas disputas quilombolas, quando se enuncia “quilombo”, atuam diferentes índices de valor que evidenciam as distintas visões de mundo sobre o que é um território remanescente de quilombo e o que é ser quilombola. Essa é a refração da palavra, que evidencia como “os contextos possíveis de uma única e mesma palavra são freqüentemente opostos” (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995, p. 107),

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, a noção de conflito está intrinsecamente vinculada ao dialogismo. A palavra não é sempre a mesma, pois está sempre em fronteiras. Como destacam os autores:

toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa. Os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto. (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995, p. 107)

Nessa perspectiva de linguagem, toda enunciação efetiva está em resposta a alguma outra, em diálogo, dita a alguém (interlocutor), em algum momento (contexto sociohistórico) e com alguma intenção (acento valorativo). Por isso, para a Bakhtin/Voloshínov (1995), a mudança do acento avaliativo da palavra se dá em função do seu contexto, o que, segundo os autores, foi totalmente ignorado pela linguística (de sua

época). De fato, é a partir da palavra que interagimos boa parte do tempo com os outros. Nesse sentido, entendo que

toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (*idem*, p. 113)

É justamente essa compreensão da linguagem que motiva o intento desta pesquisa: entender os conflitos que ocorrem ao longo de um processo de titulação de terras. Compreendendo a palavra como um território comum e arena de conflitos, busquei conhecer a história de Casca analisando justamente as lutas que se travam nessa arena, por assumir, em acordo com os autores, que “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”, ou seja, “a palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não” (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995, p. 112).

Esse objeto de pesquisa demanda uma revisão no conceito de língua. As mudanças na explicação do fenômeno da língua e a ruptura com o modelo cibernético (WINKIN, 1998; REDDY, 2000), no qual a linguagem funciona como um código a ser enviado como mensagens por emissores para receptores que o decodificarão, possibilitam aos linguistas perceberem o uso da linguagem como uma ação humana (CLARK, 2000). Em decorrência disso, o campo de estudos da linguagem amplia a compreensão e os questionamentos sobre a língua, tomando-a como interação; o que envolve as relações sociais no entendimento do uso da linguagem. Clark (*idem*) constata que “o uso da linguagem é realmente uma forma de ação conjunta, que é aquela ação levada a cabo por um grupo de pessoas agindo em coordenação uma com a outra.” (p. 55).

Dessa forma, sustento que, de forma semelhante à definição do Círculo bakhtiniano, o uso da linguagem – compreendido a partir de uma dimensão sociológica – é entendido como uma ação. Tanto os processos de reflexão e refração bakhtinianos quanto a coordenação das ações de Clark são indissociáveis das relações sociais. Além disso, é possível compreender, por meio da linguagem em uso, as relações identitárias que se

constituem e as disputas que estão em jogo na interação – já que a linguagem sempre pressupõe o outro.

E essa visão sociológica e de ação do uso da linguagem nos permite, em uma investigação em letramento, aliar a perspectiva bakhtiniana à interacional. Conforme Barton e Hamilton (2004) destacam sobre essa conexão entre os dois campos,

os eventos são episódios observáveis que surgem das práticas e são formados por estas. A noção de eventos acentua a natureza “situacional” do letramento com respeito a que esta sempre existe em um contexto social. Esta noção é paralela a certas idéias desenvolvidas na sociolinguística e também, como destacou Jay Lemke, à afirmação de Bakhtin quanto a que o ponto de partida para a análise da língua falada deveria ser “o evento social da interação verbal”, antes que as propriedades linguísticas formais dos textos descontextualizados (p. 114).

Para compreender como os líderes da comunidade de Casca lidam com os usos de escrita que lhes são exigidos para conquistar o título de sua terra, também voltarei minha atenção para a interação entre os sujeitos, para como se dá sua interação com textos e para os próprios textos por eles produzidos. Minha interpretação ponderará tanto o contexto sociohistórico no qual estão inseridas essas interações quanto as alterações que se efetivam nesse contexto, as quais parecem resultar em mudanças nas dinâmicas sociais.

Como ressalto, a significação da palavra será vista da perspectiva da (inter)ação, constituída nos processos de reflexão e refração. Como ressalta Faraco (2009) sobre a dialogicidade, temos de ter em vista que todo dizer não pode deixar de se orientar para o “já dito” ou para a cadeia de enunciação verbal. O enunciado é sempre orientado para uma resposta, pois todo enunciado espera uma réplica. Por esse processo dialógico, o enunciado torna-se internamente dialogizado, sendo uma articulação e um ponto de encontro/confronto entre múltiplas vozes. Em outras palavras, falar com o outro é uma ação, um trabalho entre locutor e interlocutor.

2.1.1. A abordagem sociocultural dos Estudos de Letramento

Ao partir de uma perspectiva sociocultural dos Estudos de Letramento, adoto também uma concepção bakhtiniana de linguagem, justamente por se originar de uma vertente sociológica. Essa perspectiva, consolidada nos anos 1990, segundo Campos (2003), voltou sua atenção para os “processos interacionais existentes entre os sujeitos, passando a entender que as pessoas se apropriam da escrita devido a interesses particulares, relacionados ao meio social em que estão situados” (p. 38).

Nessa vertente sociocultural dos Estudos de Letramento (HEATH, 1982; STREET, 1993, 2001; KLEIMAN, 1995, 1998b; TERZI, 2001; BARTON; HAMILTON, 2004), as práticas de letramento são consideradas práticas sociais plurais e heterogêneas, as quais estão vinculadas às estruturas de poder das sociedades. Dentro dessa vertente, os questionamentos se voltam para como se constroem os significados atribuídos pelos sujeitos a essas práticas. Barton e Hamilton (2004) destacam que o letramento

não reside simplesmente na mente das pessoas como um conjunto de habilidades a serem aprendidas, e não apenas jaz sobre o papel, capturado em forma de texto para ser analisado. Como toda a atividade humana, o letramento é essencialmente social e se localiza na interação interpessoal. (p. 109)

Além disso, essa vertente, inserida no que Street (1984) nomeou *Modelo Ideológico de Letramento*, constituiu-se como uma visão crítica a outras pesquisas sobre escrita que se desenvolviam nas décadas de 70 e 80, caracterizadas pelo autor como *Modelo Autônomo de Letramento*¹⁸. Kleiman (1998b) destaca que, nas pesquisas inseridas neste modelo, as bases ideológicas acerca do letramento são dissimuladas e essa opacidade é devida à natureza do objeto que é estudado, pois investigam “o produto, o objeto escrito,

¹⁸ A principal repercussão dos estudos desenvolvidos dentro do Modelo Autônomo de Letramento foi a representação política da escrita como um fator de divisão social e cognitiva, como podemos ver em alguns trabalhos de Jack Goody (1996). Ao pressupor que a escrita teria sido a causa do desenvolvimento científico, esses estudos implicavam que as sociedades que possuíam escrita eram mais “civilizadas”, sendo a escrita um novo fator de divisão entre as sociedades, chamado de a “Grande Divisão”. Street (1984, p. 5) comprova que o trabalho de Goody (trabalhos dos anos de 1968 e 1977) deslocaria explicitamente a teoria da ‘grande divisão’ entre cultura “moderna” e “primitiva”, que havia sido empregada em teorias antropológicas anteriores, e que é agora desacreditada, pela distinção entre letrado e não letrado.

suas características e seus efeitos aparentes nas pessoas que a usam”¹⁹ e não “as pessoas e o que elas fazem com a escrita quando dela necessitam”²⁰ (p. 186). O ‘ideológico’ contrapõe-se à noção de neutralidade do Modelo anterior e se orienta para as estruturas de poder da sociedade (STREET, 1995).

Em resposta a essa concepção, dentro do *Modelo Ideológico de Letramento*, no qual me pauto nesta pesquisa, a investigação se centra nas práticas sociais específicas de usos de leitura e de escrita. Nesse modelo, assumo que a escrita não tem um significado por si, inerente a ela; mas sim é construída socialmente por convenções e crenças e é desenvolvida dentro de tradições sociais específicas (STREET, 1984, p. 4). A escrita, como linguagem, é constituída em meio aos valores sociais do grupo que a utiliza e está em diálogo com esses valores. Por isso, não entendo que a escrita em si seja a responsável pelas mudanças sociais, mas analiso os usos que os atores realizam e desenvolvem com e por meio dela.

Parto, portanto, da premissa de que o uso da escrita está intrinsecamente envolvido em práticas sociais e relações de poder, o que significa dizer que “as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura mas também das estruturas de poder numa sociedade” (KLEIMAN, 1995, p. 38). O próprio *Modelo Autônomo de Letramento*, entendido como um tipo de letramento (entre outros), permite questionar suas premissas, pois a própria abordagem de neutralidade ao olhar para a escrita pode ser entendida como ideológica em si por isolar a dimensão de poder em suas análises (STREET, 1993, p. 7).

Tomando letramento como conjunto de “práticas sociais que usam a escrita para objetivos específicos, em contextos específicos” (KLEIMAN, 1995, p. 21) e que possuem valores diferentes socialmente, assumo esse modelo para indagar como se constituem as práticas de letramento em um contexto de conflito.

Esse contexto está em consonância com um foco bastante singular que as pesquisas dos Estudos de Letramento, no Brasil, investigaram com afincos: as populações minoritárias e/ou sem acesso à escrita. Nesse campo, destaca-se “o impacto da escrita nas

¹⁹ Tradução minha: “the product, the written object, its characteristics and its apparent effects on the people who use it”.

²⁰ Tradução minha: “people and what they do about writing when they need it”.

idades onde grandes segmentos da população não podem ler ou escrever”²¹ (KLEIMAN, 1998b, p. 184). Ainda na década de 1990, três temas repercutiram nos estudos sobre letramentos: i) a relação entre as práticas de oralidade e letramento, ii) como os não-escolarizados lidavam com as demandas de escrita na sociedade letrada, e iii) a relação entre escolarização, analfabetismo e letramento. Esses temas dialogam com as preocupações da época tanto na esfera escolar, com altos índices de reprovação e as dificuldades apontadas em pesquisas sobre o ensino-aprendizagem da leitura, quanto na esfera política, preocupada com os altos índices de analfabetismo na população. Atualmente, a atenção volta-se para as práticas de letramento escolares e não-escolares.

Uma noção que elucida a análise crítica em contextos de desigualdade é a de *letramentos múltiplos*. Segundo Rojo (2009), as pesquisas no campo dos Estudos de Letramento “têm se voltado em especial para os letramentos locais ou vernaculares, de maneira a dar conta da heterogeneidade das práticas não valorizadas e, portanto, pouco investigadas” (p. 105). Essa noção, segundo a autora, é ainda mais relevante no contexto da escola por ser um espaço de convivência de variadas práticas de letramento – cotidianos e institucionais, valorizados e não valorizados, locais, globais e universais, vernaculares e autônomos. Consequentemente, esses letramentos estão “sempre em contato e em conflito, sendo alguns rejeitados ou ignorados e apagados e outros constantemente enfatizados” (p. 106-7). Rojo analisa que,

o conceito de *letramentos múltiplos* é ainda um conceito complexo e muitas vezes ambíguo, pois envolve, além da questão da multisssemiose ou multimodalidade das mídias digitais que lhe deu origem, pelo menos duas facetas: a *multiplicidade* de *práticas* de letramento que circulam em diferentes esferas da sociedade e a *multiculturalidade*, isto é, o fato de que diferentes culturas locais vivem essas práticas de maneira diferente” (2009, p. 108-9).

Esse conceito envolve, a partir dos princípios da multiculturalidade e da multiplicidade das práticas de letramento, as noções de identidade e poder, voltando-se com isso para como se dá a constituição de práticas de letramento intragrupos e, ao mesmo

²¹ Tradução minha: “the impact of writing in countries where large segments of the population cannot read or write”.

tempo, analisando os diferentes valores para as distintas práticas. Os letramentos locais podem ser entendidos como “os modelos alternativos geralmente orientados para os usos cotidianos, cooperativos da escrita, visando assuntos práticos singulares nas comunidades” (KLEIMAN, 1998a, p. 270). Essas práticas acabam entrando em contato e em conflito com os modelos globalizantes, que muitas vezes “ameaçam” seu status local. Ainda assim, lembro que esses letramentos podem ser mediadores “na aquisição das práticas de letramento oficialmente legitimadas, especialmente em vista dos enormes fracassos dos programas oficiais de alfabetização” (*idem*, p. 270).

Para conhecer as práticas de letramento, é necessário atentar para as situações de uso da escrita. O artigo seminal de Shirley Heath, *What no bedtime story means: narrative skills at home and school*, apresenta um conceito-chave para o campo: *evento de letramento*, definido pela autora como “ocasiões em que a língua escrita é integrante da natureza das interações dos participantes e de suas estratégias e processos interpretativos” (HEATH, 1982, p. 319)²². Esse conceito permite descrever interações em que dois ou mais sujeitos usam a escrita e entender como, em uma situação particular, os participantes estão interagindo a partir de um texto escrito²³.

Em seu estudo, Heath (1982) realiza uma etnografia para conhecer as práticas de letramento de três comunidades na região de Piedmont, na Carolina do Norte, nos EUA. Para isso, descreve eventos de letramento das três comunidades distintas – Maintown, uma comunidade classe média urbana, Roadville, uma comunidade branca de trabalhadores autônomos, e Trackton, uma comunidade negra de operários. Em seguida, compara as diferentes práticas de letramento dos três grupos e as coteja com práticas de letramento escolares. A autora evidencia como as interações entre as crianças e os adultos que as cuidam, no primeiro grupo, assemelham-se muito às práticas de letramento escolares. Entre essas práticas, destaca os diálogos entre crianças e seus cuidadores/pais sobre as histórias

²² Tradução minha: “occasions in which written language is integral to the nature of participants’ interactions and their interpretive processes and strategies”.

²³ Na perspectiva dos letramentos múltiplos, há um trabalho de envolver outras modalidades de linguagens nas análises, como as linguagens visuais, sonoras, gestuais, lançando mão da multimodalidade e de textos multissemióticos, como a mídia, por exemplo.

contadas na hora de dormir e os usos que fazem delas, bem como a aprendizagem do padrão interacional típico de sala de aula – o IRA (Iniciação, Resposta e Avaliação).

Nesta investigação, analiso observações de eventos de letramento, entrevistas sobre esses eventos, documentos que circulam na Associação Comunitária local e interações face a face em eventos conflituos entre os atores envolvidos no processo. Dessa forma, delineada a perspectiva da pesquisa, apresentarei quatro conceitos relevantes na análise de nossa pesquisa: eventos e práticas de letramento, agência de letramento e gêneros discursivos.

Os *eventos de letramento* são encontros interacionais nos quais a escrita é foco do discurso, como, por exemplo, a contação de história para a criança à noite, a discussão de um bilhete, a discussão do conteúdo de um jornal com amigos, a organização de uma lista de compras, a anotação de mensagens de telefone, enfim, atividades da vida diária que envolvam a escrita (JUNG, 2003, p. 61). A análise desses eventos nos possibilita entender o “uso da escrita” como uma maneira de lidar com a linguagem. Segundo Heath (1982), essas maneiras de lidar com as palavras são aprendidas como se aprende a comer, ir ao banco ou ir ao supermercado, enfim, uma prática social. Nesse sentido, o letramento é concebido como práticas discursivas de certo grupo social e as práticas de letramento são determinadas pelas condições efetivas de uso da escrita e de seus objetivos.

Para dar conta das relações de poder envolvidas nas práticas sociais entre os grupos, Street (2001) faz alguns apontamentos sobre a noção de *evento de letramento*. Para ele, essa noção mantém a perspectiva descritiva do termo do qual deriva, “evento de fala”²⁴, do campo da sociolinguística, e, por isso, não abrange análises do campo ideológico das relações entre os grupos sociais. Em suas palavras,

eu tenho empregado a expressão ‘práticas de letramento’ (STREET, 1984, p. 1) como um instrumento para focar ‘as práticas sociais e as concepções de leitura e escrita’, embora eu tenha elaborado mais tarde o termo tanto para dar conta dos ‘eventos’ no sentido de Heath quanto para dar maior ênfase aos modelos sociais de eventos de letramento e práticas de letramento.²⁵ (STREET, 2001, p. 10)

²⁴ Conceito de John Hymes, *Models of the interaction of language and social life*, em (1972).

²⁵ Tradução minha: “I have employed the phrase ‘literacy practices’ (STREET, 1984, p. 1) as a means of focusing upon ‘the social practices and conceptions of reading and writing’, although I later elaborated the

Logo, a noção de *práticas de letramento*, para Street, deve ser entendida como um conceito amplo, que se lança em um nível de abstração e se refere tanto às ações dos sujeitos quanto a conceitualizações por eles elaboradas, ambas relacionadas ao uso de escrita e/ou da leitura (STREET, 1993). Dessa forma, investigar as práticas de letramento envolve o conceito de evento de letramento, ou seja, as situações de uso da escrita, às quais se acrescentariam os valores, as crenças, os discursos sobre a escrita, as atitudes e as construções sociais acerca dessas situações de escrita (JUNG, 2003, p. 63). Em síntese, essas práticas estão imersas (e são expressas) em uma forma de pensar, valorizar, sentir e usar a escrita.

De um ponto de vista metodológico, Soares (2003) defende que o evento de letramento é um constructo que contribui muito para que se possa examinar uma situação particular, na qual os usos e os valores sobre a escrita possam ser investigados. Segundo a autora, são os eventos de letramento que orientam os pesquisadores para construírem conhecimento acerca as práticas de letramento de determinado grupo.

Outro conceito utilizado é a de *agência de letramento*, que pode ser entendida como instituições nas quais se promovem e constituem usos e valores para a escrita. Entre elas estão a família, o trabalho, as organizações e associações educativas ou de lutas políticas, por exemplo; espaços nos quais, em muitas culturas, ocorre a socialização das pessoas com o texto escrito. A descrição de agências de letramento revela que nem toda agência tem o objetivo de democratizar o acesso à escrita. A própria escola é perpassada por conflitos decorrentes das diferenças entre as práticas de letramento valorizadas pela escola e as práticas dos alunos.

Para Zavala (no prelo), a visão de que a prática de letramento escolar é a única forma de usar a linguagem resulta em uma desvantagem para crianças de contextos minoritários. Esse prejuízo decorre de as crianças terem aprendido “a usar a linguagem de maneiras diferentes daquelas que se ensinam na escola” e estarem “em desvantagem

term both to take account of ‘events’ in Heath’s sense and to give greater emphasis to the social models of literacy events and literacy practices.”

quando devem adquirir o tipo de discurso²⁶ expositivo e ensaístico que caracteriza o letramento escolar”. O ensino da escrita na escola nem sempre vem acompanhado da democratização de práticas de uso da escrita; mas, historicamente, propicia uma aprendizagem que resulta em uma valorização das práticas de letramento dominantes.

As diferentes maneiras de lidar com a linguagem podem ser investigadas a partir de eventos realizados e dos gêneros do discurso (ou discursivos) que viabilizam essas interações. Utilizarei a noção de gênero discursivo para analisar, principalmente, os escritos produzidos, circulantes e lidos pelos líderes quilombolas. Isso porque, na análise dos gêneros discursivos, é fundamental pensar no contexto de produção, circulação e recepção dos gêneros.

No clássico texto *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (2003) inicia pela definição de *gênero* e se atém, na maior parte do texto, à noção de enunciado. Essa atenção ao enunciado se deve à relevância de os enunciados e seus tipos, ou apenas os gêneros do discurso, serem “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (p. 268). Na definição do autor,

em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo, é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. (BAKHTIN, 2003, p. 266)

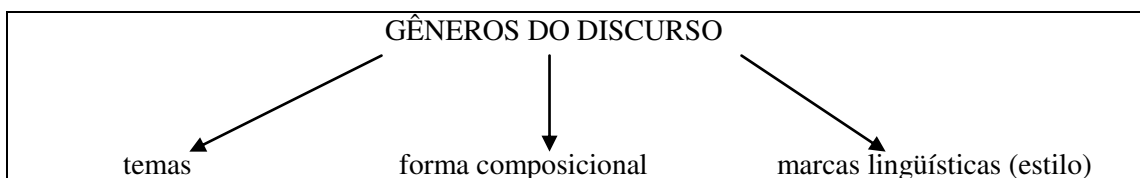
Nesse trecho, o autor enfatiza o caráter contingente do enunciado, o que se deve ao funcionamento da forma como concebe a linguagem – dialógica e, por isso, sempre emergente em um contexto e em movimentos de estabilidade e rupturas. O autor ressalta que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (p. 261). Esses usos, segundo Bakhtin (*idem*), refletem as condições específicas e as finalidades de cada campo não só pelo conteúdo temático e pelo estilo da linguagem (seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua), mas acima de tudo

²⁶ Os “tipos de discurso” indicados pela autora serão entendidos como gêneros discursivos, neste trabalho.

pela construção composicional. Dessa forma, os três elementos do gênero – o tema, o estilo e a estrutura composicional – “estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (p. 262).

Num texto em que discute as diferenças entre gênero textual e discursivo, Rojo (2005, p. 196) expande esses três componentes do gênero. Explica que o primeiro, o tema, seriam os conteúdos ideologicamente conformados que se tornam comunicáveis (dizíveis) através do gênero; o segundo, o estilo (ou as marcas linguísticas), seriam as configurações específicas das unidades de linguagem, traços da posição enunciativa do locutor e da forma composicional do gênero; por fim, o terceiro, a estrutura composicional, seriam os elementos das estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas pelos textos pertencentes ao gênero (forma). O Quadro 1 sintetiza essa composição do gênero:

Quadro 1: Dimensões dos gêneros do discurso



Fonte: Rojo (2005, p. 196)

Tanto os conceitos de evento e prática de letramento quanto de gênero do discurso serão utilizados para que possamos conhecer os usos sociais de escrita dos participantes da pesquisa e nos aproximar dos sujeitos para “des-cobrir” os significados que eles atribuem a suas práticas.

2.2. Práticas de letramento e construção identitária

No marco das políticas afirmativas e multiculturais, a discussão acerca dos

conceitos de identidade se acentua mediante investigações em contextos de contatos interculturais como entre sujeitos historicamente marginalizados e o Estado. Em negociações entre as lideranças quilombolas e representantes das instituições públicas, alguns usos sociais de escrita tradicionais em sua instituição são impostos, justamente em eventos ditos para efetivar a “inclusão”²⁷ dessas populações nas políticas do Estado.

No jogo de forças entre esses sujeitos, fica visível como “o letramento não está apenas vinculado a formas de pensar, mas também a formas de sentir e valorizar em relação a si mesmo” (ZAVALA, no prelo). Ao conhecer as práticas de letramento dos grupos e os sentidos que atribuem a suas práticas, esses significados tornam possível entender como os sujeitos se apropriam de diferentes práticas e, nesse processo, como constroem suas identidades.

Analisando o processo de titulação quilombola no sul do país, observo que os atores constituem-se identitariamente todo o tempo ao longo do processo de negociação. Para entender essa realidade, a noção de identidade é assumida de uma perspectiva discursiva. Segundo Maher (1998), ao analisar a constituição identitária indígena, é justamente “em suas práticas discursivas que o sujeito índio emerge e é revelado: é, principalmente, no uso da linguagem que as pessoas constroem e projetam suas identidades” (p. 117). De acordo com os Estudos Culturais, a identidade é um processo fluido e, segundo Hall,

torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2005, p. 13)

Essa citação do autor é fundamental para desconstruir ideias essencialistas da concepção de identidade. Para isso, Hall (*idem*) destaca cinco grandes avanços na teoria

²⁷ Há grandes questionamentos sobre a forma em que se dá a inclusão das populações marginalizadas, se de fato há uma inclusão ou uma inserção em novas periferias mais “atualizadas”. Sobre essa discussão ver Pinto (1999).

social e nas ciências humanas, que tiveram como impacto o descentramento dos sujeitos: 1) o pensamento marxista, 2) a descoberta do inconsciente por Freud, 3) a Linguística saussureana, 4) o trabalho de Michel Foucault e 5) o impacto do feminismo (crítica teórica e movimento social). Esses cinco momentos na história movimentaram as noções acerca do que seria a identidade dos sujeitos. Além disso, a globalização, de acordo com o autor, acarreta dois impactos nas identidades, o primeiro, o fortalecimento das identidades locais, que parecem ameaçar as identidades nacionais e provocar um racismo cultural²⁸; e o segundo, a produção de novas identidades.

Ao analisar práticas de letramento em contexto político e de ensino, Kleiman (2005) mostra como tanto o fortalecimento quanto a produção de novas identidades constituem-se no conflito. Em minhas análises acerca da identidade das lideranças quilombola, utilizo a concepção descrita em Kleiman (1998a) que a entende como:

uma produção social emergente da interação, nem inteiramente livre das relações de poder que se reproduzem na microinteração, nem totalmente determinada por estas por força do caráter construtivo, criador de novos contextos da interação, que permitiria, em princípio, a criação de relações novas, em consequência da utilização subjetiva que os interactantes fazem dos elementos objetivamente dados pela realidade social (p. 271).

Dessa forma, entendo que as identidades podem ser (re)criadas durante a interação, que serve como “um instrumento mediador dos processos de identificação dos sujeitos sociais envolvidos numa prática social” (*ibidem*, p. 281), mas essa recriação está em diálogo com os diferentes fatores que interferem na interação e com os conflitos com os quais se confrontam os sujeitos. Desde a perspectiva do conflito (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995; KLEIMAN, 1998a; PRATT, 1999), nos eventos que analisarei nesta dissertação, duas questões merecem destaque no que se refere à construção identitária: a importância da alteridade e o seu caráter manipulatório.

Entre os sujeitos da pesquisa, as identidades quilombolas emergiram no processo de interações entre as lideranças de Casca e outros sujeitos do seu entorno, evidenciando a importância da alteridade nos contatos que tornaram relevantes sua

²⁸ O exemplo citado pelo autor é o *englishness*.

identificação como quilombolas. Esses “outros”, tão diferenciados na sua forma de interagir com os moradores da comunidade, são constituintes dessa realização contínua de “tornarem-se quilombolas”. Para Arruti (2006), o artigo 68²⁹ cria uma categoria sociológica e política, com a qual os moradores da comunidade passam a ter de lidar. Essa categoria é apropriada de formas diferenciadas pelas lideranças e se constitui a partir do diálogo entre os discursos sobre o que é ser quilombola.

Considerando que esse diálogo é permeado por diferentes interesses ou objetivos, essa mobilidade na constituição identitária revela-se no caráter manipulatório que os sujeitos apresentam ao projetar identidades nos eventos interacionais dos quais participam; ou seja, ser quilombola é algo que se revela em alguns contextos, quando os sujeitos o demonstram, discursivamente, ser relevante. Como é visto na epígrafe, o morador de Casca declara que *“eu to tranquilo aí eu não acho legal o nome quilombola, eu não vou dizer pra ti que não, eu não acho legal”*, mas ao mesmo tempo, narra ao longo da entrevista seu processo de apropriação da questão quilombola. Esse processo de (in)formação lhe permite gostar e ao mesmo tempo não apreciar o nome, mas mais do que do nome dos valores que ele refrata. A manipulação do conceito de “quilombo”, no discurso de Alceu, revela que o acento valorativo (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995) acerca da palavra altera-se, assim como os valores acerca dessa identidade.

Na luta pela titulação, concentram-se esforços coletivos para intervir junto ao estado com o propósito de acessar a direitos e a políticas públicas. A identidade quilombola, construída principalmente nessa esfera de disputa pela terra, mobiliza uma ideia de coletividade, ao reunir um grupo de indivíduos que têm interesses em comum: o título definitivo das terras que já ocupam. A partir da noção de coletividade, o uso comum da terra e o parentesco também são acionados para a reivindicação política do grupo, constituintes de sua etnicidade. Nesse processo, as lideranças parecem ressignificar as práticas locais e acionar fortemente o histórico do grupo para garantir o direito a terra na qual vivem. Para a etnicidade quilombola, o território (ou a luta por ele) é uma “contrapartida” fundamental, um mobilizador da própria identidade.

²⁹ Apresentado e discutido no terceiro capítulo desta dissertação.

Em consonância com Sansone (2004), destaco que as fronteiras e os marcadores étnicos são variáveis e emergem na medida em que os sujeitos interagem. Essas construções sociais são mobilizadas pelos sujeitos de acordo com suas crenças, tradições, necessidades e interesses. Muitas vezes as pessoas podem pôr em ação outras identidades sociais manejando aquelas que lhes parecerem mais compensadoras, pois “se a identidade étnica não é entendida como essencial, é preciso concebê-la como um processo, afetado pela história e pelas circunstâncias contemporâneas e tanto pela dinâmica local quanto pela global” (SANSONE, 2004, p. 12).

Para entender essa emergência étnica dos grupos quilombolas³⁰, como um grupo humano organizado politicamente, busco olhar justamente para suas fronteiras, ou seja, nos seus contatos com os “outros”, tendo em vista que é nessa interação com os de fora que o grupo aciona mais fortemente sua identidade coletiva. Para Barth (1998), “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão” (p. 195). O pertencimento a um grupo parece emergir justamente no processo de inclusão dos sujeitos em determinado grupo (e exclusão de outros) que ocorre nas interações entre esses membros. Conforme o autor, as emergências identitárias são constituídas nas afiliações e desafiliações que ocorrem na relação estabelecida entre um *eu* e um *outro*, a partir de sinais diacríticos de pertença tornados relevantes para os sujeitos.

Em Casca, o sentimento de pertencimento ao grupo esteve vinculado por anos ao testamento, que assegurava aos seus moradores a posse de suas terras frente aos embates com a sociedade de seu entorno. Atualmente, está envolvido também o laudo socioantropológico, que carrega uma versão escrita da história local e às atividades políticas dos líderes locais voltadas para a titulação da terra.

Ao entender os quilombos como uma experiência africana diaspórica, podemos examinar o processo apontado por Hall (2003) sobre as novas configurações identitárias dos estados-nações ao discutir sobre o mundo pós-colonial. Segundo o autor,

³⁰ A discussão sobre emergência étnica pode ser vista sob o conceito de *etnogênese*, na Antropologia Social (RODRIGUES, 2006; ARRUTI, 1997).

as identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder (Foucault, 1986). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é “um efeito do poder”. Deve haver algo “exterior” a uma identidade (Laclau e Mouffe, 1985; Butler, 1993). Esse “exterior” é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja “ausência” ou falta é constitutiva de sua “presença” (p. 85)

Considero, aqui, as relações de poder construídas entre os agentes políticos envolvidos no processo de titulação quilombola como uma “zona de contato” (PRATT, 1999); noção fundamental para uma compreensão dessa identidade quilombola emergente e suas imbricações com as práticas de letramento, práticas que estão sempre concorrendo com outras, com valores e *status* desiguais.

Observando as diferenças entre as práticas de letramento institucionalizadas e as vernaculares, Barton e Hamilton (2004) destacam que:

instituições poderosas no nível social, como no caso da educação, tendem a apoiar práticas de letramento dominantes que podem ser vistas como parte de formações discursivas, isto é, configurações institucionalizadas do poder e do conhecimento que tomam corpo nas relações sociais. Outros letramentos vernáculos que existem na vida cotidiana das pessoas são menos visíveis e recebem menor apoio. Isto significa que as práticas de letramento estão moldadas pelas instituições sociais e pelas relações de poder, e alguns letramentos se tornam mais dominantes, visíveis e influentes que outros. (p. 118)

Em meu trabalho de campo, também constatei esse contraste entre práticas legitimadas e práticas locais. Isso porque as práticas de letramento das lideranças quilombolas se mostraram em valor desigual, com menos prestígio, do que as práticas de grupos hegemônicos e legitimadas pelo Estado. A situação de contato entre os distintos atores acentua esses conflitos (BAKHTIN, 1995, KLEIMAN, 2005) e evidencia as diferenças nas práticas de letramento entre os grupos.

Utilizando noções do campo da multiculturalidade, como etnicidade, os letramentos múltiplos tomam por foco a *multiplicidade* de práticas de letramento que estão em contato – disputas, conciliações e confronto – nas complexas sociedades atuais. Dessa perspectiva e dedicados a letramento em comunidades minoritárias, muitos estudos (RATTO, 1995; SIGNORINI, 1998; JUNG, 2003, 2009; HASSEN, 2004; BORGES, 2007;

SOUZA, 2009) centraram-se na análise de práticas de letramento em contextos políticos variados, orientando-se para uma intersecção junto ao campo da interculturalidade para uma reflexão sobre os conflitos interculturais e desigualdades.

Ao estudar lideranças não escolarizadas de movimentos sociais, Ratto (1995) sustenta como a ação política pode promover um processo de letramento. Analisa como sujeitos matriculados em cursos de Educação de Jovens e Adultos, lideranças de movimentos sociais, utilizam a escrita nos seus contextos de atuação política. Nesse artigo, a autora analisa depoimentos de um líder comunitário, investigando como ele lidava com as demandas de escrita da Associação Comunitária da qual participa. A produção do texto é do próprio líder, no entanto os aspectos físico-manuais de sua escrita, assim como a organização dos documentos, são responsabilidade da secretária. Essa experiência demonstra que há uma prática de oralidade letrada emergindo entre esses líderes, pois essa prática seria o resultado das incorporações de discursos legitimados feitas pelos sujeitos não escolarizados. Segundo a autora, essas incorporações seriam capazes de desafiar os valores organizados pelas práticas de letramento dominantes.

Na pesquisa de Jung (2003, 2009) sobre práticas de letramento em uma comunidade multilíngue, o principal interesse era entender como crianças que viviam nessa comunidade de descendentes de alemães, construíam conhecimentos na disciplina de língua portuguesa. Sua investigação - desenvolvida na escola e na comunidade das crianças - revelava que as questões de identidade étnico-linguística que a moviam não eram as mais relevantes no contexto para os sujeitos da pesquisa. Abordando a aprendizagem dos alunos a partir de práticas de letramento, por meio de gravações das aulas em vídeo, a autora mostra como o gênero foi tornando-se mais relevante nas interações entre os sujeitos e, com isso, implicando diferenças na construção de conhecimento para meninas e meninos. A pesquisa mostra como as diferenças de gênero “apontavam para formas distintas de lidar com a identidade étnica tanto na escola como na comunidade” (2009, p. 18), assim como com as práticas de letramento: nas negociações de identidades na sala de aula, havia uma forte relação entre as identidades masculinas e a identidade étnico-linguística alemã, que se expressava em um menor uso de práticas de letramento em português; inversamente ocorria

para as mulheres, que negociavam identidades femininas orientadas para o meio urbano (ou fora da comunidade) e para práticas de letramento em português.

A identidade de gênero e práticas de letramento também são foco da investigação de Hassen (2004), que analisa essas categorias em uma experiência de mulheres de uma Associação Comunitária. O estudo revela o processo de construção dessa associação, localizada em uma área quase rural na capital gaúcha, e as práticas de organização política das participantes. Sua construção pelas mulheres se deu em decorrência de sua participação em movimentos sociais, com o fim de realizar um curso de alfabetização no local. Em sua análise, a autora destaca que o processo de organização da Associação coincidiu com um contato com práticas de escrita que se distanciava das práticas cotidianas das participantes. Como resultado, as mulheres passaram a participar de novas esferas de atividades, assim como a interagir com diferentes usos da escrita.

Em outros contextos, as mudanças nas práticas de letramentos se dão por meio de resistências. Nesse campo, a militância social é um bom exemplo de agência de letramento. Na dissertação de Borges (2007), o foco é nas experiências de letramento de uma liderança política, uma mulher negra, e sua influência na sua (re)construção identitária. Essa líder, que possui baixa escolaridade e pouca familiaridade com o uso da escrita, participa de um grande número de eventos políticos, nos quais representa sua entidade e realiza falas públicas, com a possibilidade de escrita em muitas delas. A autora afirma que muitos conflitos são vivenciados por essa líder no que diz respeito a sua identidade de mulher negra e às desigualdades de gênero e raça refletidas em suas práticas de letramento, constituídas na esfera política. Ela conclui que a escrita tem sido um espaço pouco ocupado pelas mulheres negras e, apesar das resistências à escrita, caracteriza a militância social como a principal agência de letramento para essas mulheres.

Outros trabalhos com foco em letramento (KLEIMAN, 1998b; SIGNORINI, 1998) analisam a construção de identidades em eventos na esfera pública. Observando vereadores pouco escolarizados, Signorini (1998) analisa como eles lidam com a escrita em cenários de disputas institucionais, e, por conta disso, o quanto sua identidade é ameaçada ao terem de se legitimar frente a outros políticos. Ao se verem expostos diante do conflito como autoridades destituídas de poder e controle nesses eventos, os vereadores sem

escolarização costumam “adotar uma das três estratégias seguintes: o silêncio (“aprovar calado, permanecer sentado”), a agressão, ou a apropriação de um código indexicalizado³¹ utilizável para a comunicação pública” (p. 166).

Já a análise de práticas de líderes de movimento de base popular revela formas bastante distintas de lidar com eventos públicos. Líderes de movimentos rurais, embora pareçam aderir ao discurso do mito do letramento, questionam seus pressupostos com base em motivos éticos, ao ver em suas experiências o lado negativo e positivo da escrita e sua função como um instrumento de abuso de poder (KLEIMAN, 1998b). Nesse cenário, aderir às práticas de letramento externas ao grupo que essas lideranças representam pode causar conflitos de identidade, pois podem ser entendidos como querendo pertencer ao outro grupo, aquele que os oprimiu. Nesse caso, a manutenção dos valores do próprio grupo torna-se para essas lideranças uma estratégia para garantir sua legitimidade como mediador local e como interlocutor. No entanto, esse mesmo espaço de atuação da “mediação” lhes exige dominar, em alguma medida, a linguagem dos sujeitos com os quais vão dialogar.

Para Signorini (1994), essa estratégia pode ser entendida como um paradoxo do letramento. Para lutarem junto àquelas pessoas que representam, os líderes de movimentos populares tendem a negar a letra; contudo, o processo de luta e de negociações com a burocracia governamental “tanto reforça a crença nos poderes emancipatórios da ‘letra’ e do ‘sabê’ (...) quanto coloca a nu as contradições de natureza ideológico-cultural que esse mesmo mito pretende neutralizar” (p. 25). É interessante salientar que as formas de lidar com esses conflitos variam e que as escolhas estão em diálogo com as diferentes práticas de letramento nas quais os sujeitos estão envolvidos. Esses mesmos líderes resistem muitas vezes a práticas de letramento dominantes para não perderem o vínculo com seu grupo, ou seja, para que seu pertencimento não seja rompido.

Investigando a agência dos sujeitos nos movimentos sociais, Souza (2009) mostra, em sua tese de doutorado, como jovens negros do movimento Hip Hop em São Paulo constituem-se em agentes de letramento nas esferas onde circulam. Educadores populares aproveitam e transformam as práticas de letramento escolares para suas práticas de letramento na esfera política do “movimento”. A autora demonstra que o movimento

³¹ Variedades ou formas linguísticas legitimadas na esfera em que estão negociando.

Hip Hop é uma agência de letramento, espaço que mobiliza o que ela chama de *letramentos de reexistência*, pois essas práticas “implicam em assumir e sustentar novos papéis sociais e funções nas comunidades de pertença e naquelas em que estão em contato” (*idem*, p. 10). A autora afirma, em suas conclusões, que essa tem sido a tática histórica da população negra para resistir e re-existir.

No contexto latinoamericano, a discussão acerca das práticas de letramento também se dá no marco das relações interculturais. A investigação sociolinguística de Zavala (2002) mostra os modos e os efeitos da escrita na vida de uma comunidade campesina peruana. A partir desse estudo, a autora aponta que as pessoas “são conscientes dos poderes do mundo letrado e sofrem quando são oprimidas por ele, mas ao mesmo tempo, são também agentes que podem decidir com o que vão ficar ou abandonar do Estado e do discurso hegemônico” (2002, p. 162) ³².

Essa “consciência”, presente também em análises de lideranças populares no Brasil (KLEIMAN, 1998b; SIGNORINI, 1998; SOUZA, 2009), é vista justamente nos conflitos que emergem nas zonas de contato e possibilitam perceber como os diferentes grupos culturais estão lidando com a escrita e vivenciando as relações de poder entre os grupos que podem estar efetivando-se por meio dela.

As pesquisas sobre letramento focam as comunidades marginalizadas no continente americano e evidenciam que o Estado tem um papel relevante para sua transformação. Rama (1985), ao discutir sobre a história de constituição das cidades latino-americanas, critica a permanente estrutura da cidade colonial, acusando-a de ser a geradora do acesso desigual (para os diferentes grupos sociais) aos espaços públicos institucionais: a estrutura das cidades com o “centro”, onde fica o poder e o Estado, e a “periferia”, onde se localizam as comunidades das “margens”. Essa organização tem como impacto diferenças significativas nos usos da linguagem. Para o autor,

através da ordem dos signos, cuja propriedade é organizar-se estabelecendo leis, classificações, distribuições hierárquicas, a *cidade letrada* articulou sua relação com o Poder, a quem serviu mediante leis,

³² Tradução minha: “son conscientes de los poderes de lo letrado y sufren cuando son oprimidas por ello, pero al mismo tiempo, son también agentes que pueden decidir lo que han de tomar o dejar del Estado y del discurso hegemónico” (2002, p. 162).

regulamento, proclamações, cédulas, propaganda e mediante a ideologização destinada a sustentá-lo e a justificá-lo. Foi evidente que a *cidade das letras* arremedou a majestade do Poder, apesar de que também se pode dizer que este regeu as operações letradas, inspirando seus princípios de concentração, elitismo, hierarquização. Acima de tudo, inspirou a distância entre a letra rígida e a fluida palavra falada, que fez da cidade letrada numa cidade escriturária, reservada a uma estrita minoria. (p. 54)

Sobre a questão da escrita e poder, questionando sobre metodologias de investigação no campo da história da leitura, Collins e Blot (2003) fazem uma crítica aos trabalhos de cunho etnográfico. Para eles, ao não relevarem a rede mais ampla de relações de poder, esses trabalhos estão chegando ao que eles chamam de “os limites do local”. Afirmam que os trabalhos de Heath, Finnegan e Street, por exemplo, são exímios na compreensão da cultura local, mas não analisam as relações de poder que são manifestadas no interior do grupo e até mesmo aquelas emergentes dos contatos entre diferentes comunidades. Apontam que seriam necessárias uma revisão teórico-metodológica e uma reavaliação de como abordar o conceito de poder nos trabalhos investigativos que possuem o objetivo de transformação das relações de poder que se geram e sedimentam a partir da escrita. Uma possibilidade de abordar esse conceito é trabalhar a partir da ideia de conflito, aliando uma perspectiva histórica ao estudo das práticas de letramento dos grupos.

Em todos esses trabalhos desenvolvidos nas Américas, encontramos a noção de conflito presente. Pratt (1999), buscando entender melhor o que seriam esses contatos entre as populações que interagem nos processos de colonização, define os choques interculturais advindos dos contatos múltiplos que ocorrem com a colonização das Américas como zonas de contato, o que, segundo a autora, seriam:

espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo. (p. 27)

A análise das práticas de letramento sob uma perspectiva sociocultural busca olhar justamente para essas zonas de contato. Nesta concepção, o próprio signo – o signo

ideológico – é entendido como uma fronteira, uma arena de lutas ideológicas que estão em diálogo e revelam-se na interação.

2.3. Os encontros face a face na Sociolinguística Interacional

A compreensão da escrita em um viés social abre um campo de possibilidades de análise e convida outras disciplinas a somarem-se para compreender o complexo processo da ação humana. Nesta seção, objetivo apresentar o instrumental teórico-analítico utilizado nas análises das interações face a face, a Sociolinguística Interacional.

A análise de eventos de letramento exige a investigação do uso social da linguagem com base no aporte da Sociolinguística Interacional, a qual

elege a interação face a face como o lugar central para a explicação da produção das identidades sociais. Trata-se de compreender que os participantes em uma dada interação não somente comunicam palavras e constroem o sentido dessas mesmas palavras, mas, sobretudo, agem enquanto negociam construções sociais de identidade. (JUNG; GARCEZ, 2007, p. 98).

Essa compreensão da interação face a face como um lugar central de construção de identidades a partir da relação com o outro permite entender as negociações ocorridas nos eventos de letramento dos quais líderes quilombolas participaram. Os dados interacionais foram gerados como uma “atividade de fala que se desenvolve na situação, dependendo das oportunidades e das restrições” (RIBEIRO; GARCEZ, 2002, p. 261) e que “se desenvolvem ao redor de um tópico ou no máximo de um âmbito limitado de tópicos e se distinguem por suas estruturas seqüenciais” (*idem, ibidem*), necessitando da escrita para fazer sentido.

A microetnografia é utilizada para análise de eventos interacionais que tenham a finalidade de entender os detalhes de cenários de uso da linguagem. Segundo Garcez (2008), há “uma ecologia situada e local entre participantes em engajamentos interacionais

face a face que constituem uma experiência histórica e social”³³ (p. 257). O autor destaca que entre os objetivos da microanálise da interação, como também é conhecida, está a descrição de como a interação é organizada cultural e socialmente em cenários situacionais particulares.

A análise interacional de eventos dos quais participaram os sujeitos desta pesquisa possibilita atentar para como se organizam ao ter de usar a escrita e, junto a isso, como as relações de poder atuam nessas situações sociais. Além disso, possibilita olhar a constituição dos sujeitos, assim como as rupturas produzidas nesses encontros.

Kleiman (1998b) ressalta que há a necessidade de mais pesquisas microinteracionais em agências de letramento que tenham sucesso, pesquisas que foquem como as pessoas estão lidando com o letramento na vida cotidiana, nas diferentes agências de letramento. Conforme a autora destaca,

para ser descritivamente rigoroso, será também necessário, para os estudos de interação e linguagem, examinar no nível microinteracional as práticas discursivas que tornam algumas agências de letramento bem sucedidas, enquanto outras, mais notavelmente a escola, não o são. Ambos são objetivos importantes para a pesquisa aplicada que visa dizer algo relevante sobre como tornar-se letrado. O que a microanálise da interação até agora nos diz é que, para ensinar a ler e a escrever àqueles que não estão engajados em movimentos populares, é essencial criar contextos nos quais a escrita é a resposta para necessidades materiais e práticas.³⁴ (1998b, p. 217)

E, para explorar experiências de letramento diferentes das práticas de letramento dominantes, a acurácia na descrição do uso social da linguagem faz ainda mais sentido quando voltamos a atenção para a *situação negligenciada* (GOFFMAN, 2002). Em seu artigo seminal, Goffman (*idem*) propõe uma revisão junto aos pesquisadores das ciências sociais e dos estudos sociolinguísticos correlacionais (como os de base

³³ Tradução minha: “the local and situated ecology among participants in face-to-face interactional engagements constituting societal and historical experience”.

³⁴ Tradução minha: “In order to be descriptively accurate, it will be also necessary, for language and interaction studies, to examine, at the microanalytical level, the discourse practices which make some literacy agencies successful, while others, most notably the school, are not. Both are important objectives for applied research which aims at saying something of relevance about how to become literate. What microanalysis of the interaction so far tells us, is that, in order to teach reading and writing to those who are not engaged in popular movements, it is essential to create contexts where writing is the answer to a practical, material need”.

variacionista) com o fim de pôr luz na noção de “situação social”, definida pelo autor como:

um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão ‘presentes’, e para quem os outros indivíduos são acessíveis de forma semelhante. (2002, p. 17).

A situação negligenciada a que se refere Goffman é o encontro face a face que “emerge a qualquer momento em que dois ou mais indivíduos se encontram na presença imediata um do outro” (GOFFMAN, 2002, p. 17). Nessa perspectiva, resalto, da discussão sobre os estudos sociolinguísticos e interacionais do autor, duas propostas que são relevantes neste trabalho: a primeira, entender a participação de outras formas de expressão que compõem a fala-em-interação, como a presença do olhar, a proximidade entre os corpos e os movimentos das mãos, por exemplo, que fazem parte dessa interação e, por isso, também são partes do escopo da análise; a segunda, seu detalhamento da situação. A orientação do autor incita os demais colegas a incorporarem em suas análises o corpo e o cenário no qual emerge a interação. Nas palavras de Goffman (*idem*), o movimento feito pela língua em seus diversos níveis de análise faz parte “de um complexo ato humano cujo significado deve também ser buscado no movimento das sobrancelhas e da mão” (p. 14). No caso dos Estudos de Letramento, esses “detalhes” passam a ser muito relevantes quando se quer entender as construções identitárias e a constituição de significados em estudos situados.

Estudando letramento, Jung e Garcez (2007) examinaram como moradores de uma comunidade rural do estado paranaense, descendentes de alemães, utilizavam a escrita em sua comunidade e na escola, aliando a perspectiva da Sociolinguística Interacional aos Estudos de Letramento. Os autores evidenciam uma complexa relação entre a identidade de gênero, a identidade étnico-linguística e as práticas de letramento locais. Ao mesmo tempo em que produziam traços de identidades sociais diversos, que não se encontravam na língua, mas sim “em interações situadas no uso da linguagem” (*ibidem*, p. 97), as práticas de letramento escolares (em português) estavam mais vinculadas a identidades femininas, enquanto as identidades masculinas as resistiam. Suas análises da fala-em-interação

demonstraram como a prática de letramento escolar co-construía ou reproduzia identidades sociais presentes numa comunidade rural multilíngue – que falava as línguas alemão, português e brasileiro³⁵ –, identidades essas que se sedimentaram ao longo do tempo pela participação de cada membro nesse grupo. Ao explicar a relevância dos dois campos teóricos para o trabalho, Jung e Garcez (op. cit.) afirmam que

para que se tenha uma compreensão situada aproximada da perspectiva dos próprios integrantes da comunidade, é preciso examinar a interação social face a face entre os seus integrantes, uma vez que, para levar a cabo as suas ações, eles precisam revelar uns para os outros (e para o analista, por extensão) quais as identidades que estão projetando e como ratificam e sustentam, reparam, rejeitam ou ignoram as identidades que são projetadas. Desse modo, pode-se compreender aquilo que diferencia pessoas e grupos aparentemente idênticos ao se voltar a atenção para os significados sociais construídos e sustentados na interação. (p. 98)

As ponderações teórico-metodológicas dos autores, acerca de como os participantes de uma interação demonstram, uns para os outros, pistas sobre o que tomam por relevante, explicitam precauções para as quais devemos atentar na investigação, ao explorar os detalhes da análise de eventos interculturais e a relação entre interação face a face e identidades. Enfatizando essa observação, Garcez (2009, p. 33) ressalta que não se utiliza o recurso de certas categorias identitárias como elemento constitutivo da ação, “a menos que se possa demonstrar que os participantes estão sustentando – conjuntamente e no aqui-e-agora interacional – essa identidade como relevante para o que está sendo feito”.

Essa argumentação é compartilhada por Almeida (2004, 2009) em sua pesquisa sobre como estudantes produzem e negociam identidades masculinas em suas interações em sala de aula de uma escola pública. Em sua pesquisa, discute o conceito de relevância sequencial a partir desse cenário. O autor afirma que para entender como as identidades são produzidas e negociadas na fala-em-interação é necessário analisar como as questões de gênero tornam-se relevantes no processo de construção do contexto. Com isso, destaca que

³⁵ Sobre a variedade dialetal, as pesquisadoras explicam que os moradores da comunidade em estudo diferenciam o *português*, a variedade linguística de aprendizagem da escrita, e o *brasileiro*, a variedade não-padrão da língua portuguesa utilizada nas interações comunitárias.

a sobreposição dos interesses do pesquisador (como sua pauta política) e da pesquisa devem ser discutidos e ponderados ao longo do trabalho, assentados no compromisso assumido com os participantes da pesquisa e com as discussões do próprio campo. O que está em jogo é assumir que o pesquisador está implicado no trabalho que realiza e isso se expressa na forma como o realiza; o que nos direcionam para questões da metodologia da pesquisa.

2.4. Opções ético-político-metodológicas da pesquisa

As investigações sobre letramento ganharam um grande espaço no campo aplicado dos estudos da linguagem nas últimas duas décadas, mantendo seu perfil de interface entre diferentes áreas. No Brasil, muitas das pesquisas enfocaram em contatos interculturais e em cenários urbanos. Kleiman (1995) aponta que os Estudos de Letramento configuravam-se em uma

das vertentes de pesquisa que melhor concretiza a união de interesse teórico, a busca de descrições e explicações sobre um fenômeno, com o interesse social, ou aplicado, a formulação de perguntas cuja resposta possa vir a promover uma transformação de uma realidade tão preocupante como o é a crescente marginalização de grupos sociais que não conhecem a escrita (1995, p. 15)

Inseridas na Linguística Aplicada, que se constitui como um campo transdisciplinar (MOITA LOPES, 1994, 2006; SIGNORINI, CAVALCANTI, 1998), essas pesquisas desenvolveram reflexões sobre as práticas sociais e culturais e sobre identidades a partir de um enfoque fortemente situado nos estudos de linguagem.

A produção científica desse campo revelou como as transformações no cenário nacional se refletem nesses estudos. Segundo Kleiman (1995) as pesquisas preocupavam-se com o modo em que se dava a inserção de grupos de não alfabetizados que participavam de um grupo altamente letrado e tecnologizado, bem como sobre quais eram as consequências sociais, afetivas, linguísticas de tal inserção. A compreensão desses impactos e efeitos

sociais da escrita contribuía, por exemplo, para a formação de professores de Ensino de Jovens e Adultos (KLEIMAN, 1995; PEREIRA, 1997). Dessa forma, os trabalhos buscaram, além de dialogar com o campo da educação, enfatizar tanto a natureza social do letramento, quanto, e em sua decorrência, o caráter múltiplo das práticas de letramento (STREET, 1995, p. 2). Assim, a ênfase recai sobre os letramentos ou *literacies*.

No que se refere à metodologia, Barton e Hamilton (2004) ressaltam que desenvolver uma teoria social do letramento “implica uma aproximação investigativa que exige métodos e dados particulares. Trata-se de uma aproximação ecológica, em que o letramento se integra a seu contexto” (p. 110). A realização de uma pesquisa envolve um grande conjunto de escolhas, ou melhor, um contínuo caminho de escolhas. No caso de um trabalho com grupos socialmente vulneráveis, essas escolhas requerem um cuidado maior sobre seus efeitos tanto no campo teórico quanto na vida real dos sujeitos. Logo, minhas opções, nesta pesquisa, foram aquelas que me pareceram mais adequadas aos princípios éticos que assumi: *produzir um trabalho afinado com as expectativas dos participantes da pesquisa*. A meta é realizar um estudo crítico, “no sentido em que nos comprometemos a desvelar e a documentar letramentos cotidianos que não costumam ser reconhecidos no discurso hegemônico acerca do letramento.” (*ibidem*, p. 111), assim como letramentos da esfera política.

Na primeira aproximação investigativa que desenvolvi na iniciação científica, busquei compreender quais práticas de letramento ocorriam na comunidade de Casca, alinhada aos Estudos de Letramento, porque queria entender essas práticas de uso da escrita situadamente em suas agências de letramento. A questão que guiou o trabalho era “*Como a comunidade utiliza a língua escrita?*” Essa pergunta permitiu que eu (re)conhecesse algumas práticas locais e percebesse que a Associação Comunitária possuía um papel diferenciado no que se refere à escrita por promover a interação com um número variado de atividades com textos.

Na pesquisa de mestrado, meu interesse na relação entre as práticas da Associação e a busca da titulação modificou o foco de análise das práticas de letramento vernaculares para as práticas que resultaram (ou emergiram) na luta pela terra nesse novo contexto de diálogo com o poder público a partir da legislação das terras quilombolas. Para

isso, busquei investigar as maneiras como os moradores do local estavam lidando com os usos de escrita em atividades políticas e com seus usos da esfera cotidiana. Os questionamentos estavam orientados para o contato e as negociações conflituosas vivenciadas, o que decorreu provavelmente de minha aproximação da comunidade como um agente externo que tinha como meta mediar esses conflitos.

A metodologia de pesquisa no campo dos Estudos de Letramento em Linguística Aplicada possui, geralmente, um caráter etnográfico, principalmente por seu objeto de pesquisa: o sentido que os sujeitos constroem em seus usos da linguagem. No desenvolvimento dessas pesquisas, entra em cena uma variedade de instrumentos metodológicos que desafia o processo da investigação. Vóvio e Souza (2005) discutem sobre alguns desafios que emergem no fazer investigativo em pesquisas sobre letramento, ressaltando que:

o conceito de letramento assumido exige para as pesquisas a diversificação de instrumentos e de dados gerados, a fim de inventariar práticas e sentidos que a escrita tem na vida dos sujeitos em foco. Sugere também a flexibilidade quanto ao processo de geração de dados, incorporando estratégias e instrumentos variados, mantendo-se o sentido ético necessário e próprio às pesquisas que se encaminham para o reconhecimento de singularidades de pessoas e grupos, que se caracterizam pelo estabelecimento de forte vínculo e proximidade entre pesquisador e sujeito (p. 74).

Conforme as autoras apontam, as investigações que assumem as práticas de letramento a partir de uma abordagem sociocultural exigem a combinação de um conjunto diverso de métodos de pesquisa, entre eles as entrevistas e a observação de eventos de letramento, que podem ser gravados em áudio e vídeo. Como resultado dessas diferentes metodologias de geração de dados, existe uma variabilidade na natureza dos dados, como narrativas, depoimentos, notas etnográficas, documentos institucionais e registros audiovisuais e/ou fotográficos, que provoca reflexões constantes sobre a pesquisa.

Na pesquisa interpretativa, a triangulação dos dados é uma das etapas mais relevantes na construção da análise. Para Denzin e Lincoln (2006), ela deve ser compreendida e apropriada como um instrumento que amplia as evidências, a organização

e a análise dos dados; isso porque possibilita combinar dados de natureza diferente, cruzando e enriquecendo as interpretações produzidas. E, somado a isso, contribui para propiciar uma aproximação dos significados produzidos pelos próprios participantes da pesquisa acerca de seu objeto.

Além de reconhecer os eventos de letramentos dos quais os sujeitos participam, interessa-me o que eles dizem sobre esses eventos. Como Vóvio e Souza (2005) destacam, a principal preocupação dos pesquisadores da área da linguagem tem sido compreender as realidades construídas pelos participantes da pesquisa:

essas investigações envolvem interações entre os pesquisadores e os sujeitos, e entre esses sujeitos, e, ainda, entre estes e as outras pessoas que compartilham de práticas de letramento. Assim, os dados são gerados e construídos pelos envolvidos, guiados pelos objetivos da pesquisa e negociados entre todos. (...) A preocupação fundamental no processo de geração de dados parece-nos ser a de reunir um variado conjunto de informações que aproximem o pesquisador dos sujeitos, de suas histórias e práticas declaradas, da apreensão e da compreensão de suas realidades e do contexto sócio-histórico em que estão imersos (*idem*, p. 50).

O estabelecimento de compromisso com os sujeitos da pesquisa mostra-se fundamental para a aproximação da compreensão dos próprios sujeitos frente a sua realidade. Além disso, essa aproximação contribui tanto para congregar uma variedade de olhares sobre o objeto da pesquisa, quanto para transparência sobre a pesquisa com os participantes para o estabelecimento de comprometimentos éticos no desenvolvimento da mesma.

Nessa orientação, Kleiman (2002) destaca dois procedimentos fundamentais acerca de princípios éticos na produção de pesquisas interpretativas: manter a transparência sobre o objetivo do trabalho e comprometer-se com um retorno de sua produção. O consentimento³⁶ dos participantes no início do trabalho exige que o pesquisador assuma

³⁶ A autora aponta para as relações de poder envolvidas mesmo no consentimento informado: “a noção de consentimento informado esconde o fato de que as relações de poder certamente estarão pesando nas ações e decisões do professor ou professora. Quando uma professora quer se recusar a que suas aulas sejam observadas e gravadas, qualquer que seja o motivo, tem de levar em consideração que sua ação poderá depor contra ela: se ela recusa é porque tem algo a ocultar, porque é uma má professora” (KLEIMAN, 2002, p. 197).

essa transparência e explique seus objetivos e desenvolvimento. A devolução e restituição do trabalho, mais do que uma entrega do texto, é o cuidado com a divulgação dos resultados, um posicionamento crítico e uma elaboração junto ao grupo de ações com base nos resultados da pesquisa.

Para esta investigação, tomando por princípio a importância da ética na realização desta pesquisa, assumo um compromisso junto à comunidade: registrar sua história de luta. O propósito de me aproximar dos sentidos constituídos pelos sujeitos “de dentro” acerca dos usos da escrita me levou a optar por uma metodologia de pesquisa qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006) de cunho etnográfico. Na geração de dados, enfrentei os desafios metodológicos (VÓVIO; SOUZA, 2005) utilizando os métodos etnográficos de observação participante, entrevistas semiestruturadas, gravação audiovisual de eventos públicos e registro documental. Além disso, tendo em vista que o retorno social era a meta desta pesquisa, apresentei aos moradores o projeto de mestrado para reafirmar os compromissos assumidos. Essa negociação pretendia também ser uma oportunidade para escutar as possibilidades de retorno visualizadas pelos participantes do trabalho – uma devolução, com resultados palpáveis localmente.

Discutindo mais detalhadamente sobre os princípios metodológicos, a observação participante foi fundamental no desenvolvimento da pesquisa: ao participar do processo de luta pela terra junto à comunidade de Casca, comecei a indagar como a comunidade se (re)organizava a partir dele. Para Duranti,

a **observação** de uma comunidade específica não se leva a cabo de um lugar distante e seguro, mas sim do interior das coisas, isto é, **participando** em tantos eventos sociais quantos sejam possíveis. Esta combinação difícil, mas necessária, de formas de estar com outros e observá-los é denominada de **observação participante**³⁷ (2000, p. 131)

³⁷ Tradução minha: “La **observación** de una comunidad específica no se lleva a cabo desde un lugar distante y seguro, sino desde el interior de las cosas, esto es, **participando** en tantos eventos sociales como sea posible. A esta combinación difícil, pero necesaria, de formas de estar con otros y observarlos la denominamos **observación participante**” (grifos do autor)

As perguntas utilizadas nas entrevistas foram constituídas a partir da observação e da participação das atividades junto aos moradores de Casca. Ao utilizar essa metodologia, o importante era participar completamente, de modo a tornar-me uma ouvinte e uma observadora dos fatos mais cotidianos possíveis. Conforme narrei no primeiro capítulo, minha participação se deu, no início, por meio das oficinas e de atividades políticas. Em seguida, comecei a construir a pergunta de pesquisa, buscando estranhar a realidade que estava acompanhando junto ao IACOREQ. Depois, quando já havia conquistado a confiança de alguns moradores e já os conhecia, apresentei a proposta de trabalho e passei a fazer trabalhos de campo mais longos e a marcar entrevistas com alguns deles.

Realizei observações entre 2005 e 2008, em diferentes eventos: reuniões políticas na Associação, atividades de projetos desenvolvidos com o IACOREQ, festas locais, e no cotidiano das famílias que me hospedavam durante os trabalhos de campo voltados para esta pesquisa. O objetivo era perceber a visãoêmica das pessoas da comunidade, ou seja, aproximar-me da perspectiva do grupo no que se relacionava aos seus usos da escrita, o que inseria a pesquisa num perfil qualitativo interpretativo (DENZIN; LINCOLN, 2006).

O registro das observações em campo foi feito em notas de campo e vinhetas narrativas, que eram depois registradas em um diário de forma mais organizada. A seleção das notas estava orientada pelos objetivos da pesquisa. Entre as observações, há uma registrada em áudio e vídeo: um ato reivindicatório feito por lideranças quilombolas gaúchas, ocorrido no INCRA em março/2008, evento que será analisado no quinto capítulo.

As entrevistas tinham como objetivo uma aproximação dos significados atribuídos pelos sujeitos a suas práticas de letramento, tendo em vista que a observação pode permitir acompanhar o desenvolvimento dos eventos de letramento. No roteiro para entrevistar os sujeitos (Anexos 1 e 2), elaborei questões que exploravam atividades dos âmbitos do cotidiano do lar (como assistir televisão ou vídeo, contar/ouvir histórias, fazer brincadeiras com papel e caneta, brincar de faz de conta, cantar canções, escrever cartas, ler receitas ou bulas, preparar lista de compras, guardar os documentos de Casca, fotos antigas), da escola (como leitura de livros solicitados por professores, tarefas da escola,

livros didáticos), e de atividades nas quais eles interagissem com o exterior da comunidade (viagem, solicitação de aluguel de caminhão na prefeitura, atendimento médico, transações bancárias, compras no comércio, participação nos cultos na igreja, agendamento de atividades, participação de reuniões na Associação, de eventos com poder público).

Desenvolver os questionários mais formais após algum tempo de observação me pareceu interessante por, antes de elaborar as perguntas, poder primeiro aprender com o grupo suas próprias formas de interação, quais seriam as formas de entrevistar mais adequadas. Duranti (2000), discorrendo sobre a realização de entrevistas, indica que “os investigadores necessitam estudar também **a ecologia local do ato de perguntar**. Em outros mundos, os investigadores de campo necessitam averiguar a quem se permite perguntar o que, quando e como” ³⁸ (p. 151).

As entrevistas foram realizadas em dois momentos. Em uma primeira etapa, realizei entrevistas informais muitas vezes registradas em notas de campo por ser uma fase em que estava conhecendo a comunidade. Depois, em uma segunda etapa, quando os objetivos da pesquisa estavam mais delineados e a relação com os moradores de Casca mais estabelecida, elaborei um roteiro para realizar entrevistas com participantes da Associação Comunitária local. Foram, no total, cinco entrevistas semiestruturadas, realizadas com as pessoas da diretoria da Associação - na própria sede -, e com as famílias - em suas casas. Todas as entrevistas foram feitas durante dois momentos de trabalho de campo: um primeiro em fevereiro de 2006 e o segundo entre janeiro e fevereiro de 2009. Todas as gravações tiveram o consentimento oral das pessoas entrevistadas.

O roteiro construído para orientar as entrevistas tinha como foco mapear os usos sociais de escrita em práticas cotidianas. Para elaborá-lo, utilizei o modelo de entrevista episódica (FLICK, 2005), com o fim de estimular a narração de cenas do cotidiano dos moradores. O autor sugere que se prepare: a) um guia de entrevista; b) uma apresentação do trabalho para o entrevistado; c) perguntas que cubram e toquem em questões importantes do foco da pesquisa; d) e questões que toquem em áreas relevantes da vida cotidiana do entrevistado. Nesses encontros, antes de iniciar, eu apresentava os

³⁸ Tradução minha: “Los investigadores necesitan estudiar también la **ecología local del acto de preguntar**. En otros mundos los investigadores de campo necesitan averiguar a quién se permite preguntar qué, cuándo y cómo.” (grifos do autor)

interesses da pesquisa e pedia a autorização do entrevistado para gravar a entrevista. Esse modelo também foi orientado por pesquisas de práticas de letramento desenvolvidas com grupos populares (TERZI, 2001; LAHIRE, 1997, 2003), e pelas observações feitas durante os trabalhos de assessoria política à comunidade no final do segundo semestre de 2005.

Depois de gravadas, as entrevistas foram ouvidas atentamente e os trechos mais significativos para os objetivos da pesquisa foram selecionados e transcritos, para depois serem triangulados com os demais dados. No que se refere à identificação dos sujeitos, tendo em vista que as identidades relevantes são múltiplas e muitas vezes simultâneas e que se modificam no fluxo da interação, não utilizei categorias sociais para identificá-los. Nesta pesquisa, a identificação dos sujeitos é realizada com seus nomes reais, tendo em vista o objetivo de que o trabalho registre suas histórias e que são analisados eventos públicos. Discutindo sobre teorias de transcrição, Garcez (2002) destaca que

a identificação dos participantes por nome não enfrenta essas dificuldades e minimiza a imposição de categorias identitárias a eles. Cabe dizer que a indicação dessa prática está pautada por um princípio de privilegiar, acima de tudo, a perspectiva êmica, interna, dos participantes na interpretação dos dados, além de uma orientação metodológica rigorosa, de limitar a observação aos sinais que se podem demonstrar por recurso à sinalização entre os participantes. (GARCEZ, 2002, p. 91)

Nesse artigo, o autor discute as implicações da identificação dos falantes nas transcrições de fala-em-interação social utilizadas para pesquisas que tenham como foco a linguagem. Para ele, embora as atividades de identificação possam parecer “resultado de práticas simples e objetivas, envolvem muitas vezes a atribuição de uma determinada identidade aos participantes da interação.” (*idem*, p. 83), o que traz implicações para a análise.

Sobre as normas de transcrição, por haver usado entrevistas e eventos registrados de maneira diferentes – gravados em áudio e audiovisual -, considerei pertinente utilizar convenções de transcrição que servissem ao propósito de cada análise. Por isso, utilizo a ortografia convencional nas duas, dando um maior detalhamento na transcrição de interações face a face. Além disso, meu intento foi analisar as entrevistas como um encontro interacional, no qual o discurso é “como um processo dinâmico, no qual os

objetos do discurso e os sujeitos vão constituindo-se mutuamente e localmente” (MONDADA, 1997, p. 61). Segundo a autora, “a perspectiva interacional implica um deslocamento da atenção, não mais centrada na relação entre as palavras e as coisas, mas orientada para os processos intersubjetivos pelos quais se constrói uma versão pública do mundo” (p. 61). A partir dessa perspectiva, tomo os enunciados como ações, pois, como Mondada destaca, no estudo da interação a dualidade aparente entre linguagem e ação é dissolvida. A entrevista é um acontecimento no qual o “informante” e o “entrevistador” negociam conjuntamente suas posições, pontos de vistas e proposições contingentes.

Por fim, além das observações e entrevistas, realizei a digitalização de documentos escritos locais para a análise documental. Entre aqueles que eu utilizarei na análise, estão sete “caderninhos” - como eram chamados os pequenos cadernos de registros cotidianos - de dois membros da comunidade e quatro atas, produzidas entre 1999 e 2006.

Nos encontros com os moradores de Casca, tanto nas observações quanto nas entrevistas, meu foco era nos usos sociais da escrita e nos discursos sobre eles. Como afirma Duranti (2000), “não há regras absolutas sobre o modo de comportar-se quando se forma parte de uma observação participante. Nossa sensibilidade social deve determinar em cada caso qual é a resposta mais apropriada às expectativas de nossos anfitriões” ³⁹ (p. 147). Essa sensibilidade é construída justamente nas interações e nos encontros junto aos participantes da pesquisa.

Considerando as discussões metodológicas expostas, busquei criar por meio dessa geração de dados possibilidades de “ouvir e olhar a perspectiva do outro” por meio de um exercício de alteridade, com vistas a desenvolver uma “sensibilização ao contexto e para o compromisso político” (CAVALCANTI, 2006, p. 249), no caso investigado, a “questão quilombola”. Dessa forma, ainda que pretenda registrar a histórica de Casca, explico que minha pretensão não é de “falar por”, mas sim de “falar com”, pois concordo com Cavalcanti quando aponta que “é preciso que as vozes das minorias sejam ouvidas, é preciso que as pesquisas sejam feitas por eles, que a voz venha deles, que a pesquisa seja feita ‘de dentro’” (2006, p. 250). Embora ainda não sejam as mãos de um quilombola a

³⁹ Tradução minha: “no hay reglas absolutas sobre el modo de comportarse cuando se forma parte de una observación participante. Nuestra sensibilidad social debe determinar en cada caso cuál es la respuesta más apropiada a las expectativas de nuestros anfitriones”.

escrever este trabalho, busco dar vazão a vozes que sejam fruto de experiências plurais da “diáspora negra” (HALL, 2003) e que também sejam “de dentro” dessa “minoria”.

3. História, legislação e comunidade negra: fatos históricos sobre terras e educação

“não, não, eu acho que existir já existia mas não era publicado, não era publicado porque eu vi eles tavam falando que essa lei é antiga, ANTIGA essa lei, só tava (.) encaixotadinha, encaixotadinha” (*seu Quincas, ex-presidente da Associação Comunitária*)

Neste capítulo, delinheio o contexto sociohistórico das disputas nas quais as lideranças quilombolas negociam o direito a suas terras. Para isso, na primeira seção, apresento alguns fatores históricos da ocupação territorial gaúcha e como a legislação quilombola passou a ter visibilidade no estado. Na segunda seção, discuto sobre as tentativas de diálogo com o Estado e como essas questões se relacionam com os usos sociais da escrita. Por fim, junto a isso, caracterizo a comunidade de Casca com dados sociais e demográficos da região onde ela está localizada.

3.1. Identidade e burocratização em políticas públicas de titulação

A emergência da questão quilombola ganhou visibilidade, no ano de 1996, com o primeiro mapeamento das comunidades negras rurais na região sul do Brasil, realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER)⁴⁰. Esse mapeamento tinha a finalidade de “repensar as representações sobre os negros e as práticas

⁴⁰ O Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas é vinculado ao Departamento de Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

cotidianas que os constituem como sujeitos do presente, como integrantes do perfil étnico do sul atual” (LEITE *et alli*, 1996, p. 09). A presença de quilombos no Rio Grande do Sul reorientava os olhares no país para as comunidades negras gaúchas, as quais ficaram entre os espaços que restaram dos processos de colonização no estado. Além disso, provocou um olhar mais crítico para entender as relações interétnicas que se constituíram após o longo do processo de escravidão⁴¹. A região de Mostardas foi uma delas.

A experiência de Casca como um quilombo no estado do Rio Grande do Sul, além de ser marcada pela projeção de suas lideranças em um cenário político, colaborava para quebrar o imaginário do estado gaúcho como “branco”. A presença de Casca em um estado reconhecido por ter uma população de maioria “branca” destacava-se; principalmente, por quebrar a invisibilidade histórica legada à população negra no sul do Brasil (LEITE *et alli*, 1996). Para os autores, a construção dessa invisibilização da população negra no sul do país está assentada tanto na percepção de uma presença rara dos negros na região, quanto na crença de que as relações escravistas no sul foram democráticas e igualitárias (*idem*, p. 40); contudo, a presença de um grande número de comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul vem desmistificando ambos os argumentos. Como resultado: dez anos depois da autoidentificação de Casca, ocorrida em 1996, seriam mais de 130 comunidades em processo de titulação no estado⁴².

No processo de disputa pela regularização territorial no estado do Rio Grande do Sul, somaram-se atores sociais como o Ministério Público Federal e Estadual, na área jurídica, o INCRA, na regulação das instruções normativas e na regularização fundiária, as Universidades, na elaboração dos relatórios socioantropológicos para contribuir com seus quadros técnicos, os Movimentos Sociais Negros, na assessoria e na mediação desses contatos, bem como Governos e Prefeituras locais, no gerenciamento das políticas públicas destinadas a essas populações.

No ano de 2001, um convênio entre a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul possibilitou a realização de cinco relatórios técnicos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação

⁴¹ Sobre a experiência escravista no Rio Grande do Sul ver Maestri (2006).

⁴² Anjos e Silva (2008) fazem uma retomada das políticas públicas realizadas no estado desde 1996, com os primeiros mapeamentos dos territórios negros.

territorial, o levantamento cartorial e a demarcação com vistas à titulação de cinco comunidades⁴³: Arvinha, no município de Coxilha, Mormaça, no município de Sertão, São Miguel e São Martimianos, no município de Restinga Seca, e Casca, no município de Mostardas. Esse convênio gerou visibilidade entre os militantes de movimentos sociais para a temática das comunidades rurais negras. Como consequência, esses ativistas organizaram um seminário no final do ano para formação de voluntários que desejassem atuar junto a comunidades quilombolas. Dos participantes que permaneceram até o final do curso, constituiu-se o IACOREQ.

A questão de terras quilombolas passa a ser reconhecida no estado gaúcho a partir de duas políticas públicas implementadas por governo federal e universidades, realizadas em parcerias com ativistas sociais. Com isso, a história da população negra nesse estado passa a ser revisitada.

Narrando as relações escravistas no Rio Grande do Sul, Anjos e Silva (2004) afirmam que “a abolição formal da escravidão significou para grande parte dos escravizados uma armadilha, na medida em que toda uma série de dispositivos foi criada para manter o trabalho negro aprisionado” (p. 35). Entre essas armadilhas, os autores citam que a principal delas foi a imposição da condição de agregado, que mantinha a exploração do ex-escravo que ficava preso às terras em que trabalhava. Como forma de quebrar essa estratégia, muitos ex-escravizados tentavam adquirir suas próprias terras, como é o caso da comunidade quilombola de São Miguel, analisada pelos autores.

A ocupação territorial no estado tem que ser entendida no marco da colonização, que reconfigurou as ocupações de terra das populações negras e indígenas. Segundo os autores,

a identidade negra é construída, em grande parte, em um jogo de confronto, de oposições e de contrastes com as colônias de agricultores de descendentes de alemães e de italianos e que, atualmente, são os grandes responsáveis pelas atitudes discriminatórias que rebaixam a auto-estima do negro, quase sempre em uma relação tensa e expressa por meio da exploração da mão-de-obra negra e da expropriação das suas terras e da

⁴³

Dessas cinco comunidades, até o ano de 2009 nenhuma havia sido titulada.

manutenção de processos políticos de exclusão socioeconômica e cultural” (p. 27).

O processo de colonização do estado concomitante com o período pós-abolição gerou novas fronteiras entre os grupos sociais que ocupavam o território, as quais foram tensionadas pelas relações de poder que diferenciavam o acesso aos direitos e a terra. Nesse momento histórico, Anjos e Silva (*idem*) destacam que o processo de consolidação da emancipação negra rural na província, que vinha acontecendo por meio da compra de terras por ex-escravizados, foi fragilizado tanto pela Lei da Terra de 1850 quanto pelas frentes de colonização que chegavam ao estado. No primeiro, a Lei da Terra “interpunha entre a terra e os pretendentes à sua apropriação legal toda uma série de processos jurídicos, que passam a codificar heranças, vendas, medições e litígios” (p. 53), processo que instituiu a burocratização das relações de compra de terras. No segundo, a colonização possibilitou aos colonos que avançassem sobre os territórios que já eram ocupados por pessoas da terra “em nome de uma nova racionalidade produtiva⁴⁴, confirmada ao longo do século pelo acesso desigual a créditos, máquinas, sementes” (p. 53). Em síntese, para os autores,

a burocracia com sua linguagem e *ethos* próprios só pode ser dominada por agentes socialmente próximos do centro de jurisdição, sobretudo quando manipulada por laços de reciprocidade entre dominantes. Por um lado, as terras dos negros iam se pulverizando, consideradas terras devolutas e seus ocupantes tomados como incapazes de propriedade.” (p. 53)

Essa descrição do processo de apropriação das terras⁴⁵ ilustra o mesmo processo de burocratização e exercício do poder a partir do centro desenvolvido nas cidades coloniais, descrito por Rama (1985): a centralização do Estado, para organizar a cidade, se constitui a partir da burocratização para dialogar com seus membros, o que se torna mais dificultoso para aqueles que estão na “periferia” física e/ou política desses centros.

⁴⁴ Essa racionalidade está relacionada ao ideal da política de colonização que entendia que os colonos melhorariam a produção agrícola do estado, além de pressupor que resultaria em um branqueamento da população.

⁴⁵ Os autores chamam a atenção, ainda, para os efeitos dessas mudanças no capital social (relações baseadas na reciprocidade), no capital escolar (a escolarização e o domínio da escrita passam a ser fundamentais no novo regime que regulam as relações interétnicas) e no capital étnico (as vantagens permitidas pela branquitude).

A reorganização dos grupos sociais no território gaúcho, tanto pelas experiências de quem “ganha” quanto na experiência de quem “perde” terras, provocou a emergência de fronteiras e um sentimento de pertencimento a algum desses grupos. Quando observamos a experiência de diferentes comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, uma narrativa que sempre se repete é a de história de luta para se manter no território em que vivem há décadas. Com base na experiência analisada em Restinga Seca, Anjos e Silva (*idem*) definem etnia como o momento em que

a identidade emerge a partir da afirmação dos sujeitos políticos que se organizam, como forma de reação a processos violentos que colocam essas coletividades em ameaça, além de serem mantidas sob opressão socioeconômica. Quando das invasões dos seus territórios; dos assassinatos de seus integrantes; da derrubada das suas cercas ou do avanço sobre as mesmas; da destruição das suas roças e plantações ou do envenenamento das terras com agrotóxicos; do impedimento do acesso às águas ou do envenenamento dos seus rios e lagos com a pulverização de venenos de serviços de saúde, de rede de água, esgotos ou eletrificação rural, então, a identidade emerge (p. 28).

Ou seja, entendo etnia como uma coletividade que se distingue de outros por sua organização política. Na história de Casca, o legado do testamento destinado aos seus ancestrais por Dona Quitéria é o ponto inicial da comunidade, o ponto fundacional do grupo. A manutenção das fronteiras se deu na luta pela manutenção da extensão de seu território e pelo direito ao título da terra. A posse, embora de direito pelo testamento, teve de ser reivindicada pela comunidade via uma legislação que lhe garantisse o território. Essa busca pela legislação quilombola junto ao Estado, exigindo da comunidade a identificação como remanescente de quilombo, constitui os sujeitos enquanto grupo.

Na perspectiva de Hall (2003), por exemplo, o mais apropriado seria “uma concepção mais ampla do racismo, que reconheça a forma pela qual, em sua estrutura discursiva, o racismo biológico e a discriminação cultural são articulados e combinados” (p. 69). Ou seja, quando olhamos as desigualdades em grupos tratados como “étnicos” ou como “raciais” o que há são duas “lógicas” do mesmo racismo que estão sempre presentes, “embora sofram combinações diferentes e sejam priorizadas distintamente, de acordo com o contexto ou em relação a diferentes populações subjugadas.” (*idem*, p. 69).

Os efeitos e impactos desse racismo vistos na experiência de divisão territorial do estado também se expressam nos empecilhos criados para a aplicabilidade da legislação e nos baixos números da implementação da regularização territorial dessas comunidades no estado.

3.1.1. Legislação e seu impacto em números

Existe uma legislação federal que atribui a posse definitiva da terra aos territórios quilombolas há duas décadas; contudo, faz somente seis anos que um decreto foi criado para regulamentar esse processo. No que se refere à legislação, atualmente, o artigo que atribui direitos ao título para as comunidades remanescentes de quilombo – o artigo 68 – consta no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Segundo este artigo, o Estado assegura que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Outro dispositivo legal que assegura às comunidades seus direitos é o artigo 216º da Constituição Federal⁴⁶, segundo o qual “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

Na época, final de 1980, houve uma intensa discussão acerca do melhor termo a ser inserido na Constituição – se mocambo, terra de preto ou remanescente de quilombo, por exemplo. Além disso, se seria mais apropriado inserir na Constituição ou em seus artigos transitórios, como de fato o foi. Essas discussões estavam assentadas em um pequeno conhecimento das realidades das comunidades negras rurais, tanto no que se refere a sua definição e experiências quanto a sua quantidade no território nacional.

No que se refere aos dados populacionais, nos dados do *Anuário Estatísticas do Meio Rural*⁴⁷, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

⁴⁶ Título VIII da Ordem Social, cap. III, seção II, art. 216º, inciso 5º.

⁴⁷ Organizado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e pelo NEAD/MDA (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário), realizado em São Paulo, 2006.

Socioeconômicos (DIEESE) com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o número de comunidades quilombolas identificadas pelo Governo Federal entre 2000-2005 teve um significativo aumento. Segundo o Anuário, analisando também dados da Fundação Cultural Palmares (FCP) e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁴⁸, no ano de 2000 foram identificados 724 quilombos no país todo, esse número sobiu, em 2005, para 2.146, número três vezes maior. No Rio Grande do Sul, foram identificadas nove comunidades remanescentes de quilombos, em 2000; cinco anos depois, já eram 132 quilombos em área gaúcha, número quatorze vezes maior. Nesse período, verifica-se que o aumento no número de comunidades autoidentificadas como remanescentes de quilombos ocorreu em um período de maior visibilidade e informação acerca da implementação de ações e políticas para esse direito de regularização de terras.

O *Anuário* também analisou a população residente por situação de domicílio, segundo raça/cor, indicando que do total da população da área urbana no país, a maioria é branca, com 53,8%, frente a 39,4% para pardos, 6,2% para pretos, 0,5% para amarelos e 0,2% para indígenas. No entanto, esse percentual se inverte na área rural, onde somando pretos (4,4%) e pardos (55,5%) temos um total de 59,9% de negros⁴⁹, frente a 39,8% para brancos, 0,2% para indígenas e 0,1% para amarelos.

Na região sul do país, observando a população por domicílio rural segundo raça/cor, em 2004, há um total de 82,7% brancos, 0,1% amarelos, 0,1% indígenas, 2,1% pretos e 15,1% pardos, sendo que os dois últimos conformam uma população negra de 17,2%. Um dado relevante a partir desses números é a grande presença da população negra na área rural do estado, fato que não é destacado nos discursos dos movimentos sociais com ênfase no campo, como o MST⁵⁰.

⁴⁸ Foi criada pelo Governo Federal no dia 21 de maio de 2003, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Acessado em 04 de maio de 2009, no site: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/

⁴⁹ Em análises demográficas, a categoria “negro” é composta pelo soma das categorias “pretos” e “pardos”, tendo em vista as similaridades nos percentuais de desigualdade social em diferentes campos nos quais se encontram ambas as populações.

⁵⁰ O perfil étnico-racial do MST - que no Rio Grande do Sul é visto como majoritariamente branco - se inverte nos estados do Norte e Nordeste do Brasil, no qual possui um maior número de população negra.

Já em relação à titulação, de acordo com dados do INCRA, entre 2003 e 2009, foi expedido um total de cinquenta e nove títulos que regularizaram 174.471 hectares em benefício de 53 territórios e 4.133 famílias quilombolas. Quanto aos processos em andamento, são 851 em praticamente todas as superintendências do INCRA. Até hoje, já foram publicados noventa editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), o que significa a identificação de 1.327.641 hectares, em benefício de 11.656 famílias⁵¹. Conforme registros junto à Fundação Cultural Palmares, as maiores concentrações destas comunidades estão nos estados da Bahia e Maranhão, ainda que existam comunidades quilombolas espalhadas por todos os estados, de norte a sul do Brasil. Observando o total de títulos expedidos dentro da política de titulações quilombolas, 173 títulos foram para comunidades quilombolas das cinco regiões do país entre os anos de 1995 e 2009. No Rio Grande do Sul, as primeiras titulações ocorreram somente no final de 2009.

Segundo estimativas da SEPIR, 5% do total de comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos no Brasil estão localizadas no Rio Grande do Sul. Desde 2003, o aumento de autoidentificações quilombolas não foi acompanhado de titulações das terras, inclusive porque os processos judiciais transcorrem por longos anos e não há um limite temporal estipulado para sua conclusão.

O artigo 68 foi regulamentado em 2003 pelo Decreto 4.887/2003 (Anexo 3), o qual prescreve o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, marcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos⁵². Segundo os termos do decreto, serão considerados quilombolas “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Esse decreto, além de definir os sujeitos da política, também exige a constituição de uma Associação Comunitária pelos membros da comunidade.

⁵¹ Reportagem disponível no site: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22841>. Acessado em 27 de janeiro de 2010.

⁵² O decreto 4.887/2003 foi modificado, em 2008, por pressão da chamada “bancada ruralista”, liderada pelo Partido dos Democratas, que reivindica a inconstitucionalidade do artigo 68. De fato, como é um artigo disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é um direito que ainda está ameaçado.

Segundo o texto legal,

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Nesse decreto, há uma exigência da constituição de uma entidade jurídica que represente os moradores das comunidades para o recebimento do título coletivo⁵³. Por isso, ao iniciar o processo de titulação, é necessário que os moradores constituam uma Associação Comunitária, instituição que exige práticas letradas para sua funcionalidade e funcionamento.

O funcionamento de uma Associação envolve uma série de processos burocráticos que passam a ter de fazer parte das práticas locais, entre eles, a elaboração de um estatuto, o reconhecimento junto ao cartório local, o pagamento de impostos, a construção de uma sede, o controle em livro-caixa dos valores que circulam na Associação, a eleição de diretorias, a realização de reuniões e o registro das reuniões em ata. Em Casca, os usos de escrita necessários ao funcionamento da Associação distanciavam-se dos gêneros cotidianos da comunidade e, como consequência, provocavam conflitos visíveis em eventos de letramentos de que participavam. Esses eventos conflituos fizeram parte da constituição dessa entidade jurídica, própria do universo letrado, que passou a responder pela comunidade por todo o processo de titulação das terras.

Em alguns estados, há uma legislação para orientar o processo de mapeamento e titulação dos territórios quilombolas. No estado do Rio Grande do Sul, existe, desde 2002, uma legislação regulamentando os procedimentos de titulação das terras quilombolas, a Lei 11.731/2002 (Anexo 4) e o Decreto 41.498/2002 (Anexo 5). No entanto, embora estas leis continuem em vigência, elas pouco foram aplicadas para concretizar as titulações e tampouco fomentaram a aceleração dos processos que estavam em andamento no estado.

⁵³ O título atribuído aos territórios quilombolas fica em nome da Associação Comunitária local, que passa a representar essa coletividade. Esse título coletivo está baseado em uma ideia de que as práticas nos quilombos, como o uso comum da terra e inexistência de divisões territoriais, são práticas coletivas.

No que se refere à política pública, há o Decreto 42.952/2004, que criou um Comitê Permanente de Coordenação das Ações Relativas às Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul na Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. Esse Comitê tem como objetivo principal a formulação de políticas públicas para grupos étnicos, com ênfase na população quilombola. O RS Rural, por exemplo, destacou-se como política com foco na distribuição de verbas para infraestrutura e plantação. No entanto, essas políticas contribuem muito pouco para que as agências estatais consigam efetivar as políticas afirmativas de forma sensível e junto às populações alvo.

3.2. Políticas de diálogo do/com o Estado

O processo de implementação de políticas públicas específicas voltadas para os quilombolas abriu para a comunidade de Casca uma esfera de contatos com um grande número de agentes sociais, para a qual traziam diferentes práticas de letramento. Essas políticas, também chamadas de políticas afirmativas⁵⁴, são definidas como

políticas públicas que visam corrigir uma história de desigualdades e desvantagens sofridas por um grupo racial (ou étnico), em geral frente a um Estado nacional que o discriminou negativamente. O que motiva essas políticas é a consciência de que essas desigualdades tendem a se perpetuar se o Estado continuar utilizando os mesmos princípios ditos universalistas com que tem operado até agora na distribuição de recursos e oportunidades para as populações que contam com uma história secular de discriminação (CARVALHO, 2005, p. 51).

A efetividade dessas políticas se deve à pressão realizada por parte dos movimentos sociais sobre o Estado quanto ao seu papel frente às desigualdades, com uma

⁵⁴ Entre essas políticas estão o *Programa Brasil Quilombola* (desde 2006), um programa interministerial, e o programa *Terra Cidadania* (criado no início de 2008); ambos geridos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Para maiores informações consultar o endereço: http://www.mte.gov.br/delegacias/rs/rs_prog_quilombolas.asp.

demanda principal: um programa de ações afirmativas para os grupos que foram historicamente vítimas do racismo.

A Fundação Cultural Palmares, que antes do Decreto 4887/2003 era a responsável pela regularização dos territórios quilombolas, atualmente está responsável por duas ações no que se refere à titulação: a) a concessão de certidões de auto-reconhecimento, e b) a aquisição e entrega de equipamentos advindos de políticas públicas para o etnodesenvolvimento (como materiais de pesca, artesanato, casas de farinha).

A criação da SEPPIR foi um resultado concreto, pois gerou um espaço na estrutura estatal para orientar políticas que visem à diminuição da exclusão resultante do racismo (o que poderia demonstrar uma flexibilização da postura do Estado). Entre os objetivos desta Secretaria estão acompanhar e coordenar as políticas de diferentes Ministérios do Governo e outros órgãos, atividade que possibilita à Secretaria avaliar o acesso dessas populações às políticas específicas e, conseqüentemente, se suas vozes estão sendo de fato acolhidas na elaboração dessas políticas. Ao observar as experiências da SEPPIR e da Fundação Cultural Palmares, mantém-se o questionamento de se o Estado está gerenciando as políticas afirmativas, de forma mais horizontal, ou seja, com “estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade”, gerados por sua sociedade multicultural (HALL, 2003, p. 50) ⁵⁵.

Na tentativa de dialogar com os agentes envolvidos na esfera⁵⁶ de luta quilombola, e também com a constituição da Associação Comunitária, os líderes locais entraram em contato (e confrontos) com os diferentes atores envolvidos no processo de

⁵⁵ A questão quilombola estava incluída também no Estatuto da Igualdade Racial, no capítulo *Do Direito dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos às suas Terras*, em consonância com os atuais procedimentos de regularização dos territórios, permitindo a autodeclaração dos grupos (garantida na Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário). No entanto, na votação do Estatuto no dia 09 de setembro de 2009, um acordo na Câmara com a bancada ruralista garantiu sua aprovação mediante a exclusão de duas ações centrais nas políticas afirmativas: o artigo referente à regularização de terras para remanescentes de quilombos e o artigo referente à reserva de vagas no ensino universitário.

⁵⁶ Nesta dissertação, esfera de atividade é entendida como “‘regiões’ de recorte socioistórico-ideológico do mundo, lugar de relações específicas entre sujeitos, e não só em termos de linguagem. São dotadas de maior ou menor grau de estabilização a depender de seu grau de formalização, ou institucionalização, no âmbito da sociedade e da história. Assim, esfera deve ser entendida como a versão bakhtiniana marxista de “instituição”, ou seja, uma modalidade socioistórica relativamente estável de relacionamento entre os seres humanos.” (SOBRAL, 2009, p. 121)

titulação das terras, tanto na comunidade quanto em um grande número de espaços fora dela. Esses contatos exigiram participações em esferas nas quais os eventos eram mediados pela escrita. Na medida em que o aumento desses eventos gerava uma visibilidade para a escrita, muitas dessas negociações com agentes externos pareciam gerar conflitos e mudanças nas práticas de leitura e escrita, e de valores acerca dessas práticas, que já existiam na comunidade.

Casca foi a primeira das comunidades gaúchas a ser objeto de políticas específicas para os quilombolas, tendo participado de programas como o RS Rural Quilombola e do projeto de formação de lideranças, durante a realização de seu relatório socioantropológico para o processo de titulação de suas terras. Investigando essa experiência, Silva (2007) analisou os processos de implementação de políticas públicas e o papel que cumprem os mediadores sociais nesse contexto. O autor aponta que “os movimentos realizados, no sentido da construção de espaços nos quais o protagonismo das comunidades remanescentes de quilombos, no encaminhamento de seus pleitos, seja uma realidade efetiva, está distante de ser atingido” (p. vii). Para ele, as lógicas de ação, as trajetórias e os recursos dos agentes envolvidos são díspares, ocasionando relações assimétricas de diálogo e impossibilitando o estabelecimento de pressupostos consensuais sobre as regras que estão sendo disputadas.

Além disso, nesse processo de luta, há no mínimo três esferas relevantes a investigar. Na primeira, a esfera jurídica e governamental, são realizadas atividades como as reivindicações de terra, a elaboração de políticas públicas, os julgamentos dos processos e a disputa em torno da legitimidade da demanda. Nessa esfera, as lideranças quilombolas intervêm por meio do Ministério Público, principalmente, para acompanhar, reivindicar e exigir informações sobre o processo de sua titulação. Na segunda, a esfera acadêmica, realiza-se a elaboração dos relatórios socioantropológicos, os quais são os principais espaços de disputa pela titulação das terras (ANJOS; SILVA, 2004), pois se tornam, no transcorrer dos processos, em laudos periciais que irão ser mais uma voz a “conferir” a identidade quilombola do grupo aos atores estatais dessa disputa.

Nessas esferas, as lideranças quilombolas, por conta do processo de titulação, passam a circular em variados eventos que ou são mediados pela escrita ou a tornam

visível: como reuniões, audiências e em eventos nacionais e internacionais⁵⁷. As atividades que pertencem às esferas jurídica e acadêmica, somando os demais espaços que se conformam em decorrência da titulação, tais como cursos de formação, redes de associações entre lideranças quilombolas regionais, estaduais e federais, constituem a terceira esfera política: a própria luta quilombola que, pelo contínuo diálogo com diferentes agentes, constitui o *movimento quilombola* (ALMEIDA, 2002, p. 78), o qual também passa a exigir uma série de práticas letradas para o exercício de suas atividades.

Dessas instituições, meu foco voltou-se mais para o INCRA, por ser no caso de Casca o agente estatal responsável pela titulação de seu território. Essa Instituição, que existe há cerca de 30 anos, está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e é responsável pelos processos de reforma agrária no país. Interagiu desde seu início com o Movimento Sem Terra (MST), com o qual gestou uma prática de negociação baseada em “reuniões” em sua sede ou, quando há dificuldades no diálogo, com acampamentos do MST nas sedes do Instituto. Desde o início dos anos 2000, o INCRA assumiu a responsabilidade pela titulação dos territórios quilombolas, sem ter tido uma reorganização na estrutura ou uma preparação dos funcionários para o trabalho com esse novo tema. Atualmente, a maior crítica, inclusive interna, é a falta de estrutura para atender à demanda étnica dos quilombos, seja por falta de preparo dos profissionais para ir a campo, seja por falta de espaço e infra-estrutura física e de pessoal.

A partir do Decreto 4.887 de 2003, o Instituto⁵⁸ passou a ser responsável por todo o processo de titulação e, para isso, criou a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas superintendências regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. Para iniciar o processo de titulação, o primeiro passo é o autorreconhecimento, que pode ser

⁵⁷ No V *Fórum Social Mundial*, em Porto Alegre, 2005, houve uma mesa sobre comunidades tradicionais que congregou experiências de todo o continente americano, intitulada *Garantias e violações ao direito à terra e à moradia nos territórios étnicos das comunidades afro-descendentes*, ocorrida no dia 27 de janeiro de 2005. Pelos relatos apresentados, puderam-se perceber muitas semelhanças entre os processos de expropriação territorial em Brasil, Colômbia e Estados Unidos.

⁵⁸ No estado do Rio Grande do Sul, os primeiros títulos foram entregues no segundo semestre de 2009, destinados a territórios quilombolas urbanos: para Família Silva, na capital do estado, no dia 20 de setembro e para a comunidade Chácara das Rosas, no município de Canoas, no dia 30 de outubro.

feito por meio de uma declaração da Fundação Cultural Palmares. O passo seguinte é a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Esse estudo tem por objetivo identificar a população residente no local e delimitar o território quilombola e, para isso, realiza descrições cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID é composto por um conjunto de peças, ou seja, de outros documentos e relatórios de estudos que contribuam para identificar a população, bem como o território, e delimitar este último. Entre essas peças estão: (a) relatório socioantropológico, também referido como laudo, por ser uma peça que servirá juridicamente no processo pelo título da terra, a favor (ou contra) das comunidades; (b) planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; (c) cadastramento das famílias quilombolas; (d) cadastramento dos demais ocupantes e presumíveis detentores de títulos de domínio incidentes no território pleiteado; (e) levantamento da cadeia dominial completa desses títulos de domínio e outros documentos similares, inseridos no perímetro do território quilombola reivindicado; (f) e detalhamento da situação fundiária do território pleiteado; parecer conclusivo da área técnica⁵⁹.

Dessas peças, o relatório socioantropológico resulta de um processo intenso de contatos entre pesquisadores e moradores da comunidade, para que haja uma aproximação para a finalidade desse relatório: o conhecimento da história local. Esse estudo de caráter antropológico é realizado por uma equipe multidisciplinar, composta por cientistas sociais (antropólogos ou sociólogos), geógrafos, historiadores e arquitetos. No estado do Rio Grande do Sul, ele é realizado através de convênios entre o INCRA e Universidades do estado - a principal delas é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao longo do processo de titulação, como vimos na investigação de Silva (2007) discutida anteriormente, as lideranças da comunidade quilombola de Casca vivenciaram conflitos nas tentativas de diálogo estabelecidas junto às instituições governamentais. Para

⁵⁹ Informações encontradas em “Glossário de termos usados na regularização de territórios quilombolas”, disponível no site: <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/institucional/quilombolas/glossario.doc>. Acessado em 10 de novembro de 2009.

o autor, ao mesmo tempo em que se mostraram dificuldades na interação entre a comunidade e os mediadores, houve espaços criados de negociação e possibilidades de rupturas.

Com isso, no que diz respeito à escrita, esse processo político passou a exigir práticas sociais de uso da escrita muito diferenciadas das práticas de letramento da comunidade para garantir sua participação em alguns espaços de negociação. As interações com os diferentes agentes, por um lado, exigiam que os quilombolas lidassem com práticas de letramento dominantes, mas, por outro lado, o domínio dessas práticas não lhes garantia o atendimento de suas reivindicações, como vemos na história do testamento.

Tendo em vista que a possibilidade de diálogo do Estado com as comunidades quilombolas se dá no marco das políticas afirmativas no Brasil, entendo que ela faz parte de um conjunto de políticas que tem por objetivos em primeiro lugar explicitar a existência do racismo e, em segundo, buscar formas de desconstruir as práticas racistas pelas quais o Estado atua na sociedade.

É verdade que pôr em prática essas políticas, justamente por explicitar o racismo existente, contraria os pressupostos caros à nação imaginada no Brasil, ou seja, a do *país da democracia racial*. Para que as políticas cheguem ao seu segundo objetivo, precisarão ser analisadas para determinar em que medida elas conseguem romper de fato com as relações de poder que relegaram essas comunidades à margem por séculos. E, talvez antes disso, dar conta do primeiro objetivo, que, como aponta Munanga (1999), esbarra na *comunidade imaginada* (ANDERSON, 1989) da nação brasileira como democrática racialmente, por essa representação estar assentada sobre um mito da democracia racial⁶⁰, que tem seu ícone máximo nas interpretações da obra “Casa-grande & Senzala”, de Gilberto Freyre (FREYRE, 2006), publicada pela primeira vez na década de 1930.

Tomando esse cenário como pano de fundo, minha inserção em campo se centrou nos modos de efetivação do diálogo entre as lideranças quilombolas e os diferentes

⁶⁰ O mito da democracia racial é uma das narrativas fundacionais do Brasil que credita à mistura de três raças – índios, negros e brancos – a constituição da população brasileira. Além disso, na base desse mito está a ideia de que essa origem explicaria uma suposta harmonia na convivência entre esses grupos. Esse mito tornou o país por anos como um caso distinto no mundo de harmonia racial em contraponto com E.U.A. e África do Sul, principalmente.

atores desse processo durante a efetivação dessas políticas públicas afirmativas - em programas como o Projeto Compras Coletivas⁶¹ e o Programa Brasil Quilombola⁶² e, principalmente, no próprio curso da titulação - ao longo da experiência de Casca.

3.3. Caracterização social da comunidade participante da pesquisa

Junho de 2005, o sexto aniversário da Associação Comunitária Dona Quitéria mobilizou uma grande festa de comemoração. Sua constituição, datada de 1999, foi uma resposta a necessidade de dialogar com as instituições estatais conforme a exigência do Decreto 4.887/03. Como convidados da comunidade de Casca, estariam pessoas como a representante da Fundação Cultural Palmares, agentes das instituições estaduais e municipais e algumas organizações do movimento social que eram envolvidas com a questão quilombola. Após cerca de seis meses participando de atividades com o IACOREQ, essa era a primeira vez que eu iria conhecer pessoalmente a comunidade de Casca.

Assim que ouvi a música alta avistei uma grande quantidade de pessoas dançando animadamente em um salão. Chegara à tarde, no meio da festa, mas parecia ser um ótimo momento: o baile. E somente três meses depois é que se intensificaria meu contato por meio do projeto entre o IACOREQ e a FAPEU/UFSC. Até aquele retorno ficaria a imagem do acolhimento com o qual fui recebida e acolhida no baile: em poucos minutos fui apresentada por Ubirajara Toledo, do IACOREQ, a muitos dos moradores e logo convidada a dançar.

A partir das visitas seguintes, ficou cada vez mais perceptível que o espaço no qual eu chegava – que seria o local onde eu teria mais trânsito durante o trabalho de campo – era um espaço de referência para a luta quilombola. A Associação Comunitária Dona

⁶¹ O Projeto Compras Coletivas, gerenciado pelo Ministério do Trabalho, financiado pela Petrobrás, tinha dois objetivos: a) baixar custos de compras em mercados externos de produtos para alimentação das famílias e b) promover a troca entre as comunidades de seus produtos agrícolas.

⁶² Mais informações em: <http://www.mda.gov.br/aegre/index.php?sccid=587>. Acessado em 10 de novembro de 2009.

Quitéria era o espaço onde se tomavam decisões sobre os rumos da titulação, discutiam-se as demandas locais, realizavam-se reuniões, encontros e cursos, assim como festas promovidas pela comunidade. Além disso, a partir do trabalho dos moradores na Associação foi construída uma biblioteca numa das salas da sede e foi realizado um curso de alfabetização, no ano de 2006, ministrado por um morador local. Dessa forma, a Associação constituiu-se em um espaço de sociabilidade – formativo e informativo.

Entre outros lugares nos quais circulei na comunidade, havia a biblioteca, as casas, a cozinha da Associação utilizada para as festas, como espaços de interações cotidianas e discussões políticas; e o quiosque, o campo ou horta, as fazendas vizinhas, a praia (dentro e fora da comunidade, pois há também uma extensão de área litorânea no território), a tecelagem e o bar, como espaços que possibilitam atividades de geração de renda. Descrevo desta forma para apontar as atividades mais centrais de cada um dos ambientes, pois não há uma divisão rígida entre esses espaços e as práticas que neles ocorrem.

Entre as lideranças de quem estive mais próxima ao longo da pesquisa, apresento aquelas que estavam bastante envolvidas com a dinâmica da Associação e que foram importantes para minha compreensão das práticas de letramento da comunidade. No primeiro evento em que participei em Casca, conheci a senhora **Ilza Mattos** (conhecida como dona Ilza), vice-presidente da Associação e uma líder reconhecida na comunidade. Ela circulava muito em atividades políticas na capital e em outros estados do Brasil representando a Casca. Também conheci a senhora **Ieda Maria Mattos** (conhecida como dona Ieda), quem me recebeu em sua casa durante o primeiro trabalho de campo. Ela também participava da diretoria da Associação e depois como conselheira fiscal. Ainda no evento da festa conheci o senhor **Diosmar Lopes da Rosa** (conhecido como seu Diá), que era o presidente da Associação, liderança da comunidade relevante no processo de titulação quilombola.

Ao retornar para a primeira reunião que acompanharia na Associação Comunitária Dona Quitéria, conheci outras lideranças que também se mostraram relevantes na titulação de Casca. Entre eles, o senhor **Joaquim Lopes Ferreira** (conhecido como seu **Quincas**), foi presidente da Associação, entre 2007 e 2008, e coordenava o Tabernáculo

(lugar de culto evangélico em Casca), o senhor **Joaquim Mattos**, foi tesoureiro da Associação e do quiosque, e o senhor **Alceu Gomes**, foi conselheiro fiscal da Associação, morador bastante atuante na gestão de seu Quincas, acompanhando-o aos eventos (foi dono de um bar no local e candidatou-se a vereador do município de Mostardas em 2008).

Para apresentar a comunidade de Casca dentro do conjunto de comunidades quilombolas, destaco um trecho do laudo socioantropológico que ilustra como esse documento os identificou como quilombos. Nesse primeiro parágrafo de descrição de Casca, a autora inicia com a descrição da comunidade, na qual ressalta traços que compõem sua identidade, tais como o parentesco, a localização de seu território, a forma como são vistos pela vizinhança e seu histórico de lutas. Leite (2004) começa sua escrita da história de Casca orientando seu leitor a perceber as fronteiras étnicas existentes no cotidiano dessas pessoas.

A “**Comunidade de Casca**”, como é amplamente mencionada, designa um conjunto de famílias aparentadas entre si que residem em uma área recebida de seus antepassados, situada entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, no município de Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul. A Comunidade de Casca é conhecida como “comunidade negra”, “os negros de Casca” ou “remanescentes de quilombos” pelos mais diversos agentes externos, entre eles Prefeitura Municipal de Mostardas, Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul, religiosos, políticos, servidores públicos e imprensa. Sua visibilidade veio a público em 1988, a propósito do debate nacional sobre as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil e no bojo das discussões sobre o Artigo 68 da Constituição Brasileira, que prevê a emissão de títulos de propriedades aos “remanescentes das comunidades de quilombos (LEITE, 2004, p. 45)

Casca está localizada na área rural do município de Mostardas, reconhecida como uma região açoriana. Leite (*idem*) localiza Casca territorialmente – nas terras do Estado e na relação com outros sujeitos de seu entorno. Essa relação com os outros, marcada pela luta por sua terra, distingue seu grupo de outros, provocando a emergência de fronteiras e pertencimentos. Esse município fica na região litorânea do estado, como podemos ver nos mapas abaixo, com a localização geográfica do município e da comunidade. A área da comunidade (conforme os Mapas 1 e 2) está localizada no istmo

vivenciado por esse município, que é caracterizado por uma baixa na produção agrícola e, conseqüentemente, por uma busca por parte da população do campo por empregos nas cidades próximas. Essa diminuição da população rural se deu também nas demais regiões do país, ao longo do século XX. No que se refere ao sexo da população, a diferença nos percentuais não é significativa: na área rural 50% da população são homens e 46% são mulheres, enquanto na área urbana esses percentuais são de 50,4 e 46,69 respectivamente.

Em 2005, foi realizado um levantamento sociodemográfico sobre a população para o projeto *Pesquisa e mobilização social por uma sociedade sem racismo*⁶⁷. Segundo esse levantamento, a agricultura, com a produção de vegetais, e a criação de animais, como ovelha e bois, eram os meios de trabalho para geração de renda na comunidade, o que mostrava que as atividades laborais estavam bastante vinculadas ao campo. Os homens costumam trabalhar nas fazendas vizinhas em plantação, criação de animais e outras lidas do campo e, no final de semana, se dedicam à horta familiar. As mulheres costumam trabalhar em casa, em restaurantes (também chamam de “cozinhas”) de fazendas vizinhas e desenvolvem trabalhos com artesanato, realizado num espaço chamado “tecelagem”. Mais recentemente também trabalham no quiosque – um espaço vinculado à Associação, no qual realizam a comercialização dos produtos locais, como os agrícolas e os artesanatos da tecelagem (produzindo artesanatos, principalmente, a partir de lã de ovelhas).

No que diz respeito à idade, dos cerca de 400 habitantes, 27% das pessoas possuíam entre 31 e 50 anos, 24% mais de 51 anos, 18% até 10 anos, 17% entre 11 e 20 e 14% entre 21 e 30. Esses números apontam uma forte presença da população nas faixas etárias entre 31 e 50 anos e acima de 51 anos, os quais somam quase metade da população. No que se refere à população idosa, o alto índice de pessoas acima de 51 anos (um quarto da população) reflete uma característica relevante sobre o perfil das lideranças locais: as primeiras diretorias da Associação foram compostas, nas funções de presidente e vice-presidente, por pessoas mais velhas da comunidade. Muitos moradores justificavam argumentando que eram os mais velhos que conheciam melhor a história de Casca para defender as terras. A experiência de vida revela-se como um fator que tem valor positivo na comunidade.

⁶⁷ Realizado pelo IACOREQ, conforme mencionado no primeiro capítulo.

Em relação ao índice de analfabetismo do município, o percentual diminuiu consideravelmente na população acima de 15 anos no final do século XX. No ano de 1991, o percentual de pessoas que não eram alfabetizadas acima de 15 anos era de 21,90%, em 2000 esse percentual diminuiu para 15,2%. Embora esse índice tenha diminuído consideravelmente, ele ainda está maior do que os percentuais estaduais. O índice de analfabetismo⁶⁸ geral do estado do Rio Grande do Sul, segundo os Dados do Censo IBGE 2000, é de 4,74%. Analisando esse índice, segundo os critérios raça/cor, percebem-se desigualdades entre os grupos brancos e não-brancos: o índice de analfabetismo para os brancos é de 4%, enquanto para os pardos e pretos esse índice aumenta consideravelmente, ficando 9,55% e 9,01%, respectivamente, maior do que o dobro do percentual do primeiro grupo.

Esses números desiguais refletem a invisibilidade sofrida pelas populações negras, devido ao racismo, o que repercute também no seu acesso aos bens culturais⁶⁹. O próprio atendimento por parte do poder público – escola e saúde, por exemplo – foi e é comprometido devido às relações racistas do país (ANJOS; BATISTA, 2004; LEITE, 2004; BORGES, 2007; SOUZA, 2009). Nessa perspectiva, muitos trabalhos vêm mostrando que a escola não atende da mesma maneira às populações do campo e do espaço urbano (GALVÃO, 2003; CÂNDIDO, 2009), assim como aos negros e não-negros (CAVALLEIRO, 2000; MARQUES, 2001; REIS, 2001; PINTO, 2006).

Galvão (2003) pontua que estudos de História Cultural sobre as práticas de leitura na área rural mostraram que “não se pode tomar como sinônimos a posse de materiais de leitura e as práticas de leitura propriamente dito” (p. 130). Segundo esses estudos,

morar na zona urbana, onde a circulação do impresso é muito maior e a escrita assume um significado central na vida de seus moradores, possibilita um contato permanente e involuntário com materiais de escrita:

⁶⁸ O Indicador de Taxa de Analfabetismo é a proporção dentre os indivíduos de 15 anos ou mais, daqueles que declaram, em uma pesquisa, não saber ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Esse índice revela o grau de analfabetismo da população adulta.

⁶⁹ Há trabalhos no campo da História da Educação e da História Cultural que tem trazido a tona estratégias de letramento criadas pela população negra (MORAIS, 2007) e um olhar crítico sobre os discursos de educação da população negra (FONSECA, 2002) durante o período escravista.

mesmo para os analfabetos, estar na cidade significa usar, em alguma medida, o escrito e o impresso. Na zona rural e nas pequenas cidades, por outro lado, as formas de comunicação e de sociabilidade são, predominantemente, calcadas na oralidade, o que torna a escrita, em muitos casos, desnecessária no cotidiano das pessoas (GALVÃO, 2003, p. 136).

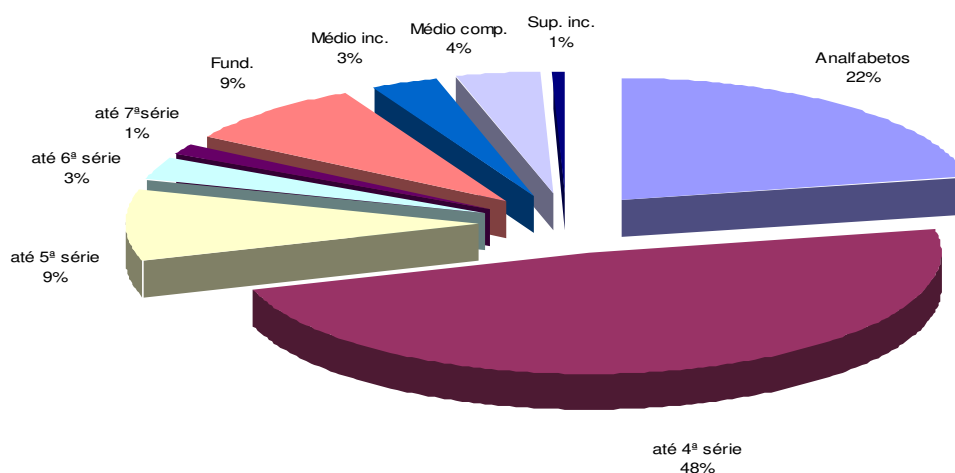
Essa afirmação é uma descrição mais geral do espaço urbano que não condiz com todas as experiências do campo. Focando a tentativa de diálogo do Estado com seus diferentes grupos sociais, parece que sociabilidades permeadas de escritura passam a ser necessárias.

Pinto (2006) critica a democratização da escola e, no que se refere à educação quilombola, denuncia a invisibilidade dos saberes desses grupos no currículo escolar. Segundo a autora “o currículo adotado nas escolas dessas populações segue os mesmos padrões estabelecidos pelo sistema formal de ensino. Não considera o modo de vida e as experiências cotidianas dos alunos e demais habitantes das povoações quilombolas” (p. 283). Ressalta ainda a inexistência de políticas voltadas para as *escolas em área quilombola* até meados de 1999, nos estados do Pará e Tocantins. Aliado a isso, o currículo das escolas próximas a comunidades quilombolas também não contempla aspectos da identidade dos sujeitos que ali participam. Como resultado, salienta a autora, essa invisibilidade acarretava dificuldades e evasão escolar. Essa crítica se assemelha ao panorama do Rio Grande do Sul, onde não há políticas educacionais específicas construídas em diálogo com as comunidades quilombolas, apenas ações pontuais que dependem de poucos professores que advêm dessas comunidades.

Essa experiência reforça a crítica de Silva Jr. (2002), para quem a reforma de ensino realizada em 1971, por exemplo, “não foi acompanhada de uma preparação do magistério para lidar com classes numericamente grandes e racialmente heterogêneas” (p. 27). Segundo ele, os paradigmas do ensino seguiram apoiando-se em valores de classe média branca, independente da classe social dos professores que ministrariam as aulas bem como da classe dos alunos. O autor finaliza dizendo que a democratização foi feita nos moldes da quantidade de alunos atendidos e não na qualidade do ensino ministrado.

Na comunidade de Casca, ao olhar para as gerações acima de 40 anos, a média geral de estudos fica em torno de dois a três anos (a segunda série do ensino fundamental⁷⁰); essa média aumentou nas últimas quatro décadas, chegando em torno de quatro anos de estudos para a geração de faixa etária entre 30 e 40 anos, e sobe ainda mais para as faixas etárias menores de 30 anos, que alcançam, em média, sete anos de escolaridade. No *Gráfico 1*, pode ser vista a distribuição da população a partir da idade de 6 anos nas séries escolares.

Gráfico 1 – Escolaridade dos moradores acima de 6 anos de idade



Fonte: *Pesquisa e mobilização social por uma sociedade sem racismo*

Quase metade da população da amostra – 48% - estudou até o final do primeiro segmento do fundamental, séries do ensino básico oferecidas desde o final da década de 1970 em escolas bem próximas à comunidade, segundo os moradores. O percentual de 22% de analfabetos pode ser acrescentado aos 24% de moradores acima de 50 anos, que não possuíam escola disponível próxima da comunidade em sua infância. Entre as crianças em idade escolar, a partir dos sete anos de idade até os dezessete, atualmente todas estão matriculadas e possuem transporte (financiado pela prefeitura) para se deslocarem até suas escolas.

⁷⁰

Atualmente, o terceiro ano do Ensino Fundamental.

Em relação ao sistema escolar que é utilizado pelos estudantes de Casca, há três escolas próximas que recebem a maioria das crianças da comunidade. Uma delas, a mais próxima, fica a menos de 10 minutos de caminhada a partir do limite das terras da comunidade e possui as séries iniciais do ensino básico, com duas turmas bisseriadas⁷¹. As outras duas ficam mais distantes, e oferecem o ensino básico completo. Já o ensino médio, na época, era oferecido apenas no centro do município de Mostardas.

Comparando os dados de Casca com outros estudos, percebem-se fortes relações entre os percentuais nas desigualdades da educação. Os baixos níveis de escolaridade entre as pessoas com mais de 30 anos não é só uma questão da chegada tardia da escola. Batista e Ribeiro (2004) analisam a distribuição do acesso à cultura escrita no país com base em dados construídos pelo Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). Junto à escolarização, fatores de desigualdade como sexo e raça/cor atuam também na distribuição da cultura escrita. Conforme sua análise, conclui-se que a distribuição é bastante regulada pela escolarização, mas também é limitada devido a fatores sociais e étnico-raciais.

Hasenbalg e Silva (1990), analisando as desigualdades raciais nas oportunidades educacionais, observam os números de acesso, trajetória e desistência escolar das populações por raça/cor. Os autores apontam que os números são bastante prejudiciais para a população preta e parda, indicando que fator racial interfere no acesso e na permanência dos estudantes na escola. A pesquisa de Henriques (2001), dez anos depois, corrobora esses dados. O autor analisa o avanço do acesso das populações à escola, comparando os grupos por raça/cor, no período de 50 anos do século XX (entre os anos 1920 a 1970), e aponta uma permanência de desigualdades raciais ao longo dos anos. O autor escolheu esse período porque houve uma grande expansão escolar e uma série de políticas públicas universalistas voltadas para a inclusão no sistema escolar. Após comparar a inclusão em cada grupo raça/cor, o autor afirma que:

⁷¹ Nas turmas bisseriadas, as aulas, ministradas por uma professora, são direcionadas a alunos de duas (ou mais) séries diferentes. Numa das escolas próximas a Casca, havia duas turmas: uma turma reunia a 1ª e 2ª série e a outra reunia a 3ª e 4ª série.

sabemos que a escolaridade média dos brancos e dos negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX. Contudo, um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens – a mesma observada entre seus avós. (p. 27)

Esse estudo, além de apontar a permanência das desigualdades raciais na escola, demonstra a relevância do fator racial, que se mantém ativo frente às políticas de cunho universalista. Bernardino (2004), em um livro em que discute ações afirmativas para a população negra, reitera que:

em síntese, os vários dados estatísticos revelam que raça é uma variável importante na explicação das desigualdades sociais, sobretudo quando se analisa o mercado de trabalho, educação, saúde; ou seja, aquelas dimensões da vida que estão relacionadas ao bem-estar e à realização dos indivíduos em termos de inserção de modo não-subalterno no mundo econômico e político. (p. 24)

Esses estudos (HENRIQUES, 2001; BERNARDINO, 2004; PINTO, 2006) contribuem para explicitar o racismo e as desigualdades existentes no contexto educacional, dentro do qual estão inseridas as escolas que atendem a comunidades quilombolas. Isso porque falar em quilombos envolve refletir sobre a realidade de comunidades negras que resistiram ao sistema escravista e construíram fortes relações internas e fronteiras externas para concretizar seu direito ao território. Suas histórias são fortemente marcadas por um recente processo escravista, mas também por suas lutas e ressignificações no cotidiano atual; também práticas de reexistência (SOUZA, 2009).

Nessa descrição da comunidade, apresentei sucintamente dados históricos, sociodemográficos, geográficos e, com mais ênfase, educacionais para que, a partir desse contexto sociohistórico, eu possa delinear a singularidade desse local. Mas certamente a compreensão dessa singularidade torna-se mais complexa e enriquecida quando inserida na discussão sobre o que é “quilombo”.

4. A refração no “quilombo”: uma complexa arena de disputas

“é meu, que anoto as coisas ali, desde que assumi a associação eu anoto as coisas ali... se é dinheiro que sai, eu anoto, pra que que foi, o que que pagamos, eu tenho tudo anotado...” (*Ilza Mattos, vice-presidente da Associação*)

Neste capítulo, tenho por objetivo discorrer sobre a arena de disputas nas quais as lideranças quilombolas negociam o direito a suas terras. Para isso, após haver apresentado aspectos políticos, históricos, educacionais e identitários da política quilombola, analiso a flutuação semântica que ocorre no tempo e no espaço em torno do conceito de “quilombo”, na primeira seção. Com base nessa discussão, passo, na segunda seção, a discutir em que medida o processo de reivindicação da terra envolvia questões de identidade. Para isso, problematizo a apropriação local da identidade quilombola, a partir de entrevistas com lideranças da comunidade e da discussão da polissemia do termo “quilombo”, discutida neste capítulo.

4.1. “Quilombo”: um termo repleto de sentidos

A palavra “quilombo” foi conjugando, historicamente, sentidos muito díspares que se confrontam nessa arena de disputas pela regularização dos territórios negros, no contexto atual em que a titulação passa a ser um direito às populações negras que ocupam suas terras. Bakhtin/Voloshinov (1995) ajudam a entender essa polissemia ao afirmar que “os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos

outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto.” (p. 107). No caso da titulação quilombola, esses conflitos emergem na linguagem ao refletir os confrontos sociais entre os atores envolvidos nessa disputa. E essa refração dos sentidos da palavra “quilombo” é reflexo do embate na visão sobre o termo existente entre os próprios atores que estão interagindo nessa arena, tais como os membros das comunidades, do Estado, dos movimentos sociais e da academia.

Ao mesmo tempo, essa polissemia do termo revela diferentes valores que estão em diálogo. O signo “quilombo” tem origem em línguas bantas, quimbundo e umbundo, das quais o português brasileiro possui muitos empréstimos. Originalmente, significando um lugar de pouso utilizado por populações nômades, passou a designar também os acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, escravos e outros itens cobiçados pelos colonizadores. Essa palavra, que no espanhol ganhou sentidos como “prostíbulo” ou “bagunça”, no Brasil, passou a significar comunidade, agrupamento ou refúgio. E, atualmente, está mais próximo apenas dos dois primeiros sentidos, abrangendo a noção de resistência. Esse movimento semântico do termo mostra como ele varia no tempo e no espaço: variações que trazem sérias implicações para a titulação quilombola tendo em vista que o Estado tem dificuldade de dialogar com as mudanças que ocorrem nesses diferentes sentidos. Ou de forma mais explícita, muitas vezes o Estado opera justamente os sentidos que ficaram *frigorificados*.

Historicizando o conceito de “quilombo”, Almeida (2002) aponta que a primeira referência à palavra “quilombo” ocorreu ainda período colonial, mais especificamente em uma resposta do Conselho Ultramarino ao rei de Portugal. Nesse documento, era definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles” (2002, p. 47). Este é um dos sentidos que ficou muito marcado na historiografia brasileira do século XVIII até os dias atuais.

Por outro lado, sua imagem era reconhecida como um espaço de resistência negra durante a escravidão ou refúgio de escravos, desde o século XVII. Com a

(re)emergência do Movimento Negro⁷², em fins dos anos 70, essa imagem foi retomada e reificada como um *locus* de organização, coletividade e resistência negra. Ressignificado pelo movimento social ao longo do século XX, o Quilombo dos Palmares (entre os estados de Alagoas e Pernambuco) tornou-se o expoente máximo dessa resistência. Nas palavras de Abdias do Nascimento, no manifesto *Quilombismo* (NASCIMENTO, 1980), o quilombo era uma realidade da qual nasceu uma necessidade urgente do negro de “defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser” (p. 255). Para ele, “os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre” (p. 255).

A Constituição Federal brasileira de 1988, justamente cem anos após a data oficial de abolição da escravatura, incorporou, pela primeira vez, demandas de sua população negra, dentre as quais estavam a regularização e a titulação de territórios ocupados por comunidades quilombolas, também conhecidas como “mocambos” ou “terras de preto”. Contudo, somente no final da década de 1990 as comunidades quilombolas ganharam visibilidade na esfera pública brasileira. Embora muitas dessas comunidades lutassem há mais de um século por suas terras, foi a partir desse período que elas iniciam uma disputa diferenciada no contexto brasileiro: a luta pela terra com base no reconhecimento étnico.

Para Rodrigues (2006), a reflexão intelectual sobre quilombos – e, portanto, sua definição – poderia ser apresentada em três fases no século XX: uma primeira, entre os anos 1930 a 1960, numa perspectiva mais histórica, seria reavivada nos trabalhos educacionais desenvolvidos pela Frente Negra Brasileira e pelo Teatro Experimental do Negro; uma segunda fase, nos anos de 1970, com a emergência de movimentos sociais negros e o surgimento de alguns trabalhos sobre o campesinato negro, a discussão sobre quilombos passaria a ser pensado no campo da história e da cultura; e uma terceira fase,

⁷² A emergência do Movimento Negro, em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial é um marco histórico para as lutas contra o racismo. Além desse marco, é importante ampliar a visão da resistência negra no Brasil, que é bem anterior. Referências como os clubes negros, as irmandades e a Frente Negra Brasileira remontam aos séculos XVIII e XIX. O diferencial da década de 1970 é a visibilidade destes movimentos, após anos de invisibilidade devido à repressão da ditadura.

entre os anos 1980 e 1990, que a autora chama de “Quilombo, contemporaneidade e identidade”, na qual haveria um fortalecimento da identidade negra e da ideia de quilombos como resistência negra.

Nessa última fase, ocorre a preparação da Marcha pelos 300 anos da morte Zumbi dos Palmares, no ano de 1995, em Brasília. Esse evento retomou a figura do Quilombo dos Palmares, com o objetivo de reivindicar do Estado a implementação de políticas públicas específicas contra a desigualdade racial no país. Uma questão que Rodrigues (*idem*) destaca é o fato de que essa reivindicação de ações afirmativas - ao tomar por base uma visão sobre “quilombos” como resistência - demonstra que há uma grande fluência e interlocução entre o movimento negro e a retomada do enfoque teórico e político sobre o tema, tal qual se apresentam nos efervescentes anos 1970.

A partir da década de 1970, observamos um processo de ressignificação do conceito de “quilombo”, tanto na esfera política quanto acadêmica. Ativistas dos Movimentos Negros passaram a somar-se à luta pela terra (no espaço rural) mais intensamente, inserindo-a entre suas pautas de reivindicações, com o objetivo de cobrar do Estado a titulação desses territórios. A redação do artigo 68 se concretizou após tensas negociações. Como destaca Leite (2004), esse processo:

decorre das discussões lançadas pela Frente Negra Brasileira, nos anos 30, sufocadas pela ditadura de Vargas, reaparece nos movimentos que antecederam ao golpe militar em 1964 e emerge novamente da/na pressão social pós-ditadura militar, na fase da redemocratização e no bojo dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80. Relançado por militantes e intelectuais afrodescendentes, tornou-se pouco a pouco um fato político, ao alcançar visibilidade e interagir com diversos setores progressistas que tinham voz e voto na Assembléia Constituinte. (p. 19)

Como vemos, a metáfora do “quilombo” como um espaço de resistência está muito vinculada à luta por direitos da população negra. Essa relação ampliou a discussão sobre racismo e desigualdade racial dos Movimentos Negros para situá-la na relação entre raça e território. Raça, aqui, como define Hall, é entendida como “uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (2003, p. 66), sem estar

assentada em base biológica. A relação entre o movimento negro e a luta quilombola é marcada pela aproximação, destaca Rodrigues (2006), e está inserida em um intrincado jogo de relações de poder que operam no pleito de reconhecimento étnico e territorial dessas comunidades. Aproximação que se intensificou e se ampliou no seio das reivindicações na Marcha Zumbi.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve um aumento de estudos sobre comunidades negras no meio acadêmico. Os estudos dessa época enfocavam o campesinato negro e suas especificidades, como suas formas de uso comum da terra (GUSMÃO, 1996) e a possibilidade de um português crioulo baseado em línguas africanas (VOGT; FRY, 1996), referindo-se aos grupos como “comunidades negras rurais”, “terras de preto” ou “comunidades negras urbanas”. A partir de 1988, com a publicação do artigo 68, inicia-se uma consolidação do nome “comunidades remanescentes de quilombos” ou “comunidades quilombolas” nas investigações que as tinham como foco de estudo.

Comparando as experiências quilombolas às indígenas, o antropólogo Arruti (2006) ressalta que, como consequência desse processo de titulação, as comunidades negras rurais “emergem de sua invisibilidade histórica ao ganharem o estatuto de unidades culturais e sociais” (*idem*, p. 62), levando-se em conta “índices de autarquia social relativa, tais como origem e cosmologia comuns, alto índice de endogamia e, eventualmente, dialetos particulares” (*ibidem*). Na experiência quilombola, o parentesco e a territorialidade parecem ser aspectos bastante relevantes.

Nesse processo de ressignificação do conceito de “quilombo” – ou sua “ressemantização”, como nomeiam os antropólogos –, a heterogeneidade das realidades quilombolas encontradas vem provocando a maneira conservadora de a esfera jurídica ver a questão. As reivindicações do “movimento quilombola”, por um lado, ampliam as possibilidades do “ser quilombola” e exigem novas formas de diálogo por parte do estado, criando alianças com diferentes agentes que se somam em sua luta. Por outro lado, a intervenção de diferentes atores, entre eles as universidades, contribui para um aumento da visibilidade sobre o tema da terra e a dimensão do “campesinato negro”. No bojo desses estudos, atores de universidades começam a entrar em contato com as comunidades quilombolas tanto a partir da realização dos relatórios socioantropológicos, os quais se

tornam laudos periciais no transcorrer do processo jurídico, quanto a partir de intervenções por meio de projetos de extensão⁷³ e de pesquisa nessas comunidades.

Dessa forma, no debate antropológico sobre “quilombo”, o conceito se ressignificou, deixando de ser entendido como um resquício dos antigos quilombos para ser entendido dentro do campo da etnicidade⁷⁴. Nessa nova compreensão, Almeida (2002) realinha as comunidades quilombolas ao lado de outros grupos sociais – ou “as novas etnias”⁷⁵ – que reivindicam seus direitos pelo uso comum da terra e aponta que o conceito de remanescentes de quilombos deve ser entendido no marco de uma unidade social baseada em novas solidariedades, a qual está sendo construída a partir de “formas de resistência que se consolidaram historicamente” e do advento de uma existência coletiva capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social (ALMEIDA, 2002, p. 79).

Para o autor, a compreensão desses grupos apenas a partir do conceito de resquícios dos antigos refúgios de escravos⁷⁶ os aprisiona a uma origem “pura” e estática. Ao contrário, para entendê-los é relevante dialogar com a forma “como esses grupos se definem e o que praticam” (*idem*, p. 78) atualmente. O que o autor não questiona é que nas disputas que estão em jogo na esfera quilombola, a palavra “quilombo” se refrata em distintos sentidos que estão em luta nesta arena, na qual o conceito que subjaz a própria autodefinição dos quilombolas também é refratado em várias concepções.

Para fins deste trabalho, tomo por base a definição de Anjos e Silva (2004), ao discutirem que o conceito de “quilombo”:

⁷³ A Associação Civil Universidade Solidária (UNISOL) promoveu, em várias universidades, projetos de extensão voltados para quilombos. Entre elas, no Rio Grande do Sul, a UFRGS participou junto a UNISOL, no ano de 2003, de atividades sobre associação comunitária e titulação junto à comunidade quilombola de Cambará, localizada no interior do estado. Foi o início de um processo que culminou na realização do laudo socioantropológico dessa comunidade.

⁷⁴ Para uma discussão maior sobre quilombos, etnicidade e memória, ver Mello (2008).

⁷⁵ Essas novas etnias, para Almeida, seriam grupos sociais organizados a partir de outras formas de uso comum da terra que estão se impondo e, ao mesmo tempo, outras identidades coletivas que necessitam ser sucessivamente afirmadas. O autor indica, entre as novas etnias, as quebradeiras de coco babaçu, no Norte; as artesãs de arumã do Rio Negro, no Amazonas, por critérios de gênero; os seringueiros e castanheiros, por critérios de localização geográfica; e os atingidos por barragem, uma modalidade de intervenção governamental (2002, p. 75).

⁷⁶ O que o antropólogo Alfredo Wagner chama de um conceito *frigorificado* de quilombo (ALMEIDA, 2002).

entendido como categoria residual, congelada no passado, sem mostrar, definir e analisar seus desdobramentos dinâmicos no decorrer de um processo histórico-sócio-cultural fluido, acaba por desviar nossa atenção de uma série de outras situações de resistência, na quais os negros exerceram papéis que não o de refugiado armado, tornado visível pela historiografia oficial, mas outros papéis de um confronto relativizado, na sua aparência atenuado, em relação à sociedade escravista ou recém-pós-escravista do Brasil do final do século XIX e inícios do século passado (p. 29).

Partindo dessa percepção, na qual as concepções do termo que foram sendo constituídas na história estão em diálogo, busco voltar a atenção para as experiências singulares e invisibilizadas de reexistência e resistência da população negra. Além disso, essa compreensão de “quilombo” permite entender algumas ressignificações do conceito de “quilombo” a partir de uma perspectiva afirmativa da identidade negra. Ela orienta para a possibilidade de entender essa discussão como uma questão étnico-racial, pois esse conceito está situado tanto em discussões sobre raça quanto de etnia (o que nos termos de Hall seria a mesma questão)⁷⁷.

Em Casca, tanto a produção do laudo quanto a titulação promoveram um processo de constituição de uma identidade quilombola, ao mobilizar a memória dos moradores da comunidade. Na medida em que eu entrava em contato com mais comunidades remanescentes de quilombos, percebia que ser quilombola era um processo de *tornar-se quilombola*. Santos (1983), em um livro importante para a reflexão sobre a identidade negra, *Tornar-se negro*, discute como é o processo de construção identitária de negros brasileiros que ascenderam socialmente. Para a autora,

a descoberta de ser negro é mais que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só parece enquanto tal, depois do trabalho se descortinar muitos véus). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é

⁷⁷ Uma definição importante que amplia o conceito de etnia e o diferencia de raça o entende como um grupo social humano que compartilha práticas culturais, como valores, atividades religiosas e língua, por exemplo, além de traços biológicos e parentescos. Nesta concepção, raça aludiria apenas aos aspectos morfológicos dos grupos (como cor da pele, traços faciais, formato do corpo, etc.).

também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (*ibidem*, p. 18).

De fato, assim como a autora aponta um processo de *tornar-se negro*, a construção de uma identidade quilombola está muito relacionada à emergência política de atores de comunidades negras rurais (e agora também urbanas) e, nesse cenário, aos conflitos vivenciados ao criar formas de diálogo com instituições para as quais esses atores foram invisíveis por longos anos. Para o antropólogo Arruti, “o ‘artigo 68’ não apenas reconheceu o direito que as ‘comunidades remanescentes de quilombos’ têm às terras que ocupam, como criou tal categoria política e sociológica” (2006, p. 67). No entanto, para acessar ao título, uma série de procedimentos é exigida dessas comunidades, tanto para ser reconhecidas⁷⁸ pelo Estado como quilombola, quanto para dialogar com ele.

A questão da autoidentificação deve ser entendida dentro de estruturas de poder nas quais, como afirma Leite (2004), a fronteira étnica existente na atualidade é “decorrente do tipo de colonização do território, dos processos políticos que perpetuaram as diferenças entre as populações existentes e da persistência do racismo, que manteve os vários grupos socialmente hierarquizados” (p.103) a partir de uma noção de raça definida a partir de parâmetros biológicos.

Na discussão territorial quilombola, a abordagem de território é aquela que privilegia a dimensão cultural na definição de território, e que o vê antes de tudo como um espaço dotado de identidade, uma identidade territorial (HAESBAERT, 1999, p. 37). Embora alguns sobrevalorizem a questão cultural, para o autor “na verdade, é muito difícil estabelecer as fronteiras entre a concepção política e a concepção cultural de território” (*idem*). Aqui território está imbricado com identidade, poder, história e sobrevivência dos grupos. Haesbaert propõe dois termos bastante pertinente à discussão quilombola: territorialidades múltiplas (apropriado para indicar a convivência lado a lado de diferentes lógicas de territorialização) e multiterritorialidade (mais apropriado para dar conta da sobreposição de lógicas territoriais, na mesma escala geográfica ou em escalas distintas). Estamos de acordo com o autor quando ele afirma que

⁷⁸ O reconhecimento é realizado pela Fundação Cultural Palmares ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

é de uma nova concepção de território, então, que se trata. Um território múltiplo, onde devemos implementar não uma identidade una e pouco permeável ou, ao contrário, a diluição de todas as identidades, mas o convívio entre várias construções identitárias, inclusive aquela que envolve a opção de compartilhar múltiplos territórios. Só assim poderemos combater a mais real das desterritorializações, aquela que promove a exclusão – na proliferação dos sem-teto, dos sem-terra, lembrando que a pior e mais drástica exclusão é aquela que nos impede o acesso ao próprio espaço, concreta e/ou simbolicamente apropriado, fundamento ontológico da existência humana” (p. 49)

No caso de Casca, Leite indica que a territorialidade pode ser compreendida na dimensão do modo em que a história do grupo como legatários está vinculada à memória do território, pois “quando se consideram herdeiros, estão, ao mesmo tempo, referindo-se à terra como um território anteriormente demarcado e é ele que fornece a principal referência identitária” (2004, p. 178).

Ao interagir com territórios quilombolas no estado do Rio Grande do Sul, minhas concepções acerca do termo também se diversificavam. A atenção se voltou, inicialmente, para uma tradição mediada fortemente pela oralidade, um território cheio de memórias e significações, de relações de parentesco que fortaleciam a noção de pertencimento no grupo e em um momento político de grande relevância: a possibilidade de tornar-se visível ao Estado. Porém, em seguida, essa visibilidade relativa frente às instituições públicas que passaram a ser meu foco de olhar, e, em decorrência, como se dava a apropriação dessa categoria política e legal atribuída com o artigo 68. Com a continuidade das observações, ficava mais evidente que a chegada dessa categoria implicava conflitos identitários no seio da comunidade, refratando no “quilombo”.

4.2. Era mais do que lidar com a escrita: tornando-se quilombola

O processo de regularização territorial, atravessado por eventos mediados pela escrita, fortalece a identidade quilombola. Os usos sociais da escrita situados no percurso de titulação da terra estão imbricados no próprio processo de constituição identitária dos

líderes quilombolas. Nesta análise, proponho que a demanda pelo título da terra, por meio da legislação dos territórios quilombola – o artigo 68⁷⁹ –, promove a constituição de uma identidade quilombola e, em concomitância, põe os sujeitos em contato com diferentes usos sociais da escrita para acessar os seus direitos, em diálogo com o Estado⁸⁰.

4.2.1. Estórias inscritas e escritas

A comunidade quilombola de Casca possui dois documentos escritos que parecem especiais nesse processo de luta pelas terras. O primeiro, o testamento, é um texto entendido como o marco fundacional da comunidade, também chamado “documento da deixa”, por criar uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989) que se fortalece também nas relações de parentesco constituídas – herdeiros fraco e forte – e na participação do cotidiano do grupo. O segundo, o laudo socioantropológico (ou apenas laudo), apresenta uma versão da história local registrada na escrita com a finalidade de legitimação étnica do grupo para defesa do território.

O testamento

O testamento é um gênero jurídico mediante o qual uma pessoa dispõe de seus bens, na íntegra ou em parte, para após sua morte, determinando os limites de sua doação e os beneficiários. No caso de Casca, esse documento não foi reconhecido frente à sociedade de maneira a garantir-lhes a posse da terra ao longo dos anos.

Contudo, embora não lhes tenha assegurado as terras, é hoje um texto reconhecido localmente como um documento que permitiu a permanência do grupo no território em que vivem. A desvalorização do testamento – se relacionada ao racismo e ao histórico de impedimentos do acesso à terra por parte da população negra – revela a fragilidade deste documento para garantir o direito a terra a comunidades como Casca, que

⁷⁹ Apresentado no terceiro capítulo.

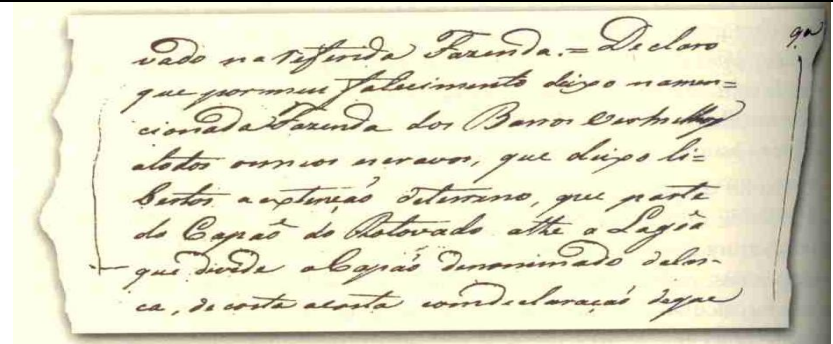
⁸⁰ A compreensão efetiva dessa relação demanda um estudo que poderia focalizar mais detidamente as relações entre o processo de regularização territorial e a identidade dos grupos quilombolas.

se encontram em situação de vulnerabilidade social frente a sociedade em que se inserem. Consequentemente, a luta e o confronto para garantir o território são uma constante na trajetória dessa comunidade.

A primeira vez que as lideranças e moradores da Comunidade de Casca dirigiram-se a um órgão público par solicitar o reconhecimento de direito de propriedade foi no ano de 1971. (...) De lá para cá, a luta dos herdeiros de Casca pela titulação de suas terras passou por várias etapas, ações, processos judiciais. Muitas vidas chegaram e se foram, como a do Sr. Gaspar Lopes de Mattos, um dos herdeiros, que morreu “sem ver a situação de Casca resolvida”, e de seu filho, o Sr. Marcos Lopes de Mattos, que passou as últimas décadas de sua vida impetrando diversas ações judiciais para a titulação das terras. (LEITE, 2004, p. 47)

Como a antropóloga destaca no texto do laudo, os moradores de Casca vêm reivindicando a titulação do território desde a década de 1970, anterior tanto ao artigo constitucional que garante as terras aos territórios negros, quanto (inclusive) às novas significações do que é ser quilombola. Como outras comunidades, Casca ilustra que a luta pelo título nesses territórios se dá antes mesmo da consolidação dessa demanda em um direito legal, o artigo 68.

O testamento, no interior da comunidade, gera valores contraditórios sobre os textos. Ao mesmo tempo em que era reconhecido pelos moradores como um documento que lhes garantiu as terras, também era visto como algo que não impediu a perda de parte do território. Segundo as lideranças, a disputa jurídica pelo título das terras existia há muitos anos e o testamento foi uma peça importante nessa disputa, porque seu uso serviu para legitimar o legado da terra, o que o tornou um elemento escrito valorizado pela comunidade. O trecho do testamento que segue, retirado do laudo (LEITE, 2004, p. 112), traz o texto de doação das terras, no qual consta:

	“Declaro que por meu falecimento deixo na mencionada Fazenda dos Barros Vermelhos a todos os meus escravos, que deixo libertos a extensão de terreno, que parte do Capão do Retovado até a Lagoa que divide o Capão denominado da Casca, de costa a costa...”
Figura 1. – Testamento de Casca	Transcrição da Figura 1.

Os materiais de inscrição e armazenamento dos textos na comunidade, o testamento eram guardados em pastas. Em uma entrevista, Sr. Alceu relatou-nos que as pessoas idosas sempre guardaram o documento em pastas com todo o cuidado e não o deixavam circular para que não fosse perdido. A guarda do testamento era uma função distribuída entre os mais velhos.

Alceu depois passou para o filho, passou pro seu Otacílio, passou pelo Felipe, passou pelo um monte, pelo Seu Tonho, depois que aí o falecido Felipe estava doente, mandou chamar ele, passou para ele ser o procurador, mas lá em (+++) quarenta e cinco anos atrás isso

Luanda ser o procurador significa estar com o testamento?

Alceu não, ser o procurador é:: aquela pessoa que vai fazer todos os trabalhos que nem hoje tem o presidente, né?

(Entrevista com Alceu, em janeiro de 2009)

As atividades de administração local não iniciam com a Associação Comunitária. O cuidado com o testamento ao longo dos anos centralizou atividades para “aquela pessoa que vai fazer todos os trabalhos que nem hoje tem o presidente”. Alceu começa explicando que o testamento circulava dos mais velhos para os mais novos, quando aqueles morriam, e, preferencialmente, dentro da mesma família. Guardar esse documento é uma função intergeracional e revela relações de poder dentro da comunidade. Embora a circulação do testamento fosse restrita, muitos moradores comentam que o conheciam desde pequenos, “sempre conhecemos desde que me entendo por gente o testamento”.

Em um encontro no qual apresentei o projeto da pesquisa, questionei sobre quais os valores os participantes da Associação atribuíam ao testamento, o que pensavam sobre ele. Na conversa, muitos moradores afirmaram que sabiam da importância do documento, mas percebiam que ele não havia tido a mesma força legal para a comunidade negra por não lhes ter garantido a titulação das terras que já eram suas. Ainda que possuísem o testamento, a luta para preservar suas terras foi necessária ao longo dos anos frente aos processos de roubo e perda de terras que sofreram. Em outras palavras, eles precisaram lutar porque constantemente seus direitos eram ameaçados

Com a Associação Comunitária, tanto a forma de armazenamento do testamento quanto a função de “guardador” do mesmo e de administrador da terra foram abaladas e, com o tempo, extintas. O testamento foi guardado no Arquivo Público do estado, para fins de conservação. Em decorrência da identificação como quilombola, a história da comunidade de Casca, embora estivesse inscrita em seu território, teve de ser escrita também em folhas.

O laudo

Para acessar ao título da terra por meio da legislação quilombola, a comunidade passou pela realização do RTID⁸¹. Como a realização do laudo socioantropológico (LEITE, 2004) é pouco conhecida, é pertinente apresentar alguns aspectos de sua elaboração. O laudo de Casca foi realizado no ano de 1999. Para esse documento, os moradores da comunidade reconstruíram as histórias orais do grupo, material que seria traduzido para a escrita, com a finalidade de contribuir para a legitimidade da identidade quilombola do grupo frente ao Estado. Segundo a antropóloga que realizou o documento,

o laudo que subsidiou e fundamentou o pleito discorre sobre fatos inéditos que estiveram guardados nas entrelinhas dos documentos históricos, que foram silenciados ao longo de quase dois séculos, e lança-os ao conhecimento e debates públicos. Geralmente laudos são requisitados quando não há nenhum estudo sobre o grupo, população ou situação em questão e, assim, espera-se que ele consiga levar, ao campo jurídico e governamental, informações capazes de revelar, esclarecer e elucidar

⁸¹ O RTID foi discutido no terceiro capítulo.

aspectos considerados relevantes da cultura e da história do grupo em questão. (p. 29)

Na prática, a dinâmica de elaboração do laudo, a partir de gêneros como conversas informais gravadas, reuniões e entrevistas com os mais velhos sobre a história do grupo, provocou-lhes o desejo de conhecer melhor sua história – muitas vezes silenciada⁸² - e uma valorização por ser “descendentes de escravos”, geralmente a primeira definição que ouvia em campo do conceito de “quilombola”. Esse documento é muito relevante para a compreensão das concepções locais sobre a escrita, pois o laudo pretende justamente ser uma história escrita da comunidade, assim como um documento que lhes garantiria o direito a titulação. A autora (LEITE, 2004) destaca que:

a pesquisa de campo desencadeou um processo de rememoração, de reconstituição das experiências vivenciadas pelas famílias de Casca. O diálogo entre elas e sobre o seu passado veio a tornar-se ainda mais profundo quando se iniciou o movimento pela organização da Associação. A partir daí, provocadas pelas perguntas dos pesquisadores e dos militantes do MNU, as famílias dos herdeiros de Casca iniciaram um trabalho de recompor as lembranças e os acontecimentos do passado para a reconstrução de sua história, em “uma luta discreta e íntima com o silêncio” (Arruti, 1997), com o que ficou guardado ou foi sufocado no decorrer do tempo. (p. 57)

Traduzir para o escrito as histórias seculares dos casqueiros aprendidas e conhecidas na oralidade, para fins de comprovação da etnicidade do grupo frente ao Estado, requer um entendimento das diferentes funções que essa escrita da história pode assumir para o grupo e seus impactos em suas identificações. Agentes externos, como os pesquisadores e militantes, são coparticipantes desse processo de rememoração. Essa versão escrita passa por um processo de escolhas das histórias orais e provoca muitos conflitos para os moradores acerca das versões orais “não escolhidas”. Mesmo assim, no que se refere à esfera quilombola, estou de acordo que o laudo “é também um dos lugares

⁸² A discussão feita pela antropóloga Robin Sheriff (2001) contribui para entender o silenciamento sobre a discriminação racial como uma das estratégias utilizadas pela população negra no enfrentamento ao racismo.

(certamente, não o mais importante) de insurgência da comunidade remanescente de quilombos como sujeito político” (ANJOS; SILVA, 2004, p. 16).

4.2.2. A luta pela terra: um espaço de (trans)formação

A instituição do artigo 68 abre um novo campo para as reivindicações da população negra pelo direito à terra. Emerge um cenário muito interessante para entender como se dá a constituição identitária. Nesse processo de *tornar-se quilombola*, em Casca, a alteridade foi definidora da emergência dessa identidade, da mesma forma que seu caráter manipulatório, permitindo a fluidez e as ambiguidades inerentes a essas mudanças. Lembro que entendo a identidade como algo que emerge no uso da linguagem, no momento em que as pessoas estão projetando-se uns para os outros no transcurso da interação (MAHER, 1998). Junto a isso, observo também que essa produção está em contato com o contexto sociohistórico no qual os sujeitos estão imersos (e, ao mesmo tempo, construindo), ou seja, envolvida em relações de poder (KLEIMAN, 1998a).

As entrevistas com lideranças da comunidade – entendidas como encontros interacionais – permitem refletir a respeito da apropriação local da identidade quilombola. Ao longo do processo de titulação, intensificaram-se as reuniões na sede e, em meio às atividades de assessoria política, uma série de conflitos e confrontos acerca da identidade quilombola era observada. Para resistir e lutar pelo título da terra, Casca intensificou seu diálogo com o Estado; mas, para isso, lhe era exigido um conjunto de práticas de escrita que mediava esse contato.

A partir da história de regularização fundiária desta comunidade por meio de suas práticas de escrita fiquei motivada a questionar: em que medida esse processo de reivindicação da terra, via escrita, envolvia questões de identidade? Durante esta investigação de mestrado, desvendavam-se duas dimensões do processo de luta pela terra que motivaram essa questão: a necessidade crescente de usos sociais da escrita para lidar com a burocratização do Estado e o processo de construção identitária em torno do que é

ser quilombola. Para resumir esse processo, esboço essa história em dois eixos: o processo de emergência política e o conflito na apropriação da identidade quilombola.

Uma forma de acessar um direito que é nosso

Nesse processo de legitimarem-se enquanto quilombolas para defender suas terras, muitos sinais de conflito e resistência tornam-se perceptíveis nas práticas de letramento emergentes por parte das lideranças quilombolas. Para entender como isso se dá no caso analisado, apresentarei trechos de entrevistas com lideranças locais a partir de três eixos: a participação em eventos políticos da esfera quilombola, a percepção do artigo 68 e a nomeação que lhes é atribuída por meio dessa legislação.

A emergência das lideranças locais de Casca como atores políticos é vista em sua participação em diferentes espaços de mobilização social pela titulação dos quilombos, entre elas a Associação Estadual Quilombola e a Federação dos Quilombos, no âmbito estadual, e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)⁸³, no âmbito federal. No que se refere às interações com a escrita ocorridas na circulação em esferas de mobilização política, a participação em eventos da esfera quilombola se destaca. É possível ver que as lideranças vêm produzindo outros documentos escritos e realizando atividades em conjunto com outras comunidades quilombolas com o fim de aliar forças nas reivindicações frente ao Estado.

Nesses documentos, há uma autoafirmação étnica por parte dessas lideranças, que evidencia a construção discursiva de um “nós quilombola”. Aliando essa experiência às relações entre letramento e ativismo político, Oliveira (1995) afirma que há muitas relações entre letramento e o espaço do movimento social. Analisando atividades políticas tais como militância em partidos, movimentos da sociedade civil, organizações sindicais, a autora afirma que a realização de atividades desse tipo, ao engajar as pessoas em projetos coletivos que vão além da experiência individual e concreta de cada um,

⁸³ Maiores informações disponíveis no site da CONAQ: <http://www.conaq.org.br/>. Acessado em 30 de outubro de 2009.

favorece o desenvolvimento de uma perspectiva metacognitiva, isto é, que se debruça sobre o real como objeto de reflexão e não apenas de ação. A relação intensa do sujeito com algum tipo de utopia parece promover seu desenraizamento dos dados contextuais do momento e do espaço presentes (*ibidem*, p. 158).

E essa mesma produção escrita que emerge da atividade política parece implicar uma construção identitária. Como discuti no início, o artigo 68 criou uma identificação desses grupos para o Estado. No entanto, as atividades constituídas em torno dessa luta geraram um processo de *tornar-se quilombola*. Ou seja, os sujeitos, para serem reconhecidos como sujeitos de direito e cidadãos, como aponta Leite (1999), tiveram de reconhecerem-se como remanescentes de quilombo. Para algumas lideranças de Casca, isso ainda era uma construção.

A partir de entrevistas sobre a percepção local acerca da legislação, revelam-se questões interessantes sobre os valores atribuídos à escrita que circulam na comunidade. Parece que o direito à terra é mais atribuído ao testamento do que à legislação, pois esta não parece ser reconhecida pela comunidade como algo que lhe dê segurança. Em entrevista com dona Ilza e seu Quincas, na casa dele, ambos ressaltam “quilombo” como um termo novo para eles.

Luanda nessa época já se falava em quilombo?
Quincas hã?
Luanda já se falava em quilombo
Quincas não, não não, quilombo foi agora, ninguém sabia o que era quilombo, agora sim, agora
Ilza nem existia né?
Quincas hã?
Ilza nem existia
Quincas não, não, eu acho que existir **já existia mas não era publicado**, não era publicado porque eu vi eles tavam falando que essa lei é antiga,
Ilza Ahã
Quincas ANTIGA essa lei, só tava (.) encaixotadinha, encaixotadinha, então agora aquela vez do Olívio⁸⁴, o Olívio que desencaixotou, o Olívio que desencaixotou do negócio, “essa terra é de quilombo, essa terra é de escravo, é terra de quilombo” e aí, e aí aconteceu que deu essa polêmica tudo e vem vem vem agora dessa polêmica e depois passaram

⁸⁴ Refere-se a Olívio Dutra, ex-governador do estado do Rio Grande do Sul, no período de 1998 a 2002.

para medir, né?, medir tudo então agora:: aconteceu que a gente está esperando
(Entrevista com seu Quincas e dona Ilza, em janeiro de 2009)

Seu Quincas e dona Ilza avaliam a legislação quilombola como algo oculto. O termo quilombola não lhes era conhecido – “*acho que existir já existia, mas não era publicado*”. Sua argumentação destaca a importância da “publicação” do artigo 68, enfatizado na dupla repetição. Ou seja, há um problema na divulgação dessa lei que, embora esteja escrita, não é de conhecimento comum – “*eu vi eles tavam falando que essa lei é antiga*”. Argumenta que seu desconhecimento se dá pela pouca divulgação de que esse direito existe, o que parece ser uma crítica ao Estado, gestor dessas políticas. Seu Quincas também aponta que sem vontade política a existência de lei é insuficiente, quando comenta que “*ANTIGA essa lei, só tava (.) encaixotadinha*”, pois a conheceu somente na época do governo de Olívio Dutra, momento em que houve certa visibilidade, no estado e no país, para a iminência da titulação das terras quilombolas.

Ainda neste trecho, quando o Seu Quincas afirma que “*essa terra é de quilombo, essa terra é de escravo, é terra de quilombo*” e diz que “*aí aconteceu que deu essa polêmica tudo e vem vem vem agora dessa polêmica e depois passaram para medir, né?, medir tudo então agora:: aconteceu que a gente está esperando*”, está se referindo a maneira em que se deu a elaboração do RTID, pois em uma das etapas é necessário realizar a medição das terras. Quando consideramos o fator da territorialidade, o território não é mais uma porção de terra, mas sim um espaço que é percebido na relação com a identidade e cultura de grupos sociais e, por isso, há muitas histórias *inscrites* nele. Nesse sentido, as demandas de “*medir tudo*” não poderiam ser realizadas tecnicamente, sem levar em conta as histórias contadas dentro da comunidade que são necessárias para conhecer os limites territoriais compreendidos pelo grupo, e não fixados pelo Estado.

As histórias *inscrites* e escritas em Casca constituíram usos sociais da escrita utilizados pela comunidade no processo de apropriação do tornar-se quilombola. Ao analisar as práticas de letramento no processo de regularização territorial em Casca, as questões de identidade ganharam destaque por haver uma imbricação entre o processo de

letramento e a identidade de quilombola, que culmina em um conflito entre os valores dos diferentes atores que se chocam nessa arena.

O conflito em ser quilombo(la)

A fluência do termo “quilombo” é evidenciada na narrativa de Sr. Alceu, que mostra como essa apropriação do nome “quilombola” é também uma construção de uma nova forma de ser e interagir com o outro. O termo está sendo ressignificado também entre os moradores da comunidade. Ao mesmo tempo em que expôs sobre como conheceu o conceito de “quilombo”, seu enunciado reflete a polissemia do conceito, expressa nos diferentes acentos valorativos (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995) que estão em diálogo com os variados sentidos em jogo na palavra “quilombo”.

- Alceu** e seu (Diá me deu um garrerão) que aqui era um quilombo, isso aqui não era um quilombo (.) porque realmente não era, **nós somos quilombolas, diferente de quilombo, o quilombo é o quilombo é o da resistência né?**
- Luanda** ah::
- Alceu** um negócio onde que eles estavam refugiados e nós não, **NOSSOS escravo eram liberto**
- Luanda** e como é que te percebe **hoje** como um quilombola?
- Alceu** não, eu:: eu qualquer lugar que eu chego, eu chego aí eu... sempre tem as picuinha, né? então eu graças a formação e essa convivência principalmente que é a IACOREQ que nos ensinou MUITO e a gente tem uma LÁSTIMA de não ter verba pra poder estar trazendo eles, eu consigo discutir, mas tem muita gente nossa que corre longe porque passa vergonha por causa da humilhação (que eles passa) eles humilha as pessoas, né? eles pa/ eles dão palavras que né? eu eu to tranquilo aí eu NÃO ACHO LEGAL o nome quilombola, eu não vou dizer pra ti que não, eu não acho legal
- Luanda** Não, pode dizer
- Alceu** eu não acho legal 'quilombola', por isso que as meninas não querem ser quilombola
- Luanda** por que?
- Alceu** NÃO SEI (.) elas têm/ algumas pessoas não querem ser, acha/ acham o nome MUITO feio QUI-LOM-BO-LA
- Luanda** ah::
- Alceu** né? ou falar bem de gabarzinha((devagarzinho)), ele não é ele não é um nome que soa né? ele soa QUI-LOM-BO-LA né?
- Alceu** é eu não tinha pensado dessa maneira
- Alceu** não, tem pessoas assim que (.) é eles corre longe vá fala quilombola eles

(Entrevista com Alceu, em janeiro de 2009)

As identificações presentes no discurso de Alceu estão orientadas, principalmente, para uma oposição entre *escravo fugido x escravo resistente*, que dialoga com a concepção historiográfica de “quilombo”. Num primeiro momento, Alceu revela uma apreciação valorativa sobre “quilombo” como um refúgio de escravos, por isso não contempla Casca por considerar que a comunidade não foi tal refúgio. Quando pergunto o sentido do “quilombo” *hoje*, seu enunciado é ativamente responsivo à situação sociohistórica do “hoje” e passa a diferir do sentido anterior da palavra repetida – “*nós somos quilombolas, diferente de quilombo, o quilombo é o quilombo é o da resistência, né?*”. Nessa nova apreciação, ressaltou a formação que teve no movimento social, pelas informações que possuía, e como possuir essas informações o ajudava a afirmar-se de forma positiva identitariamente, saindo de situações de preconceito, humilhação ou vergonha de ser chamado de quilombola, própria daqueles que não conhecem a história ou não participam em movimentos sociais. Em síntese, há na fala de Alceu uma orientação para o passado – “*isso aqui não era um quilombo... porque realmente não era (...) um negócio onde que eles estavam refugiados e nós não, NOSSOS escravo eram liberto*” – e outra para o presente – “*nós somos quilombolas, diferente de quilombo, o quilombo é o quilombo é o da resistência né?*”, o que reflete o movimento, no tempo e no espaço, dos sentidos da palavra “quilombo”.

Sua responsividade expressa também seus valores estéticos sobre a palavra, revelando que minha identidade de integrante do movimento social (mais do que pesquisadora) estava em jogo, orientando sua resposta, ou coconstruindo-a. Quando começou a falar que não gostava do nome quilombola, mostrou-se constrangido – “*eu não vou dizer pra ti que não, eu não acho legal*”, orientando-se para minha identidade como integrante do movimento social (do IACOREQ), vista por Alceu como favorável a este nome. Respondi a sua fala no turno seguinte – “*Não, pode dizer*”, solicitando que expressasse sua apreciação valorativa (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995) sobre a palavra. Alceu segue, então, com sua avaliação sobre o porquê não “*acha legal*” o nome quilombola – “*eu não acho legal ‘quilombola’, por isso que as meninas não querem ser quilombola, NÃO SEI... elas têm/ algumas pessoas não querem ser, acha/ acham o nome MUITO feio*

QUI-LOM-BO-LA”. Ele intensifica e silaba a palavra para que eu observe sua sonoridade, que lhe parece muito feia: desde o som que a palavra já não é bem aceita na comunidade. Do ponto de vista semântico, pelo vínculo ao passado escravista, “*refúgio de escravos*”, o termo também não é bem acolhido na comunidade.

Nessa entrevista, destaco, a partir das mudanças de índices de valor, alguns pontos de transformação na apropriação dessa categoria política. Alceu aponta para outro agente que está envolvido nesse processo de *tornar-se quilombola*: os movimentos sociais, principalmente integrantes dos movimentos negros, como o IACOREQ. Esses agentes contribuem muitas vezes para o fortalecimento da identidade quilombola por meio de constituição de redes entre as comunidades, bem como oferecem cursos de formação sobre a legislação disponível na Constituição, cujos encontros promovem reflexões sobre o termo e sua história, provocando mobilidades na identificação dos sujeitos do grupo. Como destaca Sansone (2004) sobre as identidades étnicas,

as fronteiras e os marcadores étnicos não são imutáveis no tempo e no espaço e, em algumas circunstâncias, a despeito de muitas provas de discriminação racial, as pessoas preferem mobilizar outras identidades sociais que lhes parecem mais compensadoras. Se a identidade étnica não é entendida como essencial, é preciso concebê-la como um processo, afetado pela história e pelas circunstâncias contemporâneas e tanto pela dinâmica local quanto pela global. (p. 12)

Esse processo, afetado pelo contexto de políticas compensatórias e suas tensões, reflete o jogo de diferentes percepções no qual a categoria (social e política) quilombola está envolvida. A dúvida instaurada acerca do que é mesmo ser quilombola (RODRIGUES, 2006; CENTENO, 2009) está refratada na discussão de Alceu. No excerto a seguir, ele comenta as valorações negativas que esse nome possuía para alguns moradores da comunidade, utilizando a noção de *racismo* para explicá-las. Exemplificou com algumas situações vivenciadas pelos jovens na escola, como no trecho seguinte:

Alceu então sempre teve uma diferença Limoeiro e Casca, Solidão sempre deu muitas brigas por causa do racismo
Luanda ah::
Alceu então hoje a escola com segundo grau e (+++) a partir da quarta série é na Solidão

Luanda Ah-ham
Alceu então quando tu vai se falar de quilombola dentro do colégio, as próprias crianças já ficam com vergonha e vem do que os outros vão pensar ou da piadinha ou do(+++)
Luanda Ah(+++)
Alceu então(+++) eu já notei isso aí nas pessoas 'não, eu não sou quilombola, que nome mais feio que coisa mais brava esse nome' é isso, até de algumas pessoas já de boa idade cinquenta, sessenta anos, eu acho que o NOME em si, e ai uns/ muitos tem... orgulho de ser(+++) da cor, cada um vem de seu lugar, o que é né?
 (Entrevista com Alceu, em janeiro de 2009)

Neste trecho da entrevista, o enunciado de Alceu retrata o conflito entre duas vozes que circulam, na comunidade, com diversos acentos valorativos: a dos jovens e crianças, ainda não engajados na luta pela terra, com os quais concorda do ponto de vista formal, da estética da sonoridade da palavra “quilombo” que rememora a história tal qual contada pelo branco; e, por outro lado, a apreciação valorativa da palavra quando usada nos movimentos de resistência, nas novas situações em que ele se engaja e que lhe permitem se distanciar, refletir e analisar. Ao marcar a diferença no caráter estético da palavra e mudar seu acento valorativo, revela uma estratégia de re-existência, de forma a assumir e sustentar papéis sociais diferenciados na comunidade de pertença e nas comunidades de contato, como destaca Souza (2009) em sua análise sobre o hip hop.

Em seu discurso, Alceu destaca a oposição de visões de dentro e de fora que estão dentro da comunidade a partir de exemplo de relações de tratamento desigual e preconceituoso que recebem no ambiente escolar (fora da comunidade). Aqui, as diferentes visões implicam conflitos existentes nele e em muitos outros que estão iniciando a militância, ou seja, há conflitos internos na apropriação desta categoria política e social. Alceu utiliza a categoria de racismo para analisar a realidade local, aplica-a justamente no cotidiano da escola. O exemplo que apresenta reifica seu acento sobre a falta de beleza na palavra e corrobora seus argumentos na valoração da palavra “quilombo” a partir do discurso alheio: *“não, eu não sou quilombola, que nome mais feio que coisa mais brava esse nome”*. No entanto, finaliza mostrando outra visão “de dentro”, – *“muitos têm... orgulho de ser... da cor, cada um vem de seu lugar, o que é, né?”*. As oposições presentes

nas visões “*de fora*” e “*de dentro*”, situadas na mesma palavra, revelam índices de valores sociais de ideologias dominantes que atuam também sobre os quilombolas, gerando conflitos na relação dos sujeitos com essa categoria política.

Os enunciados de Alceu mostram o dialogismo (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995) entre os valores sobre a noção de “quilombo”, expressos nas oposições presentes em seu discurso que (di)convergem no processo de *tornar-se quilombola*. Tanto as noções de ser quilombola como *escravo fugido x escravo resistente*, que geram a suspeição em torno da identificação do grupo, quanto as *visões de fora x de dentro*, que revelam os movimentos de manipulação dessa identidade pelos sujeitos, mediados pelos olhares entre si e alheios ao grupo, estão em diálogo no seu interior.

No próximo excerto da entrevista, sua aproximação com outros grupos vai revelando sutilezas desse processo de tornar-se quilombola, que é ao mesmo tempo um processo de exclusões e inclusões de outras possibilidades identitária (HALL, 2003). Sua narrativa aborda os impactos de cursos para fortalecimento e mobilização dos quilombolas para acessarem aos seus direitos. Isso deixa muito clara a necessidade da mobilização e inclusão política para superar o conflito semântico que é indício do conflito identitário e o caráter processual da mudança e transformação.

Alceu entendeu? então foi NESSE CURSO que eu comecei a saber o que era quilombola, o que era quilombo numa/ numa reunião, quando deu aqui que o Zé Carlos tava dando uma aula, eu falei que:: que aqui não era um quilombo

Luanda ah::

(Entrevista com Alceu, em janeiro de 2009)

Alceu apresenta sua trajetória quilombola, nessa entrevista, marcada pelo diálogo com agentes dos movimentos negros. Ao contar que começou a entender-se como quilombola a partir do discurso do outro (a aula mencionada), revela pontos de intersecção com os discursos do movimento social e, ao mesmo tempo, os torna relevantes ao citar esse e não outros (como o jurídico, por exemplo). Tanto na participação em eventos políticos da esfera quilombola, quanto na percepção da legislação atual é possível perceber esse processo de tornar-se quilombola. Sua participação em um desses cursos de formação não

só foi informativa, mas formativa, constituinte da nova identidade que passaria a ser reconhecida.

A nova categoria política e social atribuída por meio do artigo constitucional, conforme a discussão de Arruti (2006), reverbera nas comunidades de distintas formas, trazendo implicações não somente para as identidades do grupo, mas também para as maneiras como o grupo passa a ser visto pelo seu entorno e por si próprio. Nessa mesma direção, a antropóloga Ilka Leite, afirma que:

é muito difícil, de um dia para outro, que alguns grupos se auto-identifiquem como quilombolas, porque simplesmente em algumas áreas do Brasil o termo quilombola foi introduzido também para excluir, para estereotipar, para expressar o negro selvagem, promiscuidade sexual, desordem, preguiça, inferioridade. A inversão do significado não é algo que pode ocorrer de uma hora para outra. Há, em algumas situações, certa dificuldade em re-significar o quilombo, sobretudo porque esse processo deve vir junto com a própria construção da cidadania até então negada a uma grande maioria. (LEITE, 1999, p. 145)

Esses conflitos e resistências, constantes na trajetória dessa comunidade, acentuam-se pelo racismo vivenciado na relação com a sociedade do entorno e pela falta de instrumentos para combatê-lo – os quais agora estão emergindo no contato com as demais lideranças quilombolas e na implementação de políticas públicas. A maneira como esse processo ocorre, levando em conta as relações de poder presentes na construção da Associação Comunitária e na interação com atores externos, pode ser compreendida de forma mais densa a partir das práticas de letramento constituídas nessa esfera de contatos e confrontos.

5. “Ali tá a palavra deles, né?”: escrita e conflitos na constituição da identidade quilombola em Casca

“porque a ata é um documento(.) o que tá escrito na ata é um documento(.) tanto é que a ata (+++) a ata é registrada em cartório, né? então é um documento que a gente tem pra pressionar o pessoal, que ali tá a palavra deles, né?” (*Ilza Mattos, vice-presidente da Associação Comunitária Dona Quitéria*)

Neste capítulo, tenho por objetivo analisar conflitos emergentes no processo de titulação das terras em Casca, mostrando, em um viés linguístico-discursivo, como o processo de regularização territorial nessa comunidade foi marcado por choques e enfrentamentos.

Para isso, na primeira seção, analiso as práticas de letramentos locais, contextualizando historicamente a emergência da Associação Comunitária Dona Quitéria. Tomarei por base dados que foram gerados durante o mestrado e durante minha iniciação científica (SITO, 2006a, 2006b). Na segunda seção, apresento a Associação Comunitária Dona Quitéria e os gêneros discursivos constituídos nesse processo. Concluo, na terceira seção, com uma análise de interações face a face, na qual mostro como as lideranças subverteram usos da escrita burocráticos em interações com agentes externos.

5.1. As práticas de letramento no cotidiano de Casca

As observações, realizadas em 2005 e 2006, permitiram uma entrada em espaços cotidianos da comunidade. A participação na esfera cotidiana possibilitou acompanhar usos de escrita não só no espaço da Associação, mas também nos lares e nas festas. Essa compreensão dos usos em uma variedade de espaços no local contribuía para entender esses eventos de letramento em relação aos usos de escrita que eu presenciava no âmbito da Associação. Entre as práticas de uso da escrita cotidianas, quatro práticas se destacaram: 1) a realização de tarefas escolares, 2) a fixação de panfletos, placas informativas e cartazes em paredes da Associação e do bar, 3) a leitura de jornais antigos e 4) o registro no caderno de cálculos para controle financeiro e de agendamento de atividades como cursos e consultas médicas.

No que se refere aos materiais escritos envolvidos nos eventos, tomarei o caderno, o livro-ata e o livro-caixa como um suporte, entendendo este como “um lugar físico, com um formato específico, que serve para fixar e mostrar textos diversos” (BUNZEN, 2005, p. 33), no qual “teríamos os “textos”, de um lado, e o seu suporte ou veículo, que lhe dá fixidez e o faz circular nas sociedades, de outro” (*idem*, p. 35). Com base no *Dicionário de Análise do Discurso*, “suporte”⁸⁵ é definido a partir da distinção entre a matéria objetiva do documento e o texto propriamente dito, o escopo desta análise. A pasta, que serve para guardar documentos, é entendida como um material de armazenamento do documento. Para fins de análise, descrevo os materiais de circulação e armazenamento de texto para situar o material que será meu foco: os gêneros do discurso.

A realização de tarefas escolares era um evento de letramento realizado na esfera cotidiana. Dois eventos observados podem exemplificar esse apontamento. O primeiro deles ocorreu na primeira das visitas que realizei na casa dos moradores. Fui acompanhada por uma jovem estudante e moradora da comunidade, na volta da escola até sua casa. Quando chegamos, ela e sua mãe me mostraram a casa e os materiais escritos que possuíam. Entre os materiais, havia seus livros didáticos ganhos da escola, todos guardados

⁸⁵ Segundo o Dicionário, na concepção de suporte estariam a matéria física utilizada (se papel, pergaminho ou outro), a forma do suporte (se livro, caderno, tela), os instrumentos que se utilizou para escrever (caneta, pena, teclado), a escrita e suas diversas formas (se caixa alta ou baixa, organização tipográfica) e a organização dos signos de escritura (composição da página).

juntos no seu quarto. A jovem comentou que guardava os livros sob sua cama para protegê-los da irmã menor, de forma que ela não os pudesse pegar para brincar.

O segundo evento foi vivenciado na casa da senhora Alvina, moradora da comunidade e participante da Associação. Na sala, seu filho maior (de 12 anos) realizava a tarefa escolar, atividade na qual ela o ajudava. Durante a nossa conversa, chegou uma sobrinha dela para contribuir também para a realização dos deveres da escola do menino. A realização dos deveres escolares mobilizou a mãe e a prima, que também estava na escola, para se reunirem durante a tarde a solucionar as tarefas escolares. Segundo Alvina, sempre que havia tarefas, a tarde era dedicada para ajudar o filho na resolução das mesmas.

Em ambos os eventos, os materiais escritos e os encontros interacionais que envolviam práticas de escrita eram advindos da esfera escolar. Com base nas observações, é possível apontar que tanto os eventos de solução de atividade escolar quanto a presença de livros didáticos doados pela escola na casa demonstram uma circulação entre textos e práticas da esfera escolar na esfera cotidiana da comunidade presentes em interações entre mães e filhos.

A postura da mãe como ajudante na realização de tarefas escolares é similar à de práticas retratadas no trabalho de Terzi (2001), no qual a autora investiga práticas de letramento em um bairro popular no interior de São Paulo. Em sua pesquisa, as análises demonstravam uma orientação maior das mães em relação aos pais para as práticas de letramento escolares; além disso, as mães evidenciavam uma valorização das práticas de letramento escolares que poderia ter como consequência um sucesso das crianças na escola. Com objetivos próximos, o trabalho de Lahire (1997) também reporta cenários semelhantes, nos quais o autor explora as estratégias que os pais desenvolviam em suas famílias para aproximar-se das práticas escolares (orientadas pela escrita), o que ele chama de uma “moral doméstica”.

Um segundo modo de uso da escrita estava presente na circulação de materiais escritos afixados em espaços públicos, como panfletos e cartazes suspensos em paredes da sede ou do bar. Esse uso de textos evidenciou a utilização da escrita para ações como aviso, divulgação, convite e decoração. Entre os usos da escrita com fins de divulgação, nos espaços de compra e venda da comunidade, constatee a existência de textos com função

informativa. Um exemplo é o bar que havia no local, um espaço de transações comerciais frequentes entre os moradores.

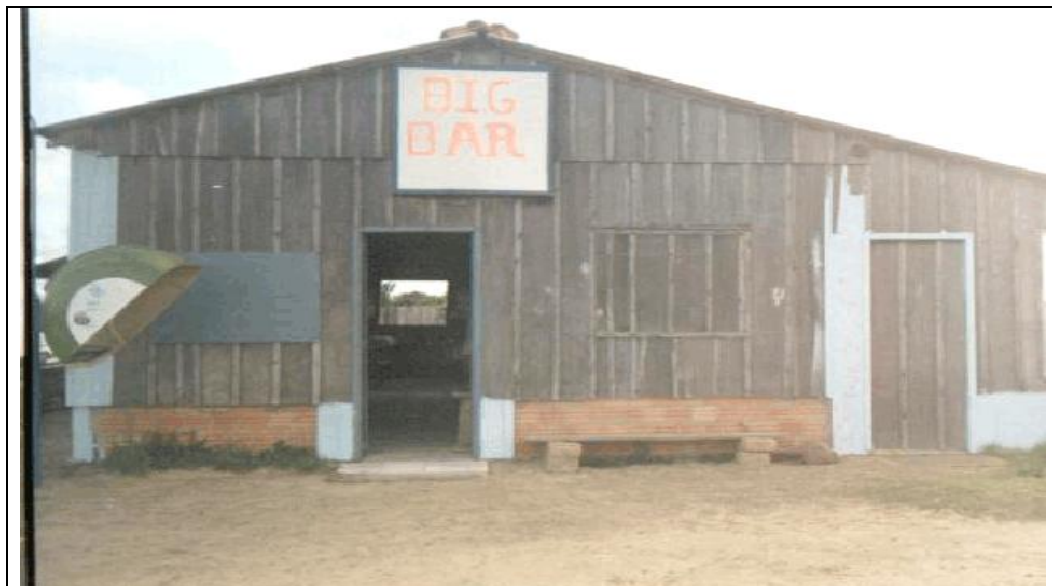


Foto 1- Bar de uma das famílias da comunidade.

Na porta de entrada do prédio, como pode ser visto na Foto 1, há uma placa informando a função e o nome do local, em inglês – *Big Bar* –, chamando a atenção de possíveis fregueses. Aqui, o texto escrito na placa ganha uma função informativa e publicitária (letrero).

Entretanto, materiais informativos desse tipo, como avisos e calendários frequentemente têm também uma função estética, decorativa entre os moradores. Em uma casa, onde vivia um casal idoso, chamou-me a atenção o uso de *folders*, calendários, santinhos ou folhetos de oração, como elementos decorativos nas paredes de sala, como mostra o seguinte excerto do meu diário de campo,

A sala com sofás e duas cadeiras, é um verdadeiro quadro em construção. A arte deste quadro é a escrita. Muitas espécies de texto, como calendários, preces, santinhos de políticos conhecidos, fotos, propaganda, folder de eventos, estão fixados na parede. Também publicidade e textos sobre quilombolas. (Diário de campo, março de 2006)

Esse material destacava-se naquele espaço, tanto por sua quantidade quanto por seu modo de organização. Durante a visita, ao olhar a parede, perguntei ao morador o porquê de sua seleção dos materiais e de colá-los na parede. Sua resposta possuía uma valorização de fundo estético: lhe parecia bonito colar na parede materiais que recolhia principalmente durante campanhas políticas. Conforme pode ser visto na foto a seguir:



Foto 2 - Escritos dispostos nas paredes de uma das casas da comunidade.

A Foto 2 mostra a diversidade de materiais dispostos na parede dessa casa na comunidade. Muitos dos materiais possuem discursos religiosos: como os santinhos com orações, os calendários antigos com santinhos, como o do “Lojão das ofertas”, materiais comuns em casas de famílias que possuem uma crença católica ou nos santos da igreja. Também havia diferentes calendários de anos passados que eram de estabelecimentos comerciais, como o da “Padaria e lancheria Central”. Outro material eram os “santinhos políticos” – materiais de propaganda eleitoral com foto e número do candidato, como o que se destaca acima com a foto de Marina Lima e o símbolo do Partido dos Trabalhadores. Um dado interessante é que o calendário do ano corrente estava afixado na geladeira, marcando uma diferença entre o uso funcional e o decorativo desse gênero.

A leitura de jornais antigos constituiu a terceira prática de uso da escrita. As falas de alguns moradores indicavam que havia interesse na leitura de jornal. Segundo senhor Alceu, dono do bar, comentou em uma entrevista informal, em 2006: ele gostaria de comprar jornal para vender na comunidade, porém nunca conseguia fechar contratos. As empresas alegavam que a distância era grande demais para fazerem a entrega e não havia um número de compradores suficiente para interessar às distribuidoras de jornais. Como estratégia, os moradores guardavam os jornais antigos para ler, quando conseguiam comprar ao viajar a Mostardas ou a capital. Também conseguiam algum exemplar quando algum parente ou amigo levava e deixava durante uma visita, como registra a Foto 3.



Foto 3. - Dona Ieda lendo um jornal antigo, deixado na Associação

O quarto uso da escrita observado no local foi o registro no caderno de controle financeiro e de agendamento de atividades como cursos e consultas médicas. Em relação aos gêneros relacionados com o arquivo de informações e a memória, nas observações em campo, acompanhei dois eventos relevantes para conhecer práticas de uso da escrita que estavam relacionadas tanto a registros administrativos, financeiros e de trabalhos no campo, quanto aos agendamentos e memorização. No primeiro evento, gravado em uma entrevista com dona Ilza, ela me mostrou, no interior de sua casa, o “caderninho” (no qual guardava

notas fiscais, datas, registros das contas, etc.) e a pasta (onde guardava documentos). Nessa entrevista, Dona Ilza me relatou como utilizava seu “caderninho”:

Ilza: é meu, que anoto as coisas ali, desde que assumi a associação eu anoto as coisas ali (.) se é dinheiro que sai, eu anoto, pra que que foi, o que que pagamos, eu tenho tudo anotado (+++) as carteirinhas, o pessoal tem o costume de pagar um pouco pra mim e um pouco pro Joaquim, então eu anoto tudo ali
(Entrevista com dona Ilza, em março de 2006)

Nesta entrevista, dona Ilza marca o seu envolvimento com a Associação como um momento a partir do qual passa a anotar tudo. Relata o que anota e como seleciona seus registros: no caso das finanças, as informações são sobre o item, sua função e seu valor. Sua narração inicia e finaliza ressaltando sua ação de anotar, reiterada cinco vezes no turno (*anoto, eu anoto, eu anoto, eu tenho tudo anotado, eu anoto tudo ali*), o que indicia a relevância que essa ação tem nos relacionamentos financeiros dela (e do senhor Joaquim) com a comunidade. Ao enunciar a relevância da ação de anotar, dona Ilza revela refrações vivenciadas na interação com os agentes públicos, como analisarei na análise das atas. Essa situação de uso da escrita – anotar tudo no “caderninho” – está relacionada ao valor aprendido no contato com os representantes estatais de que para comprovar as negociações feitas é necessário ter anotado.

O “caderninho” servia para os registros mais variados, não apenas do âmbito doméstico, mas também laboral, político e financeiro. A Foto 4 mostra uma página do “caderninho” utilizado para o controle das vendas do quiosque. Esse espaço abria apenas aos finais de semana por duplas de moradores que se revezavam para cuidar do espaço nesses dias e que mudavam a cada quinze dias. Era também no “caderninho” que registravam esse rodízio. Não era de alguém especificamente, mas ficava no local para que cada responsável do dia pela venda dos produtos o utilizasse para anotar cada compra realizada e cada produto entregue para ser vendido.

do da cantina 21-09-2002 O Diá está levando 122,00 para pagar a madeira. 22-03-2002 Joaquim me entregou 10,00 que o Alfredo devia da bebida. 28-03-20 Foi paga a luz deste mês para o seu Arthur. O Diá foi quem lhe entregou. 29-03-2002 Entreguei 60,00 pro Diá pagar os pedreiros sobrou 2,00. 21-04-2002 Fernando pagou 5 meses que ele pagou pro Joaquim então ficou pago até maio. Lista da prestação da madeireira 21-04-2002 ALZIRA 10,00 DIDA 10,00 FELIL 10,00 ARTUR 20,00 JUDITE 10,00 VALTOR 10,00 EMPRÉSTIMO DE Ma; GOMAR 10,00 terial para obra da Associação MARTINEZ 10,00 MANECA 10 saco cimento pg Artur 10,00 AUREA 10 saco cimento pg DODÓCA 10,00 NEGRINHA 8 saco cimento pg DIOSMAR 10,00 CAMPIOLIM 3 saco cimento pg LUIS LIMA 10,00 PEDRO Brasilite pg ZANGO 10,00 () Brasilite pg	21-09-2002 O Diá está levando 122,00 para pagar a madeira. 22-03-2002 Joaquim me entregou 10,00 que o Alfredo devia da bebida. 28-03-20 Foi paga a luz deste mês para o seu Arthur. O Diá foi quem lhe entregou. 29-03-2002 Entreguei 60,00 pro Diá pagar os pedreiros sobrou 2,00. 21-04-2002 Fernando pagou 5 meses que ele pagou pro Joaquim então ficou pago até maio. Lista da prestação da madeireira 21-04-2002 ALZIRA 10,00 DIDA 10,00 FELIL 10,00 ARTUR 20,00 JUDITE 10,00 VALTOR 10,00 EMPRÉSTIMO DE Ma; GOMAR 10,00 terial para obra da Associação MARTINEZ 10,00 MANECA 10 saco cimento pg Artur 10,00 AUREA 10 saco cimento pg DODÓCA 10,00 NEGRINHA 8 saco cimento pg DIOSMAR 10,00 CAMPIOLIM 3 saco cimento pg LUIS LIMA 10,00 PEDRO Brasilite pg ZANGO 10,00 () Brasilite pg
Foto 4. - Página de um “caderninho” local	Transcrição da foto 4.

O segundo uso do “caderninho” observado decorreu da convivência na casa de dona Ieda. Durante o campo, alojada em sua casa, passei a observar que ela escrevia em um caderno todas as noites. Esse “caderninho”, como o chamou, também possuía funções administrativas e fiscais, como registros financeiros, acompanhamento da plantação e controle dos animais e de pagamentos, bem como registros de reuniões e dados financeiros da Associação. Nele, guardava, também, alguns comprovantes de renda próprios, como o da aposentadoria. Ao me mostrar o “caderninho”, ela disse que usava-lo para que a ajudasse a organizar os seus animais. As compras necessárias para o cotidiano do lar não eram aí registradas, ela reservava o “caderninho” apenas para as compras maiores, como as lãs e as

ovelhas. As consultas médicas e atividades agendadas também eram registradas no “caderninho”.

Os “caderninhos” eram multifuncionais, tanto para atividades públicas político-administrativas quanto para as privadas, do cotidiano familiar: serviam para controlar e organizar atividades de serviços, guardar documentos, calcular as finanças de trabalho e da Associação, agendar atividades que seriam realizadas futuramente ou registrar eventos da Associação. Tal como para dona Ilza, o “caderninho” de dona Ieda tinha funções mnemônicas, similares ao uso de agendas, por exemplo. Ao mesmo tempo, seus usos contrastavam um pouco porque o “caderninho” de dona Ilza estava mais orientado para registros relacionados às negociações do processo de titulação da terra. Isso pode ser entendido pela posição social de dona Ilza na comunidade, ao ocupar o cargo de vice-presidente da Associação, seus registros refletiam muito de suas atividades.

Assim como a análise dos cadernos mostra que os usos de escrita local mesclam gêneros de diferentes esferas – política e cotidiana –, uma história contada por dona Ilza ilustra como as práticas de letramento envolvem construção de sentido sobre o escrito.

Os novos projetos que passaram a fazer parte das práticas da comunidade geraram usos de escrita. O uso de nota fiscal foi uma dessas emergências. Ao participarem de um projeto de compras coletivas, dois usos de uma nota fiscal revelaram diferentes graus de familiaridade com esse gênero.

Numa conversa com Dona Ilza, vice-presidente da Associação, ela falava sobre um Projeto⁸⁶ do qual a comunidade participava e em que realizavam as compras coletivamente, com a finalidade de conseguir baixar os custos. As compras eram feitas por uma equipe para todas as famílias que participavam do Projeto. Relatando uma das compras, ela contou sobre uma vez em que uma das moradoras, após fazer as compras, organizou as sacolas de cada família e, como gostaria de identificar as sacolas, pegou o papel que tinha nas mãos – a nota fiscal da compra – e *o rasgou* para identificar as sacolas, colocando no verso o nome das famílias. (Diário de campo, março de 2006)

A partir da história contada por dona Ilza, destaco que o ato de rasgar a nota e, subsequentemente, usá-la como rótulo para identificação das sacolas indica que este tipo de

⁸⁶

Refere-se ao projeto Compras Coletivas.

material – a nota fiscal – não era visto por essa moradora em sua funcionalidade de comprovar ou registrar a compra, mas sim como um suporte, um pedaço de papel no qual escreveria os nomes dos moradores para identificá-los. Nesse evento, o uso da escrita concretizado no gesto da moradora era mnemônico, como um instrumento para armazenar um conjunto grande de informações, com a finalidade de identificar os destinatários de cada sacola, uma necessidade emergente da atividade em que a moradora e dona Ilza estavam envolvidas.

No entanto, D. Ilza já reconhecia outros usos e funções da escrita; e o fato de ela considerar o ato memorável e significativo, merecedor de relato, mostra sua orientação para outro uso, advindo da necessidade da comprovação da transação comercial. Ela via o registro escrito como forma de prestação de contas junto a agências financiadoras. Nesta narrativa que ilustra práticas de letramento vernaculares, pode ser visto como a trajetória de dona Ilza, permeada de contatos com esse gênero, faz diferença na valoração sobre o gênero e na percepção de seu sentido. Para a outra moradora, esse gênero não constitui sentido, logo mobilizou o material como suporte de outro gênero que ela conhecia.

Por fim, havia o uso de pastas que serviam para guardar os documentos importantes das famílias. A pasta era um arquivo pessoal de documentos oficiais de alguns moradores. O documento de maior importância - o testamento - foi guardado por anos em uma pasta por moradores mais velhos⁸⁷. A diretoria da Associação também manteve a prática de possuir uma pasta, que funcionava como o arquivo de documentações referentes à Associação. Dona Ieda mostrava com orgulho sua pasta com alguns documentos pessoais com os certificados dos cursos que realizara, conforme o registro de meu diário de campo na época:

quando começamos a falar sobre os cursos da Associação durante o café da noite, no qual estava também o marido de sua filha, também casqueiro, logo buscou os certificados e apostilas dos cursos, falando sobre eles e suas técnicas. Falando sobre a Associação, mostrou uma pasta verde onde guardava alguns documentos. Havia certificado de cursos que ela fez e algumas apostilas desses cursos, tudo guardado na pasta. (Diário de

⁸⁷ Atualmente, o testamento encontra-se no Arquivo Público do Estado, para melhor conservação do material.

campo, fevereiro de 2006)

A partir da descrição de alguns usos típicos da escrita no local, busquei apresentar aspectos das práticas de letramento locais. Esses usos e eventos mostram como essas diferentes práticas estão associadas a diferentes esferas da vida e vão sendo incorporadas no dia a dia, em diálogo com atividades da esfera cotidiana dos sujeitos. As mudanças sociais vão promovendo mudanças nas formas de dizer os enunciados, assim como esses enunciados refletem essas mudanças, tal como é proposto pela concepção de linguagem de bakhtiniana (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995; BAKHTIN, 2003).

O uso dos cadernos e da pasta por alguns moradores, em Casca, passou a fazer parte de suas práticas por necessidades que surgiram em torno do trabalho, do cuidado com as documentações da terra ou de planejamentos de compras. A partir da noção de conflito (BAKHTIN, 1995; PRATT, 1999, ZAVALA, 2002), a análise dos documentos produzidos no local e de interações face a face focalizará esse processo de mudanças nas práticas de letramento nessa situação de contato e de confronto, observando em especial a emergência da Associação Comunitária local.

5.2. A Associação Comunitária Dona Quitéria... e de que documentos necessitamos agora?

O decreto⁸⁸ da constituição da Associação Comunitária prescrevia, como já apontei, uma entidade jurídica para a comunidade participar do processo de titulação e acessar a políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas. Desde sua constituição, seus integrantes participaram de oficinas, realizadas por membros do movimento negro⁸⁹, como formação de lideranças, discussões sobre legislação e redação do Estatuto da Associação.

⁸⁸ A legislação que rege o processo de titulação quilombola está detalhada no terceiro capítulo.

⁸⁹ O Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombo (IACOREQ) participa desse processo de regularização junto à comunidade desde 1999.

Nesse mesmo período, a comunidade vivenciava o processo de realização do relatório socioantropológico e a negociação para acessar a algumas políticas públicas no estado, como o RS Rural Quilombola. Essas atividades geravam um grande número de reuniões e práticas burocráticas, as quais eram realizadas na sede da Associação. Em pouco tempo, a sede passou a ser um espaço de referência para a luta pelo título da terra, pois era principal lugar onde se tomavam decisões sobre os rumos da titulação. Mais do que isso, a sede tornou-se um espaço de sociabilidade, onde eram realizados encontros, cursos e festas.

Para o funcionamento desse espaço, uma série de práticas letradas era exigida, desde o registro por escrito das reuniões, registros de dados financeiros para pagamento de impostos, elaboração de um estatuto da Associação, até a elaboração de documentos para interagir com outras instituições. O diálogo da comunidade com “os de fora” passou a exigir outros usos de escrita e da produção de novos gêneros escritos, como a ata e o estatuto. Esses diferentes textos escritos que entraram em cena passaram não só a cumprir a função de lembrar, mas ganharam outro sentido: uma escrita com fins administrativos e documentais. Por meio dos textos escritos, eram registrados fatos, negociações, acordos e intenções. Passou a ser necessário o registro do que antes podia ser realizado oralmente por esses moradores.

Entre as práticas advindas da administração da sede, o processo eleitoral para a diretoria da Associação é um bom exemplo. Os comentários dos associados eram de que *“isso tinha que acontecer mais vezes, para o pessoal de Casca aprender”*, pois *“quando a gente tava colando os cartazes [com a divulgação dos prazos para inscrição de chapas] muitos diziam que já era nós os candidatos”* (comentário de participante da Comissão eleitoral). Esse participante da Comissão avalia, em seu comentário, que a pouca familiaridade dos moradores com as práticas do processo de eleição – *“isso tinha que acontecer mais vezes”* –, gerou confusão sobre o papel da comissão. Para envolver mais moradores, a comissão eleitoral aumentou o número de reuniões para explicar à comunidade como seriam desenvolvidas as eleições. De fato, para realizar a eleição era necessário observar um conjunto de atividades que eram regidas pelo Estatuto da Associação. Entre essas atividades estão a constituição de chapas, a realização de campanhas para conquista de votos e a elaboração de um plano para a gestão, todas são

práticas dessa forma de organização associativa. Essa experiência defrontou a comunidade com novas atividades de leitura e de escrita, como o próprio ato de votar.

É importante ressaltar que a forma de funcionamento da Associação Comunitária desestabilizou as relações de poder local. Ao exigir a eleição de uma diretoria, provocou mudanças na forma de organização política do grupo: antes os “administradores” eram as pessoas mais idosas da comunidade – aqueles que guardavam o testamento –, agora como as funções da Associação exigem o uso da escrita, passam a dividir a diretoria com os mais jovens.

Ao longo do acompanhamento das reuniões na sede da Associação, foi perceptível um aumento do material escrito na sede – entre cartazes em português (além de um em francês convidando para um evento sem relação com a temática quilombola), *banners* de trabalhos acadêmicos sobre a comunidade apresentados por pesquisadores parceiros, fotos de eventos e de oficinas que realizavam na comunidade, documentos da Associação – como o pedido (com a resposta) para liberação da sede para realização de festa –, e placas, para banheiro e biblioteca. O excerto a seguir do diário de campo ilustra uma das observações feitas na Associação.

às 10h40, abaixo de chuva, chegamos na Associação para a reunião prevista. Havia poucas pessoas ainda. Cumprimentamos cada uma e começamos a conversar. Observei que os cartazes da sede estavam diferentes: a presença do quadro, para as aulas de alfabetização, a placa do projeto Arca das Letras, no lado externo da sede, alguns cartazes de programas de que a comunidade participa, como o Quilombolas em Rede, e de Seminários. Hoje também havia um requerimento feito por Seu Diosmar, presidente da Associação. O requerimento era direcionado à prefeitura e solicitava uma dispensa de um imposto para a realização de festa na Associação. Ao lado do requerimento, estava a resposta da prefeitura favorável ao pedido, feita em uma declaração. Desde minhas primeiras observações, em junho de 2005, nunca havia visto documentos elaborados pela Associação em sua parede. A leitura da maioria dos presentes centrava-se no mural construído com fotos de momentos marcantes da comunidade. (Diário de campo, junho de 2006)

Ao mesmo tempo em que observava que havia mais escritos nas paredes da Associação, também via um maior número de documentos que haviam sido escritos pela diretoria da Associação, como os documentos de liberação do espaço para festas e um

mural com fotos de famílias da comunidade. Esses materiais acabavam por registrar sua própria história também em outras linguagens que não apenas a escrita, como o mural com fotos.

Acompanhei duas ações com fins educativos, no ano de 2006, voltadas para o incentivo da leitura, e uma ação voltada para a geração de renda. Na primeira ação, a diretoria da Associação, com a ajuda de jovens moradores e parceiros externos, organizou a primeira biblioteca da comunidade. Essa biblioteca está localizada na própria sede e foi constituída a partir de doações e da biblioteca do programa Arca das Letras⁹⁰. A segunda ação foi a realização de um curso de alfabetização, em parceria com o sindicato de trabalhadores rurais – reivindicação dos adultos que queriam voltar a estudar, mas tinham dificuldade de acompanhar nas escolas fora da comunidade –, que foi ministrado por um morador de Casca. A terceira ação, com fins de geração de renda para as famílias, foi a construção do quiosque, criado sob a coordenação da Associação para a comercialização de produtos da comunidade. No quiosque construído, eram utilizadas práticas de registros para controle das vendas semelhantes aos da Associação.

Entre os eventos que emergiram no contexto de titulação das terras estão as reuniões na sede da Associação (Foto 5), nas quais se tomavam decisões, discutia-se sobre como funcionava o processo de titulação, as legislações, e as escolhas de representantes da comunidade. A Foto 5 registra a escrita da ata durante uma reunião na sede da Associação Comunitária com os moradores da comunidade. Localizado no primeiro banco, está o redator da ata próximo à mesa na qual estava presente a diretoria da Associação.

⁹⁰ O Programa de bibliotecas rurais Arca das Letras é desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível no site: http://comunidades.mda.gov.br/dotm/clubs/arcadasletras/one-community?page_num=0. Acessado em: 10 de novembro de 2009.



Foto 5. - Redação da ata durante reunião realizada na sede da Associação Comunitária

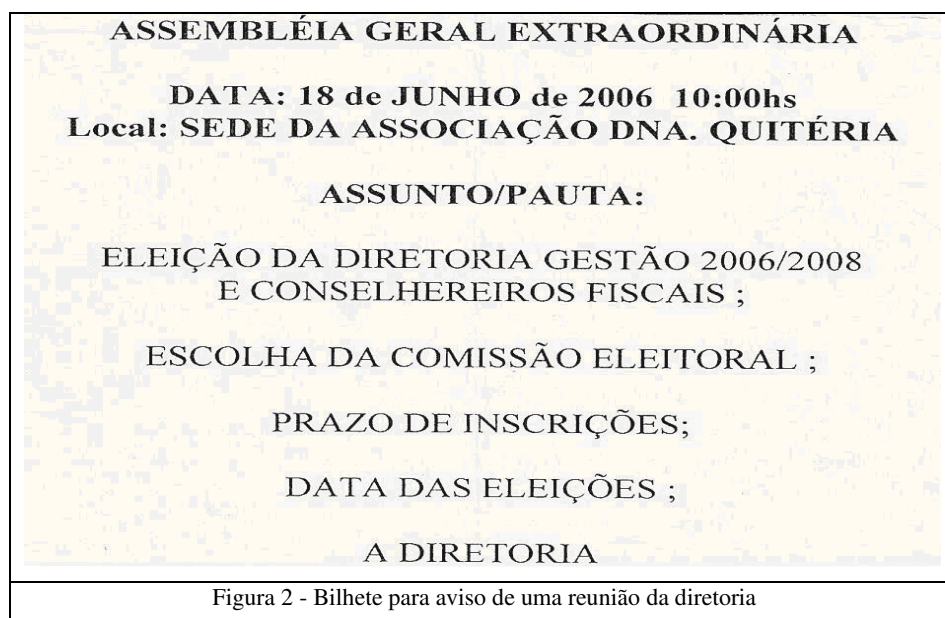
Em reuniões que observava, no seu início, o redator da ata senta-se próximo da mesa de discussão com o Livro de Atas e redige o texto enquanto os demais discutem. Geralmente, a função de registrar por escrito as discussões do evento era destinada às mulheres, as secretárias da Associação, que geram os textos escritos durante os eventos. Os demais participantes interagiam primordialmente via oral, apenas precisavam assinar a ata ao final do evento. Na organização da diretoria, a única função da secretária era a escrita e o cuidado do caderno de atas. Quando ela faltava, alguém era escolhido pela diretoria para substituí-la, por critérios que podiam diferenciar-se do gênero, por exemplo, ter “raciocínio bom” ou escrever bem, como observado em uma reunião:

fomos acompanhar uma reunião da comunidade e convidá-los para uma atividade com outras comunidades quilombolas que ocorreria em março. Também estava uma representante de outra comunidade quilombola, Clédis Souza. A reunião seria registrada em ata, como de costume, mas a secretária não estava. Dona Ilza pediu a Carlos que anotasse a reunião. (Diário de campo, fevereiro de 2006)

O convite não foi aleatório, mas sim direcionado a um dos participantes da reunião reconhecido na comunidade por ter boa desenvoltura na escrita, como é o caso de Carlos, quem ministrou o curso de alfabetização no local.

Quando perguntava sobre como era a forma mais comum que convidavam os moradores locais para as reuniões, Dona Ilza responde que era no “*boca a boca*” com o aviso oral feito de casa em casa, pedindo àqueles já avisados que repassassem o convite a outros mais próximos. Algumas vezes mesclavam a essa prática oral o uso de cartazes afixados no bar e na sede, ou de bilhetes que eram entregues nas casas, que serviam para lembrar as pessoas do horário e da data das reuniões, por exemplo. A existência desses materiais estava condicionada à possibilidade de conseguir imprimir o material já que não havia computador na Associação.

No que tange à relevância dos encontros, destaco que aqueles que se referiam à eleição da diretoria eram mais cercados de materiais escritos e cuidados com seus registros. Por exemplo, em junho de 2006, quando da realização de uma reunião da diretoria para a organização do processo eleitoral, o convite foi realizado por meio de um bilhete entregue pela Comissão eleitoral aos moradores associados. Abaixo, há a cópia escaneada do bilhete usado.



O convite - com informações sobre a natureza do evento, sua data, hora e local e as pautas que seriam tratadas - era para uma Assembléia Geral, na qual a pauta principal seria a eleição da diretoria. Esse processo de eleição é uma das burocracias necessárias para manter a entidade jurídica dentro das normas legais. Sem isso, esse espaço mediador não está apto para as negociações com o outro de fora, particularmente as agências governamentais.

Somado aos eventos de letramento realizados na sede da Associação, havia um grande número de atividades fora da comunidade. As lideranças eram convidadas também para participar em reuniões na capital federal (Brasília), conferências, cursos, encontros e seminários, promovidos tanto por ONGs, instituições estatais, quanto por entidades quilombolas. Para esses eventos, as lideranças viajaram de avião, realizando muitas atividades envolvendo escrita, implicadas nesse tipo de viagem. Por fim, havia as audiências em torno da titulação da terra, que, no caso de Casca, foram muitas, devido a uma área litorânea muito disputada no Estado devido à especulação imobiliária.

Por conta das exigências do Estado, a redação da ata, o cuidado com documentos e o registro das atividades financeiras no livro-caixa passaram a ser atividades constantes dos membros da diretoria da Associação. A produção e circulação de textos escritos não se davam sem conflitos, seja por dúvidas quanto ao gênero envolvido, seja por dúvidas quanto às suas características, como por exemplo, a escolha das informações da reunião que deveriam ser incluídas no texto. Além disso, a própria noção de confiança parece ter sido abalada, e o uso da oralidade alterado, pois nas negociações com outros agentes passou a ser relevante registrar o falado por meio da escrita, para poder comprovar essas negociações para os demais moradores, quando anteriormente entre os membros da comunidade negociava-se por meio da oralidade.

Em síntese, a constituição da Associação Comunitária revelou-se um marco para mudanças no uso da escrita na comunidade ao ser um espaço de um uso frequente da escrita em torno da identidade quilombola. A tentativa de diálogo com o Estado acarretou para a comunidade uma intensificação nos usos locais de escrita e provocou a emergência de diferentes eventos de letramento e gêneros que deles participaram. Por isso, os escritos produzidos na comunidade se mostraram relevantes para nossa análise.

5.2.1. Apropriando-se dos usos de escrita exigidos na luta quilombola

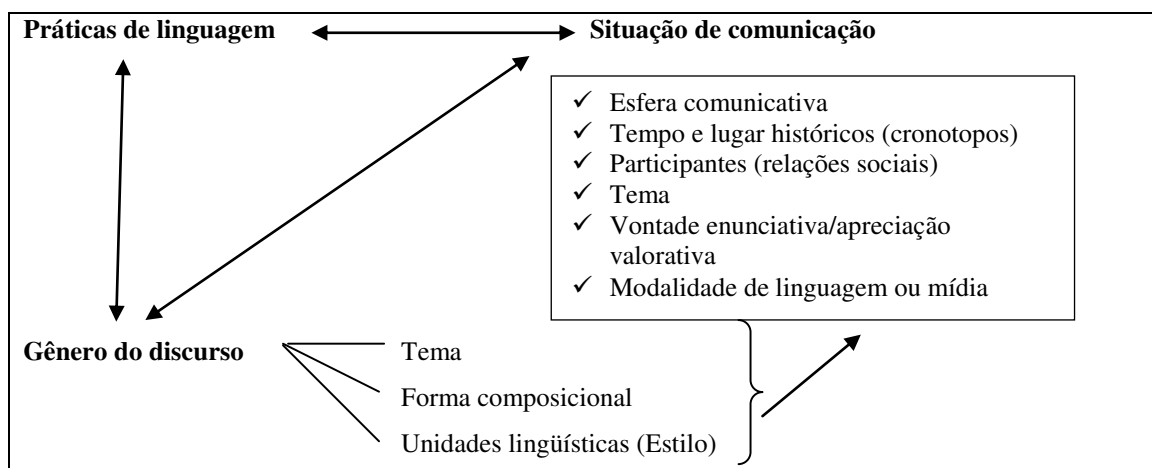
Ao analisar o processo de titulação territorial em Casca, vou destacar o processo de apropriação dos usos de escrita com os quais as lideranças lidaram a partir da constituição da Associação Comunitária. Para isso, contextualizo historicamente como se desenvolve esse processo: em uma zona de contato na qual interagem grupos de culturas díspares que estão se encontrando para compensar um histórico de assimetrias e dominação decorrentes do escravismo. A investigação das mudanças nas práticas de letramento a partir da análise dos gêneros do discurso, na linha de Bakhtin (2003), que foram utilizados na comunidade, permite recuperar os aspectos sociais e históricos.

Seguindo a perspectiva bakhtiniana de linguagem, a análise dos gêneros considerará as dimensões constituintes das interações: a situação comunicativa, a prática de linguagem e os gêneros. Tomando por base a proposta de análise de Rojo (2005), para examinar os gêneros autogerados e emergentes, meu enfoque será na esfera comunicativa em que ele acontece, no tempo e no lugar históricos, nos participantes desse processo (as relações sociais), no tema e na vontade enunciativa ou apreciação valorativa. Segundo a autora,

aqueles que adotam a perspectiva dos *gêneros do discurso* partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a *vontade enunciativa* do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua *apreciação valorativa* sobre seu(s) *interlocutor(es)* e *tema(s)* discursivos –, e, a partir desta análise, buscarão as marcas lingüísticas (formas do texto/enunciado e da língua – composição e estilo) que refletem [e refratam], no enunciado/texto, esses aspectos da situação (*idem*, p. 199)

A análise do gênero estará baseada na síntese proposta por Rojo (2005), na qual a autora destaca as relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e gêneros do discurso (*idem*, p. 198), conforme o Quadro 2.

Quadro 2. Relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e gêneros do discurso.



Fonte: Rojo (2005, p. 198)

Nessa compreensão de gênero discursivo, há uma intrínseca relação entre os aspectos que compõem a situação comunicativa, as práticas de linguagem e a realização dos gêneros. Começo analisando os conflitos nas práticas de linguagem e as mudanças na situação comunicativa que confluem para formação e mudanças no gênero ata.

Para esta análise, considero que as atividades relacionadas à função política vivenciadas pelas lideranças de Casca geraram determinados gêneros e constituíram uma esfera de luta quilombola. Na primeira subseção, o enfoque será nos gêneros autogerados, analisando os “caderninhos” produzidos no local; na segunda, o foco será nos gêneros emergentes, examinando as formas de lidar com os escritos institucionais da Associação.

5.2.1.1. Incorporação da esfera política na produção escrita local

A análise dos cadernos está baseada em um *corpus* composto por sete cadernos de dois moradores da comunidade – um homem e uma mulher – escritos em diferentes períodos (entre 1960 e 2000), para o trabalho. Ao longo de minhas observações, conforme descritas no quarto capítulo, tornou-se mais evidente que os “caderninhos” eram um suporte (BUNZEN, 2005), no qual circulavam diferentes gêneros do cotidiano local. Além

disso, parecia ser um artefato de valor, pois muitos moradores os guardavam por anos, cuidando de sua conservação, inclusive passando a limpo suas anotações.

Entre suas funções, os cadernos serviam para registrar pagamentos e contas, guardar recibos, organizar festas, anotar receitas e datas para serem lembradas (festivas ou de consultas médicas) e também para escrever poemas. A análise desse material pode ajudar a entender o quanto a prática de registros nos “caderninhos” mostra-se uma prática de letramento autogerada, em contraponto a uma prática de letramento imposta, ou dominante (KLEIMAN, 1995; BARTON; HAMILTON, 2004; STREET, 2006).

Sobre o registro documental, em um primeiro momento, consegui por meio de Alceu os cadernos de um senhor conhecido por “Seu Negrinho”, seu pai, que foi morador da comunidade e ficou responsável, nos anos de 1970 a 1990, pela administração de Casca. Seu Negrinho utilizava muito a escrita para realizar atividades como o pagamento dos impostos e a guarda do testamento das terras. Os cadernos foram cedidos para esta pesquisa por seu filho, que ficou com seus cadernos desde sua morte. Em um segundo momento, obtive os cadernos de dona Ieda, participante da Associação, que tinha uma grande participação nas atividades políticas da comunidade. Ambos os conjuntos de textos mostravam muito da história local. A leitura de alguns deles, feita com Rose, uma moradora de Casca, em cuja casa eu estava hospedada, já demonstrou o quanto dos processos ocorridos no passado de Casca havia ali, à medida que ela reconhecia nomes e ações de sua família.

O primeiro conjunto de “caderninhos” analisados, pertencente ao Seu Negrinho, abrange os anos de 1960 a 1970, e revela assuntos de sua atividade de “administrar” Casca. Há informações sobre a cobrança que realizava para pagar os impostos da comunidade, a contratação de serviços de outros moradores, compras de alimentação e medicamentos para famílias na comunidade. Além disso, outros registros – como os de gastos com viagens, audiências e documentação – referiam-se a frequentes idas à capital, onde desenvolvia atividades de trabalho, financeiras e documentais. Segundo Alceu, seu pai era um autodidata: não frequentou a escola, mas sabia ler e escrever, tendo aprendido nas experiências de trabalho que teve em outras fazendas antes de chegar em Casca, com 21 anos.

A seguir, reproduzo as páginas digitalizadas de dois cadernos seus que ilustram sua forma de organização, bastante orientada para registros de movimentação financeira e de serviços⁹¹.

10 24 de Fevereiro de 1971 voltei novamente a administrar a basea e aqui está os pagamentos das despesa da basea --- / --- / --- / --- Ir chamar o escrivão gasolina e óleo 17-2-71 - 24,70 Pagamento da procuração 23-2-71 - 73,40 Pago Nôca 15 duzia taquara 26-2-71 - 12,00 " " Alfredo taquara " " " 13,00 " " caderno e caneta " " " 3,00 Pacaje Porto Alegre 26-3-71 - 8,80 consulta advogado 27-3-71 - 20,00 1 maleta para documento 28-3-71 - 48,00 Pacaje de volta de P. Alegre 2-4-71 - 8,60 Viamão consulta advogado 1-4-71 - 20,00 Ida em Mostarda declaração 12-4-71 - 7,50 Despesa P. Alegre direito 10-6-71 - 60,00 Dorico pago para ficar em meu lugar 4 dia 12,00 Pompeu junco 100 fecho 17-6-71 - 20,00 Ida em São Simão e Mostarda declaração 24-6-71 - 34,00 365,00	Figura 3. – Página caderno de seu Negrinho 10 24 de Fevereiro de 1971 voltei novamente a administrar a Casca e aqui está os pagamentos das despesa da Casca --- / --- / --- / --- Ir chamar o escrivão gasolina e óleo 17-2-71 – 24,70 Pagamento da procuração 23-2-71 73,40 Pago Nôca 15 duzia taquara 26-2-71 12,00 Pago Alfredo taquara 26-2-71 13,00 Caderno e caneta 3,00 Passagem Porto Alegre 26-3-71 8,80 Consulta advogado 27-3-71 20,00 1 maleta para documento 28-3-71 48,00 Passagem de volta de P. Alegre 2-4-71 3,60 Viamão consulta advogado 1-4-71 20,00 Ida em Mostarda declaração 12-4-71 7,50 Despesa P. Alegre direito 10-6-71 60,00 Dorico pago para ficar em meu lugar 4 dia 12,00 Pompeu junco 100 fecho 17-6-71 20,00 Ida em São Simão e Mostarda declaração 24-6-71 34,00 365,00 Transcrição da Figura 3
Figura 3. – Página caderno de seu Negrinho	Transcrição da Figura 3

⁹¹ Com o objetivo de facilitar, para o leitor, a visualização do texto, apresentamos no quadro a página digitalizada e, ao seu lado, uma reprodução transcrita do texto.

Mês de _____ de 19____			Haver
	Continuação despesa da Casca		
3-7-71	Dr. em P. Alegre levar procuração	17,80	
4-7-71	Gorjeta para Flor	2,50	
5-7-71	Corrente para porteira	10,00	
2-7-71	1 cado	8,50	
27-1-71	Ir em Porto Alegre saber	64,00	
8-10-71	Pago Pompeu pode arrumar trabolho	10,00	
12	Anselmo Lopes 200 moirão	100,00	
()	Ir no cartorio tirar papel	16,00	
13-14	Intimação oficial de Justiça 3 dia	75,00	
18-11-71	Pompeu em meu lugar	16,00	
5	Mostardas atestado delegado	34,00	
6	Levar atestado em Viamão	318,00	
6	Dr. Antonio Nasquito	200,00	
9	Negrinho arrumar porteira	10,00	
9	Tifel tábua para a porteira	8,00	
9	Luiz Lima 2 pau da porteira	6,00	
22-11-72	Osmar ir Casca aviso imposto	20,00	
6-4-72	Ir buscar documento e Porto Alegre	57,30	
13-4-71	Ir cadastrar em Mostarda	51,00	
????	Avelino 15 dúzia taquara cr\$	80 12,00	
		760,10	

Figura 4. – Página caderno de seu Negrinho

Transcrição da Figura 4

Nas Figuras anteriores, resalto a forma em que estavam organizados alguns dos cadernos: na Figura 3, por exemplo, o primeiro item que se destaca é a página numerada como em um livro-caixa. O registro inicia com a frase “24 de Fevereiro de 1971 voltei novamente a adiministrar a Casca e aqui está os pagamentos das dispeza da Casca”. O uso da primeira pessoa para relatar suas ações neste enunciado aproxima este texto ao gênero diário (de compras). Ao mesmo temo, ao nomear as ações registradas, também demonstra uma forma de marcar sua responsabilidade sobre esses registros. O restante do

texto contém uma descrição de atividades, datas e valores, nas quais o uso da escrita aparece como uma forma de controle dessas informações. Essa forma de usar a escrita também pode ter sido relevante para caracterizar o papel de “administrador” local.

Na Figura 4, há também um livro-caixa utilizado por seu Negrinho. Nesse registro, há semelhanças entre a organização do caderno e do livro, que mostram como o escritor elenca os assuntos e os registra conforme a disposição do livro-caixa: data, descrição e valores. Em um livro-caixa, são registrados em ordem cronológica todos os recebimentos e pagamentos realizados, dando especial atenção às informações de entrada e saída de valores, data da movimentação, descrição da atividade e saldo, justamente as informações presentes nos cadernos de seu Negrinho.

Além de organizar as informações em folhas numeradas, Seu Negrinho passava a limpo muitos de seus cadernos. Em uma entrevista informal com Cláudia, esposa de Alceu e participante das atividades da Associação, ela me informou que numerar as páginas dos cadernos como nos livros atas era “*uma mania dos mais velhos*”. Também disse que as mulheres costumam passar a limpo a escrita dos maridos; de fato, havia uma anotação de seu Negrinho e depois de dona Angélica, sua esposa na época, no ano de 1971. Cláudia comentou que deve ser de família, pois tanto Alceu quanto seu irmão Antônio fazem esse mesmo pedido a suas esposas, para o texto do “caderninho” ficar mais legível aos outros⁹². Sua prática de reescrita parece indicar que seu Negrinho mostrava seus cadernos a outras pessoas que o conferiam, como a atividade de prestação de contas.

O segundo conjunto de cadernos pertencia à dona Ieda. Eles traziam indícios das atividades na esfera da luta quilombola, como aquelas vinculadas ao quiosque e ao conselho fiscal da Associação. Nos cadernos, há muitas informações sobre a administração de sua chácara e a de seus filhos, como pagamentos de impostos. Esses registros parecem ter uma finalidade de comprovação da liquidação da dívida, mostrando o caderno também como um espaço de controle desses pagamentos, conforme as Figuras que seguem (Figuras 5 e 6).

⁹² Nota de campo, 02 de fevereiro de 2009.

<u>C.C.C. ATI. DE TRABA. RURAL</u> Paguei no dia 1-2-1996, no Banco CEEE BANRISUL DE PALMARES DO SUL. 5.00 pgo CEEE Paguei no dia 1-2-1996 27,29 pgo TOTAL 32,29 pgo Paguei no dia 1º de Março CEEE 14, pgo " " " 1º Abril " " 16,26 pgo " " " 2º Maio " " 16,17 pgo " " " 3º Junho " " 9,01 pgo " " " 1º Julho " " 16,42 pgo " " " 1º Agosto " " 17,43 pgo " " " 1º Setembro 16,26 pgo " " " 1º Outubro 21,90 pgo " " " 1º Novembro 16,26 pgo " " " 2º Dezembro 15,58 pgo <u>Janeiro de 1997</u> Paguei a luz no dia 2-1-1997 41, pgo " " " 3-2-1997 30,24 pgo Paguei a luz no dia 3-3-1997 25,50 pgo Paguei a luz no dia 1-4-1997 - 24,85 pgo " " " 5-5-1997 - 39,24 pgo " " " 1-6-1997 - 43,78 pgo " " " 1-7-1997 - 36,96 pgo " " " 1-8-1997 40,37 pgo " " " 1-9-1997 36,60 pgo " " " 1-10-1997 28,17 pgo " " " 01-11-1997 28,71 pgo " " " 01-12-1997 28,17 pgo " " " 02-1-1998 36,06 pgo " " " 02-02-1998 47,60 pgo " " " 02-3-1998 43,10 pgo " " " 06-4-1998 36,7 pgo " " " 28-4-1998 36,36 pgo 36,60 4,58 41,38	<u>C.C.C. ATI. DE TRABA. RURAL</u> Paguei no dia 1-2-1996, no Banco BANRISUL DE PALMARES DO SUL 5,00 pgo CEEE Paguei no dia 1-2-1996 27,29 pgo TOTAL 32,29 pgo Paguei no dia 1º de Março CEEE 14, pgo 1º Abril 16,26 pgo 2º Maio 16,17 pgo 3º Junho 9,01 pgo 1º Julho 16,42 pgo 1º Agosto 17,43 pgo 1º Setembro 16,26 pgo 1º Outubro 21,90 pgo 1º Novembro 16,26 pgo 1º Dezembro 15,58 pgo <u>Janeiro de 1997</u> Paguei a luz no dia 2-1-1997 41, pgo 3-2-1997 30,24 pgo Paguei a luz no dia 3-3-1997 25,50 pgo Paguei a luz no dia 1-4-1997 - 24,85 pgo 5-5-1997 - 39,24 pgo 2-6-1997 - 43,78 pgo 1-7-1997 - 36,96 pgo 3-8-1997 40,37 pgo 1-9-1997 36,60 pgo 1-10-1997 28,17 pgo 01-11-1997 28,71 pgo 01-12-1997 28,17 pgo 02-1-1998 36,06 pgo 02-02-1998 47,60 pgo 02-3-1998 43,10 pgo 06-4-1998 36,7 pgo 28-4-1998 36,36 pgo 36,60 4,58 41,38
Figura 5. – Página caderno de dona Ieda (registro pagamento de impostos)	Transcrição da Figura 5.

Na Figura 5, estão registrados os cálculos e os pagamentos de impostos e da luz (indicada pelo nome CEEE, que é a empresa responsável pela energia elétrica no estado). Dona Ieda descreve o pagamento e indica sua data e seu valor. Há uma folha com registros financeiros acompanhados de recibos de pagamentos realizados. Esses recibos ficam guardados nos cadernos de dona Ieda, desde comprovantes de sua aposentadoria até compras realizadas para a Associação e alguns de seus projetos.

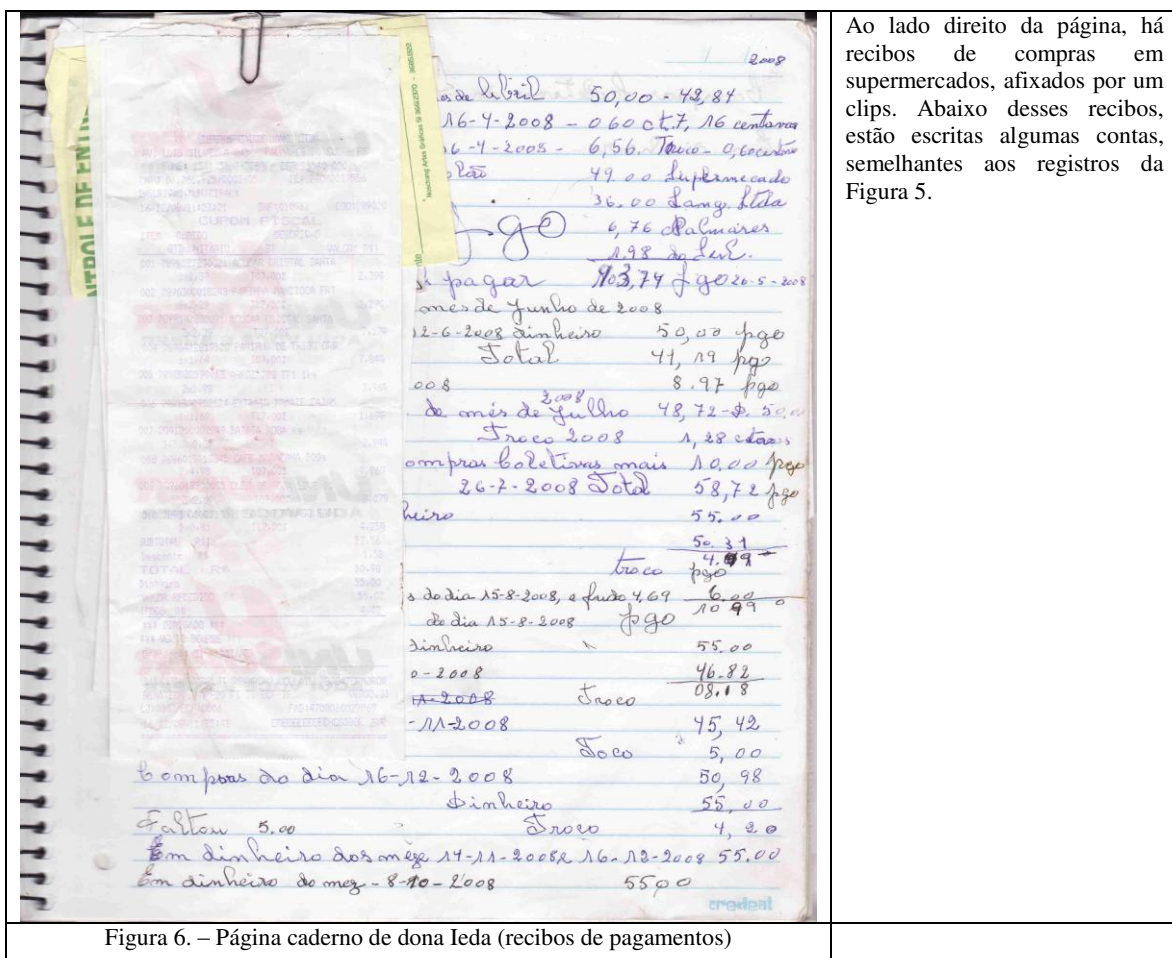


Figura 6. – Página caderno de dona Ieda (recibos de pagamentos)

Um gênero recorrente que circula nos cadernos é o balancete, um gênero utilizado para a verificação de movimentos financeiros. Ele serve como um demonstrativo que declara as saídas/entradas de valor, assim como o fim de cada investimento. Para a contabilidade, o registro de cada débito deveria corresponder um crédito de mesmo valor, resultando no balancete um saldo zero na correlação crédito e débito. Essa similitude fica visível, principalmente, nas Figuras 3 e 4, nas quais há uma organização dos cadernos bastante similar à arquitetura do balancete.

Outros gêneros também circulam nos cadernos de dona Ieda. As receitas e as listas com datas de aniversário de amigos e familiares fazem parte dos escritos, como vemos nas Figuras seguintes (7 e 8).

Aniversários	
Debóra – 12 de Janeiro X Babará 2 de Agosto	
Ana Paula 29 de Janeiro X de 1999	
Airton 17 de Fevereiro X X	
Adriano 17 de Fevereiro X X	
Anderson 20 de Março X	
Gelci 21 de Abril X	
Robison 10 de Abril X um abrigo 29,00	
Rogério 11 de Abril X João – 11 de abril	
Larica 25 de abril X	
Rosemeri 1º de Maio X	
Gelson 13 de Maio X ara 13 de Maio	
Guiherme 3 de Junho X Prezente 2900	
Cruza 11 de Agosto X Pingo 13	
Aline e Ailson 2 de Agosto X Rosana 14 de Agosto	
Renato 2 de Setembro	
Ieda 7 de Setembro X Nilza 11 de 2 de Setembro	
Ronaldo e Rejani 14 de Outubro Adolfo X 25 de Outubro	
Sueli 6 de Novembro	
Paulinho 11 de Novembro	
Laiz Cristina 15 de Dezembro	
José Antonio – Pingo – 13 de Agosto	
Adolpho 25 de Outubro	
Mandou um saco de ração 7,50	
1 pasta dental 1,20	
200 g. de mortadela 1,30	
	10,00

Figura 7. – Página caderno de dona Ieda (lista de aniversário) Transcrição da Figura 7.

A imensa lista contempla filhos, netos, sobrinhos, primos e amigos. A anotação registra, cuidadosamente, os nomes e as datas. Em alguns, está anotado também o valor do presente a ser dado. No final da página, um cálculo de comprar no mercado, que provavelmente não possui relação com os aniversários.

<u>Suspiros de amendoim</u> Ingredientes: 2 xícaras de amendoim torrado e moído, 1 xícara de açúcar diana, 3 claras, Bata as claras em neve com 1 pitada de sal. Junte o açúcar sempre batendo. Misture levemente o amendoim, coloque em forminha de papel dentro de forma de folha e leve ao forno brando. <u>Mousse de queijo</u> Ingredientes: 3 ovos, 1 xícara de açúcar, 1/2 xícara de leite glória dissolvido, 2 pacotes de gelatina royal abacaxi (85 gr.) 1 xícara de água fervente, 100 gm de queijo prato ralado, 1 lata de creme de leite glória, 1 colher de chá de baunilha, 1 pacote de gelatina royal cereja, preparado de acordo com as instruções de embalagem. Modo de preparar: 1º Bata as gemas com o açúcar no liquidificador, junte o leite e leve ao fogo por 10 minutos sem deixar ferver. 2º Dissolva a gelatina de abacaxi na água fervente, misture ao creme e leve à geladeira até ficar em consistência de clara. 3º Retire da geladeira, junte o queijo, o creme de leite, as claras em neve e a baunilha. Misture bem e coloque numa forma retangular ou em taça. Leve à geladeira até ficar bem firme. 4º Prepare a gelatina de cereja e deixe esfriar. Coloque sobre a mousse e leve a gelar bem. <u>Manjar Especial</u> Ingredientes: 100 gm de coco ralado extra úmido menina (Não acrescente água), 100 gramas de uva passas sem caroços, 100 gma de frutas cristalizadas, 1 cálice de vinho do porto, 1 litro de leite.	<u>Suspiros de amendoim</u> Ingredientes: 2 xícaras de amendoim torrado e moído, 1 xícara de açúcar diana, 3 claras, batatas – as claras em neve com 1 pitada de sal. Junte o açúcar sempre batendo. Misture levemente o amendoim, coloque em forminha de papel dentro de forma de folha e leve ao forno brando. <u>Mousse de queijo</u> Ingredientes: 3 ovos, 1 xícara de açúcar, 1/2 xícara de leite glória dissolvido, 2 pacotes de gelatina royal abacaxi (85 gr.) 1 xícara de água fervente, 100 gm de queijo prato ralado, 1 lata de creme de leite glória, 1 colher de chá de baunilha, 1 pacote de gelatina royal cereja, preparado de acordo com as instruções de embalagem. Modo de preparar: 1º Bata as gemas com o açúcar no liquidificador, junte o leite e leve ao fogo por 10 minutos sem deixar ferver. 2º Dissolva a gelatina de abacaxi na água fevente, misture ao creme e leve à geladeira até ficar com consistência de clara. 3º Retire da geladeira, junte o queijo, o creme de leite, as claras em neve e a baunilha. Misture bem e coloque numa forma retangular ou em taça. Leve à geladeira até ficar bem firme. 4º Prepare a gelatina de cereja e deixe esfriar. Coloque sobre a mousse e leve a gelar bem. <u>Manjar Especial</u> Ingredientes: 100 gm. de coco ralado extra úmido menina (Não acrescente água, 100 gramas de uva passas sem caroços, 100 gma de frutas cristalizadas, 1 cálice de vinho do porto, 1 litro de leite.
Figura 8. – Página caderno de dona Ieda (receita)	Transcrição Figura 8.

A receita, como que copiada de um livro culinário, é anotada em três partes: nome da receita, ingredientes e modo de preparar. Muitas outras estavam registradas em meio às anotações comerciais e financeiras de dona Ieda. Entre suas receitas, ressaltavam-se doces e sobremesas.

No início da análise, questionava se os “caderninhos” eram um gênero ou um suporte para diferentes gêneros. Considerando a discussão de Bunzen (2009) sobre cadernos escolares, vejo que, por um lado, “o caderno escolar pode ser compreendido como um *suporte de escritura* em que se dá uma parte da produção dos saberes escolares” (p. 141); e, por outro lado, este suporte pode ser uma arena que reflete as interações entre os

atores envolvidos no cotidiano escolar. Traduzindo essa definição para este *corpus*, a análise dos “caderninhos” de seu Negrinho e dona Ieda mostra uma variedade de gêneros discursivos que se relacionam a diferentes esferas de atividade. Assim, ao entender os “caderninhos” como um suporte, caracterizo-os como um suporte multifuncional pela variedade de gêneros que comportam. Junto a isso, compreendendo-os como uma arena de interações, demonstro como os gêneros inscritos nos “caderninhos” refletem atividades realizadas pelos sujeitos em seu cotidiano. Os registros estavam associados a esferas de atividades do trabalho na terra, do lazer (a organização de festas), do cotidiano (controle financeiro, agendamentos, receitas) e, mais recentemente, demonstram um amálgama com o registro de atividades da esfera de luta quilombola, como nas páginas da Figura 9, nas quais estão inscritos, no “caderninho” do ano de 2008, registros de compras feitas para o projeto Compras Coletivas, e registros das vendas feitas no Quiosque, o espaço que dona Ieda administra junto a outras mulheres da comunidade, aos sábados e domingos:

Quiosqui 29-30/11/2008 Uma cuca 2,00 vendida Uma torta de galinha 5,00 vendida Um pote de chimia 2,00 vendida Uma bandeja com 10 olho de sogra 3,00 vendida 29-11-2008 Total 12,00 6-12-2008 15,00 Botei no Quiosqui no dia 6-12-2008/1 1 Cuca com pasas e fruta cristalizada 2,00 vendida 2 Torta de galinha com milho e ervilha cada 5,00 vendida 1 bandeja de olho de sogra 3,00 vendida Total 15,00 Botei no Quiosque no dia 13-12-2008 1 Cuca de banana com passas de uva 2,00 vendida 2 Torta de galinha milho e azeitona 5,00 vendida 2 Torta de galinha com milho e azeitona 10,00 vendida Botei no dia 20-12-2008 no Quiosqui 17,00 Uma torta de galinha com azeitona e milho 5,00 Uma cuca de chocolate 2,00 Botei no Quiosqui do dia 27-12-08 1 Cuca 2,00 vendida 1 Torta de galinha milho azeitona 5,00 vendida Fechei o Quiosqui no dia 28-11-2008 com 70,06 centavo Total 7,00 Recebi no dia 29-12-2008 Da avó Dos produto de mez de dezembro de 2008 65,70 pgo Botei no Quiosqui no dia 3-1-2009 1 Cuca de coco 4-1-2009 2,00 vendida 2 bandeijinha de beijinho de coco cada 3,00 vendida 1 abobrinha de recheio retirada 0,50 12,00 15,00 13,00 54,00 4,00 58,00	Quiosqui 29-30/11/2008 Uma cuca vendida 2,00 Uma torta de galinha vendida 5,00 Um pote de chimia vendida 2,00 Uma bandeja com 10 olho de sogra vendido 3,00 29-11-2008 Total 12,00 6-12-2008 Botei no Quisqui no dia 6-12-2008/1 1 Cuca com pasas e fruta cristalizada 2,00 vendido 1 Torta de galinha com milho e ervilha cada 5,00 vendida 1 bandeja de olho de sogra 3,00 vendido Total 15,00 Botei no Quiosque no dia 13-12-2008 1 Cuca de banana com passas de uva 2,00 vendida 1 Torta de galinha milho e azeitona 5,00 vendida 2 Torta de galinha com milho e azeitona 10,00 vendida Bote no dia 20-12-2008 no Quiosqui 17,00 Uma torta de galinha com azeitona e milho 5,00 Uma cuca de chocolate 2,00 Botei no Quiosqui do dia 17-12-08 1 Cuca 2,00 vendida 1 Torta de galinha milho e azeitona 5,00 vendida Total 7,00 Fechei o Quiosqui no dia 28-11-2008 com 70,06 centavo Recebi no dia 29-12-2008 Dos produto de mez de dezembro de 2008 65,70 pgo Botei no Quiosqui no dia 3-1-2009 1 Cuca de coco 4-1-2009 2,00 vendida 2 bandeijinha de beijinho de coco cada 3,00 vendida 1 abobrinha de recheio retirada 0,50
---	--

Figura 9. – Página caderno de dona Ieda (registro de venda no quiosque)

Transcrição da Figura 9.

As anotações na Figura 9 demonstram que, em seus cadernos mais recentes, somam-se aos registros de atividades da esfera doméstica (Figuras 7 e 8) outros que refletem atividades resultantes das atuações na esfera da luta quilombola (Figura 9). Essas mesclas revelam que os dois conjuntos de cadernos registram mudanças no tempo e lugar históricos em que estão situados os sujeitos: as relações sociais – formas de trabalho e organização na terra – registradas nos cadernos das décadas de 1960 e 1970 diferem da organização social da comunidade na década de 1990 e 2000, em que acontece o processo de regularização fundiária e a emergência dos sujeitos como atores políticos. Seu Negrinho revela atividades em uma época em que os mais velhos administravam a terra, período em

que ele próprio foi administrador. Dona Ieda, ela própria participante dessas novas atividades, mostra através de seus registros um período em que as atividades de administração desenvolvidas por meio da Associação Comunitária implicam lidar com burocracias e comprovações para agentes estatais.

5.2.1.2. “Eu anoto tudo”: apropriação no uso das atas

Nesta seção, analisarei as atas produzidas na Associação e as alterações sociohistóricas e sociais que acompanharam essas mudanças, com base em uma entrevista com uma liderança da comunidade, e em diálogo com o terceiro e quarto capítulos. Entendo a ata como um gênero por ela ser “uma forma de dizer que foi constituída sociohistoricamente, com uma estrutura (composicional)” (SOBRAL, 2009, p. 42) que possui um contexto de produção que envolve os encontros de negociações com os atores externos à comunidade. No caso de Casca, a ata é um gênero exigido a partir da constituição da Associação Comunitária.

A respeito da categorização de gêneros primários e secundários, Rodrigues (2005) define que, ainda que Bakhtin afirme que gêneros secundários tenham relação com a escrita,

não é a escrita o princípio de diferenciação, pois há gêneros primários escritos, como o diário íntimo, e gêneros secundários orais, como a palestra. O papel da escrita indicado pelo autor na constituição dos gêneros secundários pode ser compreendido como uma das condições para o surgimento e o desenvolvimento das esferas sociais formalizadas, lugar de constituição dos gêneros secundários (p. 169)

Seguindo essa interpretação de Rodrigues (idem), a ata é um gênero mais padronizado por ser menos flexível a mudanças, assim como os documentos oficiais. Como a Associação é uma entidade jurídica, as Assembléias que ocorrem entre seus participantes precisam ser formalizadas a partir do registro em ata, documento que passa a ter valor jurídico.

Mudanças na situação comunicativa

O dado que será analisado evidencia alguns conflitos entre os valores em disputa na “zona de contato” entre quilombolas e agentes públicos em encontros ocorridos na esfera de luta quilombola, em especial, no âmbito da Associação Comunitária. Esses conflitos refletiam e refratavam o histórico dessas comunidades: o deslocamento de uma total invisibilidade frente aos agentes estatais para uma grande visibilidade como atores políticos no cenário local, estadual e federal.

Durante as observações das reuniões na comunidade, os redatores das atas reclamavam de dificuldade na sua produção, embora tenha sido o uso de escrita que se tornou mais frequente nas atividades de reunião. Isso denunciava que apenas sua produção contínua não garantia seu domínio.

A pauta das Assembléias e reuniões, no geral, referia-se às negociações faladas sobre a titulação entre os moradores e atores externos (como representantes governamentais e ativistas políticos), que eram registradas por escrito em ata. Os excertos que seguem fazem parte de uma entrevista com Dona Ilza, sobre a ata:

Ilza: o negócio da ata foi num encontro agora nesse encontro que a gente esteve lá no na Justiça Federal lá na (+++) é que eu cobre do pessoal do INCRA (.) e ele disse que não, que ele não tinha falado isso (.) e eu disse pra ele que estava na ata, e ele disse “não está, Dona Ilza”. E folhou a ata e realmente não estava (.) foi um esquecimento de não anotar
(Entrevista com dona Ilza, em março de 2006)

Nessa fala, dona Ilza relatou um conflito em que sofreram prejuízo ao fazer uma cobrança ao INCRA que foi relacionada à falta de informações registradas na ata. Segundo ela, a ação prometida pelo representante do INCRA deixou de ser anotada por parte da comunidade e, ao ser cobrado oralmente, o representante não honrou o acordo. Nesses eventos de tensionamento, as lideranças da comunidade vão percebendo que para os agentes externos nem sempre a palavra falada basta. A ata passa a ter uma nova função social a partir do conflito gerado, pois a dificuldade existente faz com que revejam seus

critérios de “seleção” das informações discutidas em reunião que efetivamente serão anotadas em ata. Contudo, uma pergunta que fica é: a ata teria maior valor caso estivesse registrada?

Nessa esfera de disputa quilombola, os participantes passam a atribuir novos significados para os gêneros com os quais interagem em situações de conflito. Para as lideranças, a função da ata ganha uma intenção bastante relevante no processo de titulação. Em outro excerto da entrevista dona Ilza ressalta essa finalidade:

Luanda a princípio, pra que que serviu as atas pra vocês?
Ilza porque a ata é um documento (.) o que tá escrito na ata é um documento (.) tanto é que a ata (+++) a ata é registrada em cartório, né? então é um documento que a gente tem pra pressionar o pessoal, que ali tá a palavra deles, né?

(Entrevista com dona Ilza, em março de 2006)

Na resposta de dona Ilza a minha pergunta, ela explicita que passou a ver a ata como um documento de pressão do “pessoal”, nesse caso, os agentes externos. Quando diz “*ali tá a palavra deles, né?*”, Dona Ilza levanta um fator fundamental na percepção dos conflitos: a escrita da ata registra *a palavra deles*, “dos de fora”, mostrando que essa relação com a palavra prometida se dá de maneira diferente no seio do grupo ao qual pertence. O que está em jogo é que o grupo referido pelo pronome “eles” historicamente não tem cumprido o prometido.

Ao final da entrevista, na qual observou que a ata é um documento “*para pressionar o pessoal*”, dona Ilza expressou, a partir de um ditado, a relevância da linguagem oral para a comunidade: segundo ela, seu pai sempre falava: “*antigamente, o bigode era palavra dada*”. Ao proferir esse ditado, enuncia o valor que a “palavra dada” tem para sua comunidade, ou seja, o poder que ela possui entre “*os seus*”. Esse ponto de diferença na valorização da escrita, que pode onerar a comunidade (como o que sofreram na negociação com o INCRA), é relevante para entender melhor as diferenças na valoração atribuída à escrita e à oralidade nas comunidades envolvidas. Além disso, esse diferencial nos valores acerca da escrita também ajuda a entender como a inserção em práticas de letramento dominantes (de instituições legitimadas) é conflitiva para o grupo.

Os conflitos repetem-se nas atividades de registros financeiros da Associação, com os usos das notas fiscais e do livro-caixa, como refere dona Ilza, no excerto seguinte:

Ilza: não, a gente não usa o livro de caixa porque é **complicado**. (+++) A gente anota ali para que que foi, qual foi o evento, o que que comprou, o que que gastou (+++) para o rapaz, o contador, é fácil, mas pra nós é difícil, é complicado. Então não tem como a gente fazer. (+++) Eles tão devendo mais duas notas. O problema aqui é a dificuldade da nota (+++) ainda bem que o pessoal aqui não é exigente (.) a gente vai ali e diz (+++) eles só escutam.

(Entrevista com dona Ilza, em março de 2006)

A dupla negação sobre a função do livro-caixa revela a tensão que está presente no uso deste material escrito. Dona Ilza ressalta as informações que constam no livro - “A gente anota ali para que que foi, qual foi o evento, o que que comprou, o que que gastou”-, para quem é feito esse registro - “para o rapaz, o contador, é fácil” -, e continua usando a adversativa “mas”, indicando que, contrariamente à prática e à expectativa dos de fora, como o contador, o uso da escrita apresenta dificuldade para seu grupo. O livro-caixa é mais um documento obrigatório no funcionamento da Associação. É por meio dele que teriam de controlar seu movimento financeiro.

Intrigava-me o fato de este livro de controle gerar tanta tensão sendo que o gênero balancete já era familiar nos registros locais. A resposta pode estar na documentação que implica o registro no livro-caixa. Usar notas fiscais não fazia parte das práticas de letramento do grupo - “o pessoal aqui não é exigente”, o que se relaciona com o evento da nota fiscal narrado por dona Ilza e analisado no quarto capítulo desta dissertação. A reiteração da dificuldade - “é complicado” (duas vezes), “pra nós é difícil”, “o problema aqui é a dificuldade da nota” - ressoa no enunciado de dona Ilza, criando um efeito cumulativo que reflete a complexidade desse uso da escrita para a comunidade, referida por “nós”, “a gente”, “o pessoal aqui”, cujas compras eram poucas, quando não havia possibilidade de troca.

Em seu enunciado também ressoa a separação entre dois grupos com práticas distintas, que se efetua na contraposição espacial dos advérbios “aqui-ali” que se referem,

respectivamente, aos espaços de circulação dos membros da comunidade: “*o pessoal aqui*”, e ao problema aqui e dos outros, de fora, com suas práticas dominantes: “*A gente anota ali, A gente vai ali*”. Nesse exemplo, o enunciado “*o pessoal aqui não é exigente*” se orienta às relações de confiança constituídas no local, que dispensam o escrito para confirmar o ato prometido ou negociado. Quando a exigência do escrito passa a fazer parte das práticas interativas com os agentes “de fora”, a relação de confiança parece ser colocada em xeque. Nessa mesma ação (cobrança do escrito), distinguem-se aqueles que pertencem ao grupo (aqueles que não exigem a nota). Os enunciados de dona Ilza refletem algumas visões sobre esse jogo de poder nas diferentes formas de usar a escrita que se dá nessas zonas de contato com o poder do Estado, nas quais seus representantes impõem um diálogo sustentado pela escrita.

O choque no uso dos documentos exigidos na Associação provocou mudanças no valor atribuído pelos associados à forma como negociavam com agentes como o INCRA. Esses choques acarretaram modificações nos gêneros que emergiram no local, como fica mais explícito na produção das atas.

O uso das Atas em atividades locais

Para entender como as atas refletem as mudanças nas funções sociais da ata em Casca, analisarei quatro das atas redigidas no *Livro de Atas da Associação Comunitária Dona Quitéria*: as atas de 24 de outubro de 1999 (n. 2), de 24 de março de 2002 (n. 27), de 20 de setembro de 2006 (n. 61) e de 16 de novembro de 2009 (n. 63). Elas foram escolhidas em um total de setenta e sete atas (Ata 01 a Ata 77). A escolha dos documentos foi realizada em convergência com as observações e conversas informais que realizei em campo, tentando mostrar como os sujeitos passaram a utilizar de um gênero imposto por conta da burocratização da instituição a um gênero usado em atividades locais.

A ata é um registro ou resenha dos fatos ocorridos e das resoluções tomadas em uma Assembléia ou reunião de corpo deliberativo ou consultivo de uma agremiação ou uma associação, como no caso estudado. Por ter esse caráter oficial, a ata é um gênero menos sujeito a mudança, e possui uma estrutura composicional bastante rígida. Em sua forma

relativamente estável, o gênero ata costuma ser escrito em terceira pessoa, como a marca da impessoalidade daquele que registra, estruturado a partir de uma abertura (com a data, a identificação das pessoas presentes, o lugar onde ocorre o encontro e a hora de início da reunião), a pauta, o relato da discussão e o fechamento formulaico (contendo as assinaturas, quando é aprovada após uma rápida leitura em voz alta).

Meu interesse na análise será mostrar como as mudanças ocorridas no gênero ata decorrem das alterações nos valores acerca do uso da ata conforme descrição da seção anterior. Os quatro documentos ilustram três momentos na produção local que vão de um distanciamento da organização mais rígida do gênero até uma aproximação e apropriação do uso, com a escolha de uma estrutura que atende aos interesses da Associação.

Assim, em um primeiro momento, as atas se distanciavam da estrutura composicional dos textos do gênero. Como exemplifica a *Ata de 24 de outubro de 1999*.

“Aos dias vinte quatro de outubro de mil novecentos e noventa e nove, ocorreu uma reunião para discutir sobre algumas sugestões do que a Casca precisa:
1º termo e notação de trabalho que seu Artur fala; e tendo a responsabilidade a sociedade
Sei que é uma luta que vai ser respondido com serviços sério e confiante na luz que eu trago comigo em parceria com a vida e meus colegas que comigo estão nesta luta.
Com fé na minha equipe que juntos lutaremos para ganhar e com a ajuda da comunidade que vai ser muito importante estar nesta vitória que ficará marcada na nossa história aqui na Casca, fundada a sociação da comunidade Dr^a. Quitéria, está é nossa alternativa e nosso desejo de ser encaminhados da grande campanha de forças para enfrentar o nosso objetivo para mostrar serviço nescessita garra, prescistencia, coraje e fé em Deus, mas tudo se consegue a união faz a força vamos dar as mãos e confiar que chegamos lá juntos, basta não vacilar e ter pensamento positivo vai ajudar muito. Não vamos pensar e pedir ajuda a Deus que tudo dará certo, os nossos serviços financeiros para contribuir nossa sede; móveis, maquinário, trator, ferramenta e uma anbulância para estabelecer um posto de saúde...
Braços fortes, colaboração e apoio, e também uma boa assistência.
(segue assinatura da escrevente)”

Esta ata ilustra bem as produções iniciais do registro das Assembléias na Associação Comunitária. A pauta indicada “para discutir sobre algumas sugestões do que a Casca precisa” tornou-se a unidade temática desse texto: “do que a Casca precisa”. Há uma mudança na enunciação do escrevente da ata que passa a transcrever a fala de seu Artur, em primeira pessoa: “*e tendo a responsabilidade a sociedade **sei** que é uma luta que vai ser respondido com serviços sério e confiante na luz que eu trago **comigo** em parceria com a vida e **meus** colegas que comigo.....*”. A discussão a seguir refere-se a um chamado às pessoas enquanto um grupo através do discurso religioso e do marco de fundação da comunidade: “*Com fé na **minha** equipe que juntos **lutaremos** para ganhar e com a ajuda da comunidade que vai ser muito importante estar nesta vitória que ficará marcada na **nossa** história aqui na Casca, fundada a sociação da comunidade Dr^a. Quitéria*”.

Este tema está consoante com o objetivo deste período: agregar os moradores locais para participar da Associação e, conseqüentemente, do processo de titulação quilombola. Nesta ata, o discurso de agregação é refletido a partir de uma organização mais distante de uma estrutura padrão do gênero: inicia com a abertura, indica a data e a pauta do encontro e, depois, transcreve o discurso do presidente da Associação para a Ata.

Os condicionantes da situação provocaram uma inovação que resultou na possibilidade da incorporação de discursos dos participantes da atividade, como seu Artur, ex-presidente da Associação. Essa estratégia pareceu “incorporar” a pessoa ao texto, em um fenômeno semelhante ao que Niño-Múrcia (2004, 2009) destaca como a agência das mulheres na elaboração de atas em uma Associação de mulheres indígenas peruanas. O uso de pronomes na primeira pessoa seria um indicador forte para revelar a apropriação do gênero nas atas, para a autora, pois é um indicativo da pessoalidade do escrevente que se expressa na conjugação dos verbos em primeira pessoa e na simples transcrição da fala dos participantes. Ao enunciar em primeira pessoa, na escrita da ata, a redatora reporta o discurso de um participante da Assembléia e, com isso, evidencia mudanças também no estilo.

Em um segundo momento, as atas aproximam-se mais de uma estrutura composicional canônica do gênero, como por exemplo, a descrição do local e indicação dos representantes, como na ata (27), três anos mais tarde:

“Ata nº 27

Ata do dia 24 de março de 2002

Aos vinte e quatro do mês de março, na sede da Associação Comunitária Dona Quitéria, realizou-se uma reunião às 14:00 hs, para tratar do assunto do quiosque. O sr. Diosmar iniciou a reunião saudando os presentes, logo depois passou a palavra para a representante da Ceasa Raniera que falou sobre a planta do quiosque, também falou sobre o terreno em que vai ser construído o quiosque. Foi escolhido uma responsável para assinar as notas do material que vai chegar para o quiosque Tatiane Mattos da Costa. O sr. José Carlos colocou em questão quem iria ficar responsável pela fiscalização da obra do quiosque. O sr. Paulo Sérgio Silva leu sobre a lei assinada pelo governador do estado, logo depois o agrônomo presente fez um comentário sobre a semente de uma fruta e distribuiu aos presentes. Nada mais houve a ser tratado a reunião foi encerrada e eu, Roberta dos Santos lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes. (seguiu com as assinaturas)”

Nesta ata, percebe-se um cuidado maior em registrar os diferentes enunciados no encontro, no qual o objetivo foi a negociação com agentes externos acerca das obras do quiosque. Para isso, há alterações também na estrutura e no estilo em relação à ata anterior praticamente monologal. Nessa ata, há abertura (*Aos vinte e quatro do mês de março*), identificação de lugar (*na sede da Associação Comunitária Dona Quitéria*), hora de início da reunião (*realizou-se uma reunião às 14:00 hs*), pauta (*para tratar do assunto do quiosque*) e fechamento formulaico (*Nada mais houve a ser tratado a reunião foi encerrada e eu, Roberta dos Santos lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes*). Inicia-se a ata com o relato da abertura realizada pelo presidente da Associação, senhor Diosmar (*O sr. Diosmar iniciou a reunião saudando os presentes, logo depois passou a palavra para a representante da Ceasa*). Alguns encaminhamentos são registrados, como os respectivos nomes de responsáveis indicados para essas ações na reunião (*Foi escolhida uma responsável para assinar as notas do material que vai chegar para o quiosque Tatiane Mattos da Costa*). Neste evento, as discussões que precederam as deliberações foram narradas em detalhamento, com indicações de quem fala e o que fala

(“O sr. José Carlos colocou em questão quem iria ficar responsável pela fiscalização da obra do quiosque”, ou “O sr. Paulo Sérgio Silva leu” e “o agrônomo presente fez um comentário”). Para compor essa estrutura, a escrevente orquestra as falas dos participantes, registrando o nome de cada um e sua respectiva fala, usando os verbos na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito e responsabilizando-se pelo texto através de sua assinatura “e eu, Roberta dos Santos lavrei a presente ata”.

Esta etapa distancia-se do contexto de uma comunidade quilombola baiana, analisado por Almeida (2009), que examina práticas de letramento a partir da análise de atas produzidas na Associação local. Nesse cenário, ela caracteriza as atas como “produções discursivas elaboradas por ocasião das reuniões mensais da Associação e representam uma realidade do grupo étnico, sendo o acesso a esses textos hoje possível, tendo em vista o seu registro escrito e sua conservação” (p. 3). Destaca, ainda, que esse gênero discursivo foi tomado como uma produção para registrar atividades locais.

Niño-Múrcia (2009), analisando como o uso do gênero ata passa a fazer parte das práticas associativas entre um grupo de mulheres quéchuas do Peru, descreve como elas se organizaram por meio de um clube de mães e, segundo a autora, incorporaram o registro em atas das deliberações dos encontros que realizavam. Como destaquei anteriormente, a agentividade das redatoras é uma das características do gênero. A presença dessa agentividade fica mais evidente neste terceiro momento.

O terceiro momento da produção escrita de atas no contexto da Associação revela um deslocamento na função social do gênero: passam a ser registradas nas atas ações da própria comunidade. Analisarei dois documentos para mostrar esse momento: as atas 61 e 63, quatro anos mais tarde. O gênero, além de documentar as negociações com os “de fora”, registra também o debate e as deliberações sobre questões entre comunidades quilombolas.

“Ata 61

Reunião das comunidades quilombolas de Limoeiro, Casca, Teixeira, Beco dos Coloidianos, Olhos D’água e Capororocas, comunidades de Teixeira – Mostardas (RS). No dia vinte e três de setembro de dois mil e seis os representantes das comunidades

quilombolas do município de Tavares, Mostardas e Palmares do Sul estiveram reunidos na comunidade de Teixeiras, com o objetivo: - de criação de um fórum entre as comunidades quilombolas e as entidades apoiadoras; - buscar a participação das comunidades quilombolas junto aos conselhos municipais; - realizar um encontro entre as comunidades quilombolas do litoral alusivo ao dia vinte de novembro. ENCAMINHAMENTO: realizar nova reunião entre os representantes das comunidades quilombolas na comunidade de Olhos D'água, município de Tavares, no dia vinte e um de outubro próximo. Nada a mais a declarar eu, Solange dos Santos Gomes lavro a presente ata”

A *Ata 61* é um registro de uma reunião ocorrida fora de Casca (*estiveram reunidos na comunidade de Teixeiras*), para a qual levaram seu livro de atas para redigir a ata do encontro. Há uma identificação das pessoas presentes a partir do nome de suas comunidades (*os representantes das comunidades quilombolas do município*). Na estrutura do texto, os objetivos e os encaminhamentos parecem ganhar relevo, pois estão bem destacados com sinais gráficos. Além desses aspectos, duas questões se destacam: a pauta é toda voltada para a constituição de um fórum quilombola (*- de criação de um fórum entre as comunidades quilombolas e as entidades apoiadoras; - buscar a participação das comunidades quilombolas junto aos conselhos municipais; - realizar um encontro entre as comunidades quilombolas do litoral alusivo ao dia vinte de novembro.*) e é uma reunião com outras comunidades quilombolas sem a demanda ou presença de agentes governamentais ou ativistas. Nesse evento, parece que a produção da ata passou a ter uma função para os interesses locais: planejar encontros políticos entre outros quilombos.

Por conta de sua emergência política, as lideranças de Casca organizaram, junto a outras comunidades quilombolas do litoral, a Coordenação Regional do Litoral da Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul, entidade que funciona como um fórum para debater demandas que lhes sejam comuns. Nessa reunião, o objetivo era de planejar entre as comunidades quilombolas litorâneas do estado um fórum. Com essa mudança no acento valorativo, a própria estrutura do gênero torna-se diferente. Esta ata foi composta basicamente de quatro partes: a descrição das comunidades

participantes, os objetivos da reunião, os “encaminhamentos” e o fecho, com as assinaturas dos presentes. A mudança na estrutura composicional ocorre junto à mudança de conteúdo temático e de estilo.

Há um estilo que se mostra mais vernacular e sucinto, com uma seleção das ações e falas a serem registradas. Os verbos são usados no infinitivo, o que torna os objetivos elencados em uma lista de tópicos e não de ações. Há também um apagamento dos enunciadores efetivos, com isso o texto revela um distanciamento e uma estratégia de resumo em curso que acaba produzindo um estilo mais próximo do estilo canônico de ata.

A *Ata 63* traz o registro de uma reunião para organização de atividades que realizariam em comemoração ao dia 20 de novembro de 2006, o *Dia Nacional da Consciência Negra*. O documento registra atividades internas do grupo, como pode ser visto no trecho que segue, no qual destaco seus encaminhamentos.

“ (...) debater as necessidades e definir as proposições das comunidades quilombolas perante as entidades apoiadoras. Após um breve debate na parte da manhã, foi efetuado um trabalho de grupo na parte da tarde em que foram debatidas as seguintes questões: REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: - saúde: melhorar o atendimento medico-odontológico e implantar unidades de saúde junto as comunidades quilombolas, buscando o cumprimento da Lei Federal que determina o atendimento exclusivo para as comunidades quilombolas, e buscar a participação das comunidades junto aos conselhos municipais de saúde; educação: inserir o tema da cultura negra no ensino escolar; organização social: buscar maior aproximação com o IACOREQ para assessoria, buscar políticas públicas voltadas pra as comunidades quilombolas; gestão elaboração de proposta de gestão para as patrulhas agrícolas que serão entregues as comunidades quilombolas, desenvolver iniciativas do plantio e a venda coletiva de produtos; Propostas: criar uma sistemática de reuniões entre os representantes das comunidades; - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE APOIO: respeitar os valores, a visão de mundo das comunidades quilombolas; buscar soluções coletivas (e não individuais) para as necessidades das comunidades quilombolas; - fortalecer a comunicação entre as comunidades quilombolas”

A festa aconteceria na sede da Associação Comunitária Dona Quitéria, no sábado da *Semana da Consciência Negra*. As orientações são direcionadas tanto aos agentes externos, entidades de apoio, quanto às próprias lideranças das comunidades. As duas últimas atas, além de apresentarem-se mais próximas da estrutura composicional e do estilo do gênero canônico, contêm temas relativos a ações mais cotidianas, como a organização de festas e atividades entre as comunidades quilombolas.

A necessidade interna de registrar suas atividades aponta para a emergência de um agenciamento local das lutas quilombolas. A organização junto a outras Associações e o encontro construído a partir de demandas entre as comunidades mostram que as lideranças não se reúnem mais apenas em torno de uma “pauta externa” (gerenciada ou indicada por agentes de fora), mas também constroem suas próprias pautas. Nesse cenário, a ata é apropriada com uma função dentro da própria comunidade, ou seja, de registro das atividades e discursos dos “de dentro” também.

A análise das atas da Associação Dona Quitéria permite apontar que os conflitos e as tensões vivenciados pelos líderes quilombolas, ao longo do processo de titulação, vão conformando os gêneros que são exigidos nessa interação com o Estado. Convergingo com a noção de dialogismo de Bakhtin, podemos ver que as necessidades e conflitos entre os participantes da interação, provocadas por diferentes índices de valor que os sujeitos constroem, modificam seu acento valorativo, o que acarreta mudança no tema (a intenção diferente ao escrever a ata, a ata ser “um documento de pressão”), no estilo (como a escolha de formas linguísticas que desse destaque para as negociações e os encaminhamentos acordados) e na estrutura composicional (como o uso de sinais gráficos e letras em maiúscula e a ordem no texto).

Os trabalhos de Almeida (2009) e Nino-Múrcia (2004), embora com estratégias distintas, também revelam experiências de agenciamentos e autonomia ao incorporar o uso de um novo gênero no grupo ao qual pertencem. No estudo de Almeida (2009), as atas são entendidas como práticas socioculturais, pois elas mostram-se como “narrativas locais de resistência e busca de autonomia” e estão relacionadas à constituição da Associação Comunitária. Na investigação de Niño-Múrcia (2004), o uso das atas faz parte das práticas da comunidade desde um período muito anterior à Constituição da Associação local. Para a

autora:

estes documentos públicos trazem à memória e fazem conscientes as obrigações contraídas com o grupo que gera o texto. Aqui podemos considerar esta escrita concretamente como um ato multifuncional, posto que os documentos podem estabelecer obrigações, refletir os vínculos entre os membros, estabelecer ou incrementar o prestígios de seus membros, identificar aos indivíduos o ao *ayllu* sua maneira de entender a dinâmica social na qual vivem. (p. 356-7)

Em Casca, as atas evidenciam um processo de apropriação e autonomia na medida em que os quilombolas passam a usar o gênero como parte das práticas locais a serviço de objetivos da comunidade. Essa apropriação ilustra como se dá esse processo de mudanças nas práticas de letramento que resulta em construções de conhecimentos para os diferentes atores. Para Barton e Hamilton (2000), os Estudos de Letramento implicam uma teoria de aprendizagem, ao considerar que “as práticas de letramento mudam e novas práticas são frequentemente adquiridas através de processos de aprendizagem informal e fazem tanto sentido quanto as de educação formal” (p. 15). No caso da ata, ela passou de um documento no qual estava inscrita a palavra “deles”, os “de fora” da comunidade, a um documento que funcionava como parte do processo de planejamento, registro e elaboração de ações realizadas pela própria comunidade, em prol do movimento de reivindicação das terras quilombolas.

Essas interações vivenciadas pelos líderes quilombolas em práticas burocráticas, para a negociação do título de suas terras, implicaram a emergência de letramentos de contato (ZAVALA, 2002), desenvolvidos pelo grupo com menos poder. A emergência desses eventos e gêneros, no âmbito da Associação, aponta que esta instituição foi um espaço onde o uso de textos escritos foi promovido como forma de viabilizar a comunicação de líderes quilombolas com representantes de diferentes instituições, os quais possuíam práticas de letramento dominantes (burocráticas, ou de prestígio) muito distintas das práticas locais do cotidiano quilombola. Ou seja, a Associação Comunitária atuou como uma *agência de letramento* no local (KLEIMAN, 2006). Embora muitas práticas de escrita tenham sido inseridas no grupo como uma exigência externa, os sujeitos passaram a utilizá-las aos seus próprios interesses. Entendo esse processo como uma hibridização ainda em

curso: as práticas de letramento que hoje se realizam não são das agências externas, tampouco as tradicionais locais, como exemplifica o registro nos cadernos de eventos da Associação.

Nessa análise, proponho que os gêneros discursivos que circulam inscritos nos “caderninhos” são autogerados, por serem usos escritos que foram constituídos historicamente a partir das práticas locais da comunidade. A ata, ao contrário, é um gênero que foi inserido em resposta a exigências do Estado em atividades na Associação, parte de uma prática de letramento imposta, ou dominante (BARTON; HAMILTON, 2004), mas que foi sendo apropriado como um gênero constituinte de atividades de/para/entre quilombolas.

5.3. Diálogo e confrontos interculturais em um Ato Público

Nesta seção, apresento a análise interacional de um evento representativo da luta quilombola: um ato para reivindicar o título pela terra no INCRA. Os dados foram registrados em áudio e vídeo durante um ato público de reivindicação, ocorrido no próprio INCRA, em março de 2008. Analisarei segmentos transcritos e vinhetas narrativas com observações sobre a parte inicial deste ato. Com base na Sociolinguística Interacional (RIBEIRO; GARCEZ, 2002; JUNG; GARCEZ, 2007), elegi a interação face a face como o lócus sobre o qual vou explorar a constituição das identidades sociais. A análise de cenários de diálogo entre os atores da luta quilombola pode revelar como as pessoas constroem sentidos sobre si e sobre os usos da escrita envolvidos no processo que vivenciam. Além disso, contribui para mostrar as negociações que ocorrem na construção identitária em processo.

Como apontei no terceiro capítulo, o acesso dos “casqueiros” às políticas públicas específicas para quilombolas mostrou ter impedimentos e ruídos na mediação (SILVA, 2007; CENTENO, 2009), acarretando muitas vezes perdas para a comunidade. O fato de os representantes institucionais exigirem o diálogo entre si e os quilombolas primordialmente mediado pela escrita revela como se dá o diálogo entre o Estado (e alguns

de seus mediadores) com as comunidades quilombolas. Por conta do acesso às políticas públicas e da regularização de suas terras, os participantes da diretoria da Associação passam a ter de dominar formas de escrita para dialogar com os representantes do Estado, o que está bastante relacionado à estrutura da cidade escriturária discutida por Rama (1985).

Como ilustração da estrutura criticada por Rama, há o trabalho de Pantaleón (2005) que analisa a constituição de um aparato institucional para trabalhar no desenvolvimento social: a Secretaria do Desenvolvimento Social do departamento argentino de Salta. Ao examinar esse processo, o autor verifica a modificação na forma de interagir entre aqueles que pedem e aqueles que ofertam serviços. Em decorrência dessa estrutura burocrática, o gênero típico de solicitação de serviços da população alvo da secretaria – a carta – foi substituído por outro gênero distante dos usos locais – o formulário.

Na análise deste evento, busco entender o quanto o acesso aos direitos territoriais quilombolas implica defrontar-se com práticas de letramento dominantes. A partir de uma análise dos conflitos em uma negociação entre lideranças quilombolas, ativistas sociais, políticos e representantes do INCRA, proponho uma análise a partir de três dimensões: a imposição de uma forma de negociação, o uso da escrita em negociações com os agentes externos e as identificações que emergem no Ato.

Os participantes da Associação Comunitária de Casca integram a Coordenação Regional do Litoral da Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do estado. Por meio dessa organização, eles planejaram e participaram de um evento de reivindicação ao direito a terra por meio de um *Ato público*. O objetivo do encontro era de exigir a titulação imediata das comunidades quilombolas gaúchas. Esse evento foi elaborado e planejado por pessoas de onze comunidades quilombolas da região do litoral gaúcho e da capital. Havia representantes das comunidades quilombolas de Capororocas, Coloidianos, Manoel Barbosa, Limoeiro, Olhos D' Água, Teixeiras e Casca, da região do litoral, e de Areal da Baronesa, dos Alpes, Família Silva e Família Fidélis, da capital. Cerca de dois meses antes, lideranças dessas comunidades realizaram encontros para discutir suas reivindicações e, a partir delas, redigiram um documento a ser entregue ao INCRA neste evento.

Na primeira dimensão da análise, abordo a imposição de uma forma de negociação por meio do gerenciamento do evento. Para realizar o Ato Público, os integrantes da Coordenação Regional buscaram o apoio de movimentos sociais e políticos, com os quais tinham contato, para contribuir para a infraestrutura do evento, como o deslocamento das pessoas até a capital do estado, as refeições para os participantes e a divulgação do evento na mídia. No dia do Ato, estavam presentes as diretorias das Associações Quilombolas e os parceiros políticos e de movimentos sociais convidados. O documento impresso que haviam elaborado seria lido pelo senhor Manoel Boeira, presidente da Associação Quilombola do Limoeiro⁹³, na época. Representando o INCRA, estavam funcionários da Instituição responsáveis pela divisão de Quilombos e o senhor Mozart Dietrich, Superintendente Regional do INCRA Rio Grande do Sul, quem os recebeu.

Seria um ato público ...

No dia 27 de março de 2008, 7 horas da manhã, chegavam cerca de 40 pessoas em frente ao INCRA. Em sua maioria, moradores de comunidades remanescentes de quilombos. Enquanto preparavam os alimentos para o café, também discutiam sobre quem seriam os representantes participar da conversa com a Superintendência do INCRA. A atividade seria uma tomada do órgão governamental para reivindicar maior agilidade na titulação das terras remanescentes de quilombo. Por volta das 9h20 da manhã, o superintendente do INCRA, senhor Mozart, confirmou que receberia as lideranças que vieram para falar com ele. As lideranças estavam desde as 8h negociando uma possibilidade de encontro com o superintendente e se teria um horário naquele dia. Chegada a hora, os que vieram dos quilombos adentraram a sala junto a dois políticos e alguns representantes de entidades que ajudaram organizar a atividade. A sala era pequena, com uma mesa grande retangular que mal acomodou as lideranças quilombolas. A sala estava cheia. Havia quase 30 pessoas na sala, sentadas ao redor da mesa ou em pé, sendo alguns responsáveis de fazer o registro audiovisual do evento, como eu. O senhor Mozart posicionou-se em pé na ponta da mesa e iniciou a explicar seus horários e compromissos daquele dia, os quais, salientava, já tinham sido agendados com antecedência. Nesse momento, explicou que teria meia hora para ficar presente, mas que a reunião poderia seguir com seu representante em sua ausência.

⁹³ Essa comunidade quilombola, além de possuir uma proximidade física a Casca, possui muitos laços de parentesco com a mesma.

A recepção das lideranças quilombolas no espaço do INCRA foi de encontro aos propósitos das lideranças. No momento em que o senhor Mozart assume o gerenciamento dos turnos e a condução da interação em sua sala, transforma o “Ato público” em uma “reunião”, contrapondo-se ao que estava sendo proposto pelas lideranças quilombolas: um evento no qual fariam uma solicitação vigorosa contra a morosidade na atuação do Instituto no processo de titulação. Há uma sobreposição de uma forma de mediar a negociação, via linguagem, ou seja, transformando o ato reivindicação das lideranças em uma prática tradicional de interação do INCRA com outros movimentos sociais, uma reunião. Essa sobreposição na forma de organização do grupo reivindicante pode ser vista em termos de relações de poder estabelecidas por práticas de letramento dominantes (STREET, 2006; KLEIMAN, 1995), neste caso a reunião – prática de negociação do INCRA.

A segunda dimensão da análise é na estratégia de uso da escrita em negociações com os agentes externos. Nessas reuniões, os agentes externos sobrepõem uma forma de negociar às formas de interação propostas pelos quilombolas, o que acarreta impactos e efeitos para essas lideranças. A mudança na forma de usar a escrita é um deles. Na sequência do evento narrado na vinheta seguinte, exploro a tomada de turno do senhor Manoel ao fazer a leitura do documento.

A leitura do documento

Assim que concluíram as apresentações das pessoas presentes, senhor Mozart passou a palavra novamente a senhor Manoel para que expusessem a pauta do encontro. Manoel começou apresentando a comunidade de origem dos presentes e a si, como integrante de uma coordenação de seis comunidades quilombolas de três municípios da região do litoral, que tem se organizado para trabalhar entre “nós quilombolas”. Enquanto senhor Manoel falava, os demais em torno da mesa prestavam muita atenção, olhando em sua direção parecendo atentos a sua fala, alguns também faziam anotações. Ao expor as reivindicações, leu os objetivos do Ato redigido no documento e pronunciou as partes que se referiam à contextualização histórica das comunidades, contextos em que dispensava a leitura do documento e direcionava o olhar para Mozart.

Essa vinheta mostra um aspecto relevante sobre as estratégias argumentativas e interacionais que estão sendo criadas pelas lideranças quilombolas para interagir com os

agentes públicos, externos à comunidade, como forma de diminuir as assimetrias em seus encontros: a utilização de um documento escrito de reivindicação como um instrumento de legitimação do grupo. A leitura de um documento escrito, preparado pelas lideranças, com suas reivindicações a serem lidas no evento, era uma mudança na forma de usar a linguagem para dialogar com o INCRA. Nas observações de reuniões entre lideranças quilombolas em Casca, descritas na seção anterior, seus contatos eram geralmente mediados pela oralidade. Os integrantes da diretoria da Associação reivindicavam as demandas requeridas em nome do grupo, sem a necessidade de documentá-las. Nesse Ato, três lideranças de Casca estavam à mesa, senhor Quincas, senhor Alceu e dona Ilza, em frente ao senhor Mozart ao fundo da sala. Nas fotos que seguem (Fotos 6 e 7), há o registro visual da apresentação do documento realizada por senhor Manoel.



Foto 6. – Senhor Manoel lê a reivindicação das comunidades quilombolas.



Foto 7. – Senhor Manoel fala em nome das comunidades quilombolas do estado.

O senhor Manoel intercala a leitura do documento – quando destaca as reivindicações do grupo ao Superintendente (Foto 6) – com o direcionamento de olhar para as demais lideranças quilombolas, membros de seu grupo – quando fala da história das comunidades (Foto 7). Quando explica o porquê do ato reivindicatório e as experiências das comunidades do litoral, ele prescinde da leitura do documento, fortalecendo sua entonação

e olhando fixo para o superintendente, acompanhado pelas demais lideranças quilombolas que estão na atividade.

Ao discutir a autoria e autonomia na escrita de grupos minoritários de tradição basicamente oral, César (2006) afirma que para esses grupos “a apropriação da escrita e outras práticas discursivas contra a corrente do silenciamento historicamente determinado acentua o caráter descontínuo dessas práticas, levando-as a ‘falar por si mesmas’ e a produzir deslocamentos nas posições subalternas.” (p. 321). Nesse evento, o discurso das lideranças quilombolas apresenta duas rupturas: a primeira, ao expor suas reivindicações oralmente e por escrito ao agente do Estado, esses líderes instituem-se discursivamente como *quilombolas*; a segunda, ao reivindicar por escrito, eles rompem com uma prática de negociação oral com o INCRA e passam a usar o escrito para interagir em uma linguagem legitimada pela instituição. Justamente nessa estratégia de uso da escrita, pode ser percebido um foco de autonomia. Segundo a autora, a autonomia seria “uma meta localizada e contraditoriamente constituída no interior dos conflitos sociais, no processo de afirmação étnica e política dessas sociedades, coletivamente ou nos limites dos projetos pessoais dos diversos sujeitos que a constituem” (*ibidem*, p. 326). Esse documento, elaborado coletivamente, é usado como um instrumento de pressão, exatamente como a ata, na construção de uma autonomia coletiva dessas lideranças.

Além da escrita, o uso da palavra no seio desse encontro tenso demonstra estratégias das lideranças para a retomada do evento proposto, o Ato. Enquanto o senhor Manoel apresenta as demandas do grupo, ele também projeta uma identidade quilombola ao contar algumas histórias de racismo, nas quais expressa seu acento valorativo sobre a política de titulação em vigor. Além disso, critica essas políticas que, embora estejam contribuindo para o reconhecimento dos quilombolas, não avançam no processo de titulação das terras - “*o que eu to vendo é só pra se reconhecer que era negro, e tá só nisso*”. Depois de sua crítica, aloca o turno dos outros representantes quilombolas, ao perguntar se mais alguém dos quilombolas queria falar. Essas ações de narração e distribuição dos turnos realizados pelo senhor Manoel indicam que ele estava reassumindo a coordenação do evento.

Essa questão é abordada na terceira dimensão da análise: as identificações que emergem nesse evento. Ao assumir o turno, a senhora Dália, do quilombo do Areal da Baronesa, expõe os problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas urbanas. Neste segmento, transcrevi a sequência dessa interação – de um total de 20 minutos -, na qual se constroem discursos acerca de saberes sobre a leitura. O que quero destacar neste segmento é como, nesse jogo de reivindicações das lideranças frente aos agentes do Estado, discursos sobre os conhecimentos de leitura e escrita são acionados para deslegitimar essas lideranças. Nesse evento de letramento, busco detalhar a situação e entender a participação de outras formas de expressão que compõem a fala-em-interação, com destaque para a direção do olhar, a proximidade entre os corpos e os movimentos das mãos, por exemplo, que fazem parte da *fala em interação*.

Segmento 1 – É preciso saber mais para discutir bem a questão (18'15'' – 19'24'')

- | | | | |
|----|--------|---|------------------|
| 1 | Dália | sozinho não nós temos que ter respaldo de | |
| 2 | | alguém | |
| 3 | Mozart | antes de passar para o deputado Carrion não sei | ((olha para |
| 4 | | mais quem pediu | todos da mesa)) |
| 5 | | eu- eu queria dizer o seguinte gente- é- é- | |
| 6 | | eu acho que vocês tem muita coisa para dizer | |
| 7 | | para nós | |
| 8 | | eu tenho muita coisa para dizer para vocês | |
| 9 | | e este assunto ele é um assunto que não se | |
| 10 | | resolve assim numa reunião | |
| 11 | | eu estou aqui pensando ouvindo já já | |
| 12 | | são as duas primeiras intervenções | ((movimenta a |
| 13 | | esse é um universo de questões | mão na direção |
| 14 | | e que eu acho que vocês precisam se apropriar | de Manoel e |
| 15 | | disso aí tudo | Dália)) |
| 16 | | vocês precisam dominar essas coisas que | |
| 17 | | acontecem | |
| 18 | | saber tudo que acontece dentro do INCRA, | |
| 19 | | tudo que que tá acontecendo da legislação, | |
| 20 | | tudo que está acontecendo da- do lado daqueles | ((gesticula com |
| 21 | | que são contra vocês | as mãos olhando |
| 22 | | eu acho que vocês precisam disso tudo= | para Dália)) |
| 23 | | =e isso não é possível fazer em meia hora | ((Dália olha com |
| 24 | | de jeito nenhum | uma expressão de |
| 25 | | | seriedade |
| 26 | | | para Mozart)) |

Em sua análise das relações de poder no transcurso da interação, Van Dijk (2008) resalta três estratégias utilizadas para criar assimetrias na interação conversacional, todas elas utilizadas por Mozart: o controle ou domínio da troca de turnos, as estratégias de autoapresentação e o controle sobre a conversa ou o diálogo formal. De forma semelhante, Maher (1990) analisou uma reunião entre quatro lideranças indígenas, de diferentes nações acreanas, e uma representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ocorrida em outubro de 1987. Em sua análise interacional, focou a assimetria gerenciada nesta negociação a partir das noções de “compreensibilidade (L2)” e de “domínio do turno e do tópico”. A autora mostra como o controle na/da interação foi construído por parte da participante que representava a FUNAI a partir do monitoramento “de quem pôde dizer o quê, além de ter controlado em muito a compreensibilidade de sua fala por seus interlocutores” (p. 82), todos falantes de português como segunda língua (L2).

Bloome *et alli* (2005), ao explorarem como se constituem as relações de poder na linguagem de sala de aula e em eventos de letramento, apresentam uma perspectiva sobre o que é o *poder*⁹⁴, na qual estão envolvidas questões de polidez e cuidado (“*caretaking relations*”). Nessa compreensão de poder em interações que envolvem a escrita ou o ensino-aprendizagem desta, as relações podem ser estabelecidas com o outro (“power with”) ou sobre o outro (“power over”). Na primeira, o modelo de “poder com” é entendido como “um processo recíproco e multidimensional que envolve ação, esforços, realização, responsabilidade, respeito, autodeterminação para si, para a comunidade e outros, e responsividade”⁹⁵. Na segunda, o modelo de “poder sobre” é definido “com o nível superficial da polidez, da simpatia, ou ‘apenas sendo simpático’”⁹⁶, (*ibidem*, p. 165), desenvolvendo ações baseadas em assimetrias.

⁹⁴ Os autores apresentam mais duas abordagens: na primeira abordagem, o poder é como um produto, um objeto mensurável. E, nessa perspectiva, o letramento seria “um conjunto de habilidades, uma coleção de ferramentas para leitura e escrita” (*idem*, p. 160), o que o tornaria quantificável. Na segunda, o poder é entendido como um processo, dialógico e situado nas relações. O poder não seria mais um produto, mas sim estaria situado nas relações entre as pessoas e entre as instituições, e poderia ser mudado em diferentes situações. Para os fins desta análise, utilizo apenas a última abordagem proposta pelos autores.

⁹⁵ Tradução minha: “as a reciprocal and multidimensional process involving action, effort, achievement, accountability, respect, self-determination for self, community, and others, and responsiveness”.

⁹⁶ Tradução minha: “as surface-level politeness, sympathy, or ‘just being nice’”.

Neste segmento, as ações realizadas pelo participante Mozart resultam na instituição de uma assimetria em relação aos demais participantes, realizada ao tomar o turno, controlar a troca de turnos (não abrindo mão do seu turno) e controlar o diálogo formal, agindo como uma figura de autoridade, como um professor, que avalia a fala de todos e orienta-os sobre o que deveriam saber. Tanto no início de seu turno (linhas 3 a 5) quanto em seu final (linhas 21 a 23), Mozart tenta demonstrar interesse na demanda apresentada pelos presentes – *“um assunto que não se resolve assim numa reunião”*. No entanto, a assimetria é reinstaurada no turno em que ele reorienta o tópico unilateralmente *“eu tenho muita coisa para dizer para vocês”*, projetando uma identidade de orientador das lideranças sobre como se preparar para uma reunião e, com isso, promovendo um distanciamento entre ele – quem sabe – e os demais que *“precisam saber mais”*, justamente para dar conta do *“universo de questões”* que apresentaram.

Sua estratégia marca uma diferença entre os participantes – aqueles que dominam a linguagem jurídica e os processos de titulação e os que não dominam – e, conseqüentemente, cria a assimetria assentada no saber – aqueles que sabem e os que não sabem (ler ou ler bem), tendo em vista que *é preciso saber mais para discutir bem a questão*. No que se refere às práticas de letramento dominante, em sua fala, Mozart exige das lideranças quilombolas ações que estão em diálogo com discursos a respeito de saberes sobre a leitura – *apropriar-se, dominar, saber o que está acontecendo*, cobrando, assim, que as lideranças dominem textos da área em que trabalha. O uso da linguagem pelo representante institucional vincula as lideranças à categoria dos que “não sabem ler” ou, no mínimo, “não lêem bem”, pelas orientações sugeridas. Essas categorizações expressam pertencimentos e, no caso analisado, inserem as lideranças entre aqueles que desconhecem a legislação e a dinâmica da Instituição.

Esse processo de categorizações, perpassado por assimetrias instituídas entre os participantes, intensifica a constituição de relações de “poder sobre”, tendo em vista que Mozart, ao invés de responder as questões de sua responsabilidade institucional acionadas pelas intervenções e críticas feitas pelas lideranças quilombolas, acaba orientando de forma polida ao “vocês quilombolas” para que estudem mais a legislação e o funcionamento do INCRA.

Por um lado, este evento revela tanto em seu início (com a imposição de outra forma de negociar – uma reunião ao invés do Ato) quanto em sua finalização (com a instituição de assimetrias de quem sabe e quem não sabe ler) a violência simbólica sofrida por essas lideranças nessas zonas de contato com representantes estatais, que emergem no contexto de concretização de políticas afirmativas voltadas para as populações negras no país. Ainda que haja esforços entre vários participantes de dialogar com o Estado na busca de seus direitos, essas zonas refratam confrontos históricos.

Por outro lado, as lideranças quilombolas atuam com novas estratégias em sua negociação junto a esses representantes como forma de legitimação de suas demandas ao usar o escrito e formas de atuação política (Ato público). Registram sua atividade, planejam o Ato e apresentam-se ao INCRA com o documento produzido coletivamente. Para essa legitimação, os líderes tornam relevante a identidade quilombola ao interagir com o Estado, tanto na sua apresentação, quanto na reivindicação das demandas.

6. Considerações finais

O pano de fundo deste trabalho (e também seu horizonte) é a implementação de políticas afirmativas de caráter fundiário, voltadas para populações negras. Nesse marco, tive por objetivo analisar o processo gradual de empoderamento de lideranças quilombolas que, apoiadas tanto em práticas de letramento locais (as que já praticavam) quanto em práticas de letramento globais das instituições do poder, buscavam dialogar com o Estado em busca do direito por sua terra. Para isso, descrevi e analisei as práticas de letramento vivenciadas por lideranças da comunidade quilombola de Casca, considerando sua luta pela regularização fundiária.

O processo de titulação estava baseado na legislação das terras quilombolas, o artigo 68 da ADCT/CF 1988. Tendo em vista que o cenário atual de implementação de ações afirmativas para a população negra no Brasil constitui atores institucionais interessados em dialogar com as populações marginalizadas secularmente, meu interesse era entender por meio do *uso da linguagem* como esse processo se constituía.

Para isso, contextualizei a esfera de luta quilombola, descrevendo seus principais atores, e discuti as perspectivas que subsidiam este trabalho – a noção de linguagem bakhtiniana e os Estudos de Letramento, com especial atenção nos conceitos de gênero discursivo, evento, prática e agência de letramento. A partir das opções ético-político-metodológicas escolhidas, conduzi a observação das demandas do grupo participante da pesquisa – contar sua história – e busquei me aproximar dos significados atribuídos pelos sujeitos aos usos sociais de escrita. A partir das perguntas de pesquisa, analisei uma variedade de dados, como observações participantes, entrevistas semiestruturadas, textos escritos produzidos na comunidade e interações face a face.

A experiência dos participantes da Associação Comunitária Dona Quitéria evidencia que os movimentos populares organizados apresentam um potencial de agência

de letramento. A partir da atividade política na Associação, os participantes somaram às suas funções administrativas e documentais uma função (in)formativa, desenvolvida por meio das atividades da biblioteca e, principalmente, da oferta do curso de alfabetização, corroborando esse potencial formativo de movimentos sociais populares já apontado em muitos trabalhos (RATTO, 1995; KLEIMAN, 1998; CAMPOS, 2003; SOUZA, 2009). No trabalho de Souza (2009), por exemplo, os *rappers* agenciam as práticas de letramento escolares para os fins das atividades e objetivos do movimento Hip Hop. Esse agenciamento revela que o Hip Hop atua como uma agência de letramento, quando permite a emergência de um conjunto de práticas que servem às necessidades do grupo no qual estão inseridos, o que a autora nomeia *letramentos de reexistência*.

Na comunidade deste estudo, o processo de apropriação dos escritos ao longo da titulação também aponta para estratégias de *reexistência* dessas lideranças frente às dificuldades para o acesso ao título de sua terra. Essa experiência de regularização fundiária, vista a partir das práticas de letramento, indicava que havia um processo concomitante: a apropriação de uma nova categoria política, em outras palavras, um processo de *tornar-se quilombola*. Ao examinar as práticas de letramento decorrentes do processo de contato durante a regularização do território de Casca, foi perceptível que a mudança em práticas de escrita das lideranças estava imbricada em mudanças identitárias nos sujeitos envolvidos. Ambos – identidade e escrita – decorriam, em parte, do embate com o sistema burocrático exigido para dialogar com o Estado.

No que se refere aos escritos, o foco na análise dos cadernos era mostrar quais mudanças ocorreram, em meio às disputas políticas, e como os sujeitos respondiam em seus registros às novas atividades. No exame das atas, busquei mostrar como esse gênero imposto pela instituição da Associação passou a servir também aos interesses locais. Meu principal foco foi a Associação Comunitária, que mostrou ser um marco para o processo de titulação de terras e de emergência e mudanças nos usos da escrita na comunidade.

Os eventos e gêneros, no âmbito da Associação, revelaram-na como um espaço que viabilizou a comunicação do grupo com representantes de diferentes instituições governamentais e políticas que possuíam práticas de letramento (burocráticas de prestígio) muito distintas das práticas locais do cotidiano quilombola (vernaculares). A análise propôs

que as estratégias de diálogo com o Estado repercutiram em: i) os caderninhos, que inscreviam os gêneros discursivos autogerados que circulavam no cotidiano local, passaram a inscrever gêneros da esfera de luta quilombola; ii) as atas, um gênero que foi inserido em resposta à exigência (da entidade jurídica) da burocracia estatal, passaram a ser constituintes das práticas de letramento da comunidade na esfera quilombola. Nos encontros institucionais de que participaram as lideranças quilombolas, estratégias de uso da escrita foram criadas para lidar com os conflitos vivenciados nessas zonas de contato, nas quais tentavam dialogar com o Estado na busca de seus direitos. Apesar das violências simbólicas que sofriam, as lideranças constituíram estratégias de legitimação frente aos representantes estatais, como o uso da leitura de suas reivindicações documentadas, no âmbito de um Ato, idealizado e planejado pelas lideranças, para resistir e cobrar seus direitos.

Em síntese, busquei analisar criticamente os conflitos por meio das práticas de letramento. No conjunto das análises, os dados se coadunam para mostrar como os conflitos constituem-se ao longo do processo de regularização do território, cenário bem mais complexo do que parecia no início da pesquisa, pelas questões de poder e identidade reveladas.

O avanço nesta pesquisa, em relação ao trabalho de iniciação científica, foi aprofundar a investigação, analisando cenários de uso da linguagem para entender o processo de luta pela terra na comunidade de Casca. Nesta dissertação, ilustro um momento dessa longa história de embate, mas ainda há muitas questões que surgiram e outras várias ficaram sem respostas. Por isso, sintetizo aqui algumas contribuições deste trabalho, as quais ainda são um espaço fértil para futuras investigações.

Para os *ativistas sociais*, uma interpretação dos conflitos vivenciados pelos quilombolas pode “des-cobrir” algumas estratégias de usos da linguagem para entendê-las de forma consciente ao usá-las no contato com as lideranças de comunidades com as quais trabalham. Para os *representantes de instituições públicas* que trabalham diretamente com políticas para a população negra, entender como se dão suas interações com esses sujeitos (nesse contexto de política afirmativa) pode contribuir para perceberem a relevância das

práticas de linguagem para efetivar (ou não) um diálogo mais simétrico com os sujeitos alvo da política.

No campo da educação, para *os pesquisadores*, ainda há muitos fios de diálogo entre a perspectiva bakhtiniana e da Sociolinguística Interacional que vale o investimento de novas investigações. Além disso, analisar com mais afinco práticas de letramento vernaculares que passam a entrar em conflito com a burocratização estatal no acesso a direitos, adensando as reflexões sobre identidade. Para o público com quem mais quero dialogar, os *professores*, entendo que estudos de cunho etnográfico como este, sobre realidades de populações marginalizadas no discurso escolar, possam ser “traduzidos” para práticas pedagógicas com a finalidade de contribuir para a aplicação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08, que obriga a implementação de um currículo multicultural na escola. Isso porque, ao reconhecer as práticas de letramento locais, poderíamos ter melhores respostas às necessidades e às preocupações de uma determinada comunidade e, assim, garantir que essas práticas sejam “preservadas”⁹⁷ tanto pelos valores culturais que elas representam, como por seu papel na sustentação de identidades de seus usuários” (KLEIMAN, 2006, p. 269).

Para a *comunidade de Casca*, espero que nossos diálogos posteriores a este trabalho possam gerar uma restituição consoante a seus interesses. Meu intento com a escrita desta dissertação foi de romper alguns silenciamentos sobre a história da população negra no sul do Brasil ao mostrar outras histórias que historicamente foram invisibilizadas. Se com essa história produzirmos algum deslocamento, esse intento foi alcançado.

⁹⁷ A concepção de práticas preservadas aqui não está orientada para uma noção de fixidez da cultura, mas sim para o objetivo de valorização e legitimação dessas práticas de grupos marginalizados e/ou minoritários frente a outras práticas de letramento hegemônicas.

Referências

ALMEIDA, Alexandre. **Construindo contextos:** a produção de identidades masculinas na fala-em-interação. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. A noção de relevância sequencial: construindo identidades masculinas na sala de aula. In: LUDWIG, Letícia; JUNG, Neiva Maria. **Análises de fala-em-interação institucional:** a perspectiva da análise da conversa etnometodológica. Campinas: Mercado de Letras, 2009. pp. 45-70.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 25-80.

ALMEIDA, Elvina P. R. Identidade étnica e práticas de letramento: análise das Atas da Associação Quilombola de Araçá-Cariacá. Texto apresentado no **I Congresso de Linguística Histórica**, Salvador/Bahia, junho de 2009.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANJOS, José Carlos; SILVA, Paulo Sérgio. A rede quilombola como espaço de atuação política. In: NEVES, Delma Pessanha. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. 1. ed. v. 01. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 155-172.

ANJOS; José Carlos dos; SILVA, Sérgio Batista (org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Maná**, 3(2), 1997, pp. 7-38.

_____. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. [Volochinov]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Ed. 7. Hucitec: São Paulo, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Maritns Fontes, 2003. pp. 261-306.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAR, Philippe; STREIFF-

PENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. pp. 185-228.

BARTON, David; HAMILTON, Mary. Literacy practices. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary & IVANIC, Roz (Orgs.). **Situated literacies**. London: Routledge, 2000. pp.07-15.

_____. La literacidad entendida como práctica social. In: ZAVALA, Virginia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patrícia. **Escritura y sociedad. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas**. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004. pp. 109-139.

BATISTA, Antônio; RIBEIRO, Vera. Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. **Educação e Realidade**, Porto Alegre. v. 29, n. 2, p. 89-124, dez., 2004.

BERNARDINO, Joaze. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. pp. 15-38.

BLOOME, David *et alli*. **Discourse analysis and the study of classroom language and literacy events: a microethnographic perspective**. New Jersey: Laurence E. Associates, 2005.

BORGES, Suety Lúbia Alves. **Letramento, gênero e raça na (re)construção de identidades de mulheres negras**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, 2007.

BUNZEN, Clécio. **Livro didático de Língua Portuguesa: um gênero do discurso**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. **Dinâmicas discursivas na aula de português: os usos do livro didático e projetos didáticos autorais**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

CAMPOS, Samuel. P. **Práticas de letramento no meio rural brasileiro: a influência do movimento sem terra em escola pública de assentamento de reforma agrária**. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

CÂNDIDO, Renata Roveri. **Alunos de uma escola em um bairro rural: identidades e representações em jogo**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em

Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CAVALCANTI, Marilda C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em Linguística Aplicada: implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma lingüística indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. pp. 233-252.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CENTENO, Lúcio Domingues. **Multiculturalismo em Ação**: o laboratório da política de regularização dos territórios quilombolas no Rio Grande do Sul. 2009. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CÉSAR, América L. “Focos de autonomia”: uma tentativa de redefinição política e localizada da autoria. In: MOTA, Kátia; SCHEYERL, Denise (orgs.). **Espaços lingüísticos**: resistências e expansões. Salvador: EDUFBA, 2006. pp. 286-311.

CÉSAR, América L.; CAVALCANTI, Marilda C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, Marilda C.; BORTONIRICARDO, Stella Maris (org.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. pp. 45-66.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CLARK, H. H. O uso da linguagem. Org. Trad. de P. M. Garcez. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, Instituto de Letras/UFRGS, v. 9, 2000. pp. 49-71.

COLLINS, James; BLOT, Richard. **Literacy and literacies**. Text, power and identity. CUP: Cambridge, 2003.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. 2.ed. Trad. de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DIEESE/NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Estatísticas do meio rural**. São Paulo: DIEESE, 2006.

DURANTI, Alessandro. **Antropología lingüística**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005. pp. 114-135.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GALVÃO, Ana Maria. Leitura: algo que se transmite entre as gerações? In: RIBEIRO, Vera Magasão (org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Ação Educativa, Global editora, Instituto Paulo Montenegro, 2003. pp. 125-153.

GARCEZ, Pedro M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, L.P.; BASTOS, L.C. (org.). **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. pp. 83-95.

_____. Microethnography in the classroom. In: KING, K.; HORNBERGER, Nancy (org.). **Encyclopedia of language and education**. 2.ed., vol. 10. Research Methods in Language and Education, 2008. pp. 257-272.

_____. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, Letícia Ludwig; JUNG, Neiva Maria (Org.). **Fala-em-interação social: uma introdução à Análise da Conversa Etnometodológica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009, v. 1, p. 17-38.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (org.). **Sociolinguística Interacional**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. pp. 13-20.

GOODY, Jack. **Cultura escrita en sociedades tradicionales**. Barcelona: Gedisa, 1996.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Terra de Pretos. Terra de Mulheres**. Terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Fim dos territórios ou novas territorialidades. In: MOITA LOPES, L.P.; BASTOS, L.C. (org.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. pp. 29-51

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005 [1987].

_____. A questão multicultural. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 49-94.

HASENBALG, Carlos A., SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-91, maio 1990.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Eventos e conjuntura de letramento: a vila de Itapoã e os alfabetizando do grupo atuante de mulheres**. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

HEATH, Shirley B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. **Language and Society**, (11), p. 49-76, 1982.

_____. El valor de la lectura de cuentos infantiles a la hora de dormir: habilidades narrativas en el hogar y en la escuela. In: ZAVALA, Virginia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patrícia. **Escritura y sociedad**. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004. pp. 143-180.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília: INEP, 2001.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, ano 3, junho/dez/1995. pp. 464-478.

JUNG, Neiva Maria. **Identidades sociais na escola: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngüe**. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____. **A (re)produção de identidades sociais na comunidade e na escola**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

JUNG, Neiva Maria; GARCEZ, Pedro M. Além do repertório lingüístico: aspectos simbólicos diversos na construção da identidade étnico-lingüística alemã na escola de comunidade rural multilíngüe. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Org.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. pp. 97-122.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995. pp. 15-61.

_____. A construção de identidades em sala de aula: um enfoque interacional. In: SIGNORINI, Ines. (org.). **Língua(gem) e identidade**. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998a. pp. 267-302.

_____. Schooling, Literacy and Social Change: Elements for a critical approach to the study of literacy. In: OLIVEIRA, M. K.; VALSINER, J. (eds.) **Literacy in Human Development**. London: Ablex Publications, 1998b. pp. 183-225.

_____. Letramento e formação do professor: Quais as práticas e exigências no local de trabalho? In: _____. **A formação do professor: perspectivas da Lingüística Aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. pp. 39-68.

_____. A interface de questões éticas e metodológicas na pesquisa em Linguística Aplicada. In: SILVA, Denize Elena G.; VIEIRA, Josênia A. (org.). **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: UnB, Oficina Editorial do Instituto de Letras, Editora Plano, 2002. pp. 182-202.

_____. As metáforas conceituais na educação lingüística do professor: índices da transformação de saberes na interação. In: KLEIMAN, Angela B.; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (org.). **Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. pp. 203-228.

_____. Processos identitários na formação profissional. O professor como agente de letramento. In: CORRÊA, Manoel L. G.; BOCH, Françoise (org.). **Ensino de língua: representação e letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. pp. 75-91.

KLEIMAN, A. B. e MATENCIO, M.L.M. (orgs.) **Letramento e Formação do professor**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**. As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

_____. As práticas ordinárias de escrita em ação. In: _____. **Homem Plural**. Os determinantes da ação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. p. 116-141.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 13.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura *et alli*. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996. pp. 37-53.

_____. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-150, maio de 1999.

_____. **O Legado do Testamento**. A comunidade de Casca em Perícia. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul**: trabalho, resistência e sociedade. 3.ed.rev.atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MAHER, Terezinha Machado. **Já que é preciso falar com os doutores de Brasília...**: subsídios para o planejamento de um curso de português oral em contexto indígena. 1990. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

_____. Sendo índio em português... In: SIGNORINI, Ines. (org.). **Língua(gem) e identidade**. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. pp. 115-138.

MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Escola, práticas pedagógicas e relações raciais: a comunidade remanescente de quilombo de São Miguel. In: **Cadernos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação**, ANPED, 2001.

MELLO, Marcelo Moura. **Caminhos criativos da história: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **D.E.L.T.A.**, Vol. 10, n. 2, 1994, pp. 329-338.

MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma lingüística indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MONDADA, Lorenza. A entrevista como acontecimento interacional. Abordagem lingüística e conversacional. **Rua**, Campinas, v. 1, n. 3, março de 1997. pp. 3-59.

MORAIS, Christianni. C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36, set./dez. 2007. pp. 493-504.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. RJ: Ed. Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NIÑO-MURCIA, Mercedes. “Papelito manda”: la literacidad en una comunidad campesina de Huarochirí. In: ZAVALA, Virginia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patrícia. **Escritura y sociedad**. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004. pp. 347-366.

_____. The Roots and the Growth of Women’s Writing in a Peruvian Village. In: KAUSHIK BASU, Bryan Maddox; ROBINSON-PANT, Anna. (org.). **Interdisciplinary approaches to literacy and development**. London: Routledge, 2009. pp. 145-164.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Letramento, cultura e modalidades de pensamento. In: KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

PANTALEÓN, Jorge. **Entre la carta y el formulario**: política y técnica en el desarrollo social. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

PEREIRA, Ivani Aparecida. **A oralidade letrada de lideranças não escolarizadas**. 1997. 270 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os remanescentes de quilombolas na região do Tocantins (PA): história, cultura, educação e lutas por melhores condições de vida. In: BRAGA, Maria Lúcia; SOUZA, Edileuza P. de; PINTO, Ana F. M. (org.). **Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola**. Brasília: MEC, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. Foucault e as Constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram como os nossos excluídos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 24, nº 2 jul/dez de 1999, pp. 33-58.

PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: _____. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Tradução de Jézio H. B. Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999 [1992].

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. SP: Editora Brasiliense S.A., 1985 [1984].

RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

REDDY, M. J. A metáfora do conduto: um caso de conflito de enquadramento na nossa linguagem sobre a linguagem. Trad. I. Holsbach, F. B. Gonçalves, M. Migliavacca & P. M. Garcez. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, Instituto de Letras/UFRGS, v. 9, 2000. pp. 5-47.

REIS, Maria Clareth G. Escola e contexto social: a identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo. In: **Cadernos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação**, ANPED, 2001.

RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (org.). **Sociolinguística Interacional**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. pp. 152-183.

RODRIGUES, Vera. **“De gente da Barragem” a “Quilombo da Anastácia”**: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. pp. 184-207

_____. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

SANSONE, Lívio. Introdução. Um paradoxo afro-latino? Marcadores étnicos “ambíguos”, divisões nítidas de classe e uma cultura negra vivaz. In: _____. **Negritude sem etnicidade**. O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador/Rio de Janeiro: EdUFBA/Pallas, 2004. pp. 9-36.

SIGNORINI, Ines. (Des)construindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: _____ (org.). **Língua(gem) e identidade**. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. pp. 139-171.

_____. “A letra dá vida mas também pode matá”. Os *sem leitura* diante da escrita. In: **Leitura: teoria e prática**, ano 13, n. 24, dez. 1994.

SIGNORINI, Ines; CAVALCANTI, Marilda C. **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, Paulo Sérgio. **Políticas públicas e mediação na comunidade remanescente de quilombos de Casca – Mostardas, RS**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SILVA JUNIOR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SITO, Luanda. *Tudo tem que estar na ata*. Um estudo sobre letramento numa comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, XVIII, 2006a, Porto Alegre. **Anais do XVIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS. 1 CD-ROM.

_____. **A Associação comunitária como agência de letramento de uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul**. 2006. Monografia de Conclusão do Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006b.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org). **Letramento no Brasil**. Reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, Global editora, Instituto Paulo Montenegro, 2003. pp. 89-113.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência:** culturas e identidades no movimento Hip Hop. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SHERIFF, Robin E. **Dreaming Equality:** color, race, and racism in Urban Brazil. Londres: Rutgers University Press, 2001.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. Introduction: the New Literacy Studies. In: STREET, Brian (org.). **Cross-cultural approaches to literacy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. **Social literacies:** critical approaches to literacy in development, ethnography and education. New York: Longman Publishing, 1995.

_____. Introduction. In: STREET, Brian (org.). **Literacy and development.** Ethnographic perspectives. London: Routledge, 2001.

_____. Perspectivas interculturais sobre letramento. **Filologia lingüística portuguesa**, n. 8, p. 465-488, 2006.

TCHOUGOUNNIKOV, Serguei. Por uma arqueologia dos conceitos do Círculo de Bakhtin: ideologia, signo ideológico, dialogismo. In: ZANDWAIS, Ana (org.). **Mikhail Bakhtin:** contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005.

TERZI, Sylvia B. **A construção da escrita:** uma experiência com crianças de meios iletrados. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó:** a África no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

VÓVIO, Claudia Lemos; SOUZA, Ana Lúcia Silva. Desafios metodológicos em pesquisas sobre letramento. In: KLEIMAN, Angela B.; MATENCIO, Maria de Lourdes M.

Letramento e formação do professor. Práticas discursivas, representações e construção do saber. SP: Mercado de Letras, 2005. pp. 41-64.

WINKIN, Y. O telégrafo e a orquestra. In: SAMAIN, E. (Org.). **A nova comunicação:** da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998. pp. 21-34.

ZAVALA, Virginia. **(Des)encuentros con la escritura.** Escuela y comunidad en los Andes peruanos. Lima: Red para el Desarrollo de las ciencias Sociales en el Perú, 2002.

_____. “*Quem está dizendo isso?*”: letramento acadêmico, identidade e poder no ensino superior. In: VÓVIO, Cláudia; SITO, Luanda; DE GRANDE, Paula (org.). **LetramentoS:** rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, no prelo.

Anexos

ANEXO 1: Roteiro de entrevista

1. Possíveis ações que envolvam escrita:
 - i. Atividades ligadas à escola: leitura de livros solicitados por professores, tarefas da escola, livros didáticos...
 - ii. Atividades ligadas à casa: televisão, vídeo, contar/ouvir histórias, brincadeiras com papel e caneta, faz de conta, canções, cartas, leitura de receitas, bulas, lista de compras, documentos de Casca, fotos antigas....
 - iii. Atividades que interajam com o exterior da comunidade: viagem, aluguel caminhão, atendimento médico, financiamentos e/ou transações bancárias, comércio, igreja, agendamento de atividades, reuniões, Associação, eventos no poder público.

Pergunta chave do trabalho: * *Como é seu dia-dia aqui em Casca?*

a) Tópico: Viagem

A sra./o sr. sai muito de Casca? O que mais te chama a atenção? Quais diferenças vê entre o local e Casca? Vai de ônibus? Lembra de alguma experiência que tenha te marcado mais? (loais que vai, tempo que fica, por que vai/motivos, com quem vai, como vai e se locomove no local de destino, diferenças os outros locais e Casca, como chegou em Casca)

b) Tópico: Aluguel/financiamento

Como faz para alugar as máquinas de trabalho/pedir financiamento? Onde costuma fazer? Através da Associação? preços, marcas, papelada para assinar... Quem da comunidade faz esse tipo de negócio?... (onde, como, questões que mais levanta sobre isso, exemplos do documento)

c) Tópico: escola

Matérias que gosta. Como é a escola? Como vai até lá? Há reuniões com os pais/eles vão? Realizam exercícios da escola em casa? (tratamento dos professores, histórico da escola, o que pensam sobre a educação formal, como se sentem na escola, que relações vêm com a comunidade, concepções de leitura; o que lêem, gostam...)

d) Tópico: casa

Assiste à TV/tem vídeo? O que faz durante as reuniões? Brincam de quê? Tem fotos (cartas) de família? Histórias que gosta. Lembra de alguma história (gravar/atenção especial para as narrativas)? Como acharam mesmo os documentos do testamento?

(relações familiares, materiais que veiculem escrita, eventos de letramento no ambiente familiar)

e) Tópico: saúde

Onde consultam? Como faz para marcar? Como vão até lá? Que especialidade médica mais consulta? Descrição do posto. Possibilidade de ter um posto na comunidade: como buscar esse direito? Compram remédio? Usam chás também? Há curandeira ou benzedeira por aqui?

(ver a possibilidade de escrita nas interações no posto médico)

f) Tópico: compras

Onde fazem as compras? Como é esse momento? O que buscam fora daqui? Como é este outro mercado? Fazem compras em Porto Alegre? Por quê? Como sabem o que vão comprar: vê na hora ou vai guardando em algum lugar? Quem faz compra da casa?...

(onde compram, como, escolha do local, quem compra, marcas que usam, pesquisa de preços...)

h) Tópico: reuniões

Como fazem para trazer as informações das reuniões para a comunidade? Como espalhar a informação/notícia? A Associação possui muitos documentos?

(possível ligar aos temas viagens ou Associação, tópico pertinente à diretoria, ver como guardam e nomeiam a documentação, como se processa a interação com ela. Aqui também entraria o bar e a igreja)

i) Tópico: professores e práticas pedagógicas:

De onde é o público da escola? Como constrói seu plano de aula? Trabalham com projetos? Há atividades extra-curriculares, como passeios? Onde vão? O que acha fundamental na aula de língua/história/geografia...? Conhecem uma comunidade chamada Casca? Possuiu alunos da comunidade? Já trabalhou em sala de aula com algum tópico referente à comunidade? Utilizou/aria como recurso pedagógico o laudo ou as informações que possui sobre Casca?

ANEXO 2: Roteiro de entrevista para complementação de campo (2009)

Testamento

1. O testamento parece ser um documento bem importante para a comunidade. O (a) senhor(a) já viu alguma vez o documento? Sua família já guardou o testamento?
2. O (a) senhor(a) participou da construção da AC? Como?
3. O(a) senhor(a) lembra se o testamento já foi lido na AC?

Ata

1. Tem sido importante para vocês registrarem as reuniões? Por quê?
2. Como vocês, na comunidade, vem fazendo para registrar o que é dito nas reuniões?
3. Como é feito? É escrito ou gravado na hora? As pessoas buscam depois? Quem cuida do caderno de atas ou gravações?

Agenda → “caderninho”

1. Vocês têm tido muitas atividades em função da luta quilombola nos últimos tempos?
2. Poderia falar um pouco sobre essas atividades?
3. E como vocês fazem para se organizar? Poderia olhar o material (se houver)?
4. E o “caderninho”, o(a) senhor(a) tem usado?

ANEXO 3: Decreto federal referente à regularização fundiária

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Art. 4º Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o

INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

Art. 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6º Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 7º O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;

II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;

III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e

IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1º A publicação do edital será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.

§ 2º O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da área delimitada.

Art. 8º Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

Art. 9º Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificações a que se refere o art. 7º, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de titulação da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 10. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do

Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

Art. 12. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

§ 1º Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editalícias do art. 7º efeitos de comunicação prévia.

§ 2º O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Art. 15. Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.

Art. 16. Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição.

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 19. Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministérios:

- a) da Justiça;
- c) do Trabalho e Emprego;
- e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- g) da Defesa;
- i) da Cultura;
- k) do Desenvolvimento Agrário;
- m) do Esporte;
- o) do Turismo;
- b) da Educação;
- d) da Saúde;
- f) das Comunicações;
- h) da Integração Nacional;
- j) do Meio Ambiente;
- l) da Assistência Social;
- n) da Previdência Social;
- p) das Cidades;

III - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

IV - Secretarias Especiais da Presidência da República:

- a) de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- b) de Aquicultura e Pesca; e
- c) dos Direitos Humanos.

§ 1º O Comitê Gestor será coordenado pelo representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 2º Os representantes do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a IV e designados pelo Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 3º A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 20. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura.

Art. 21. As disposições contidas neste Decreto incidem sobre os procedimentos administrativos de reconhecimento em andamento, em qualquer fase em que se encontrem.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares e o INCRA estabelecerão regras de transição para a transferência dos processos administrativos e judiciais anteriores à publicação deste Decreto.

Art. 22. A expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pelo INCRA far-se-ão sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área.

Parágrafo único. O INCRA realizará o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos em formulários específicos que respeitem suas características econômicas e culturais.

Art. 23. As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revoga-se o Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001.

Brasília, 20 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Gil

Miguel Soldatelli Rossetto

José Dirceu de Oliveira e Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.11.2003

ANEXO 4: Lei estadual referente à regularização fundiária

LEI Nº 11.731, DE 09 DE JANEIRO DE 2002.

Dispõe sobre a regularização
fundiária de áreas ocupadas por
remanescentes de comunidades de
quilombos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras no Estado do Rio Grande do Sul será reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Poder Público emitir-lhes os títulos respectivos e providenciar seu registro no Registro de Imóveis correspondente.

Parágrafo único - O Poder Público indenizará, na forma da lei, as pessoas e comunidades que venham a ser atingidas pela implementação do direito previsto neste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 09 de janeiro de 2002.

ANEXO 5: Decreto estadual referente à regularização fundiária

DECRETO Nº 41.498, DE 25 DE MARÇO DE 2002.

(D.O. de 26/03/02)

Dispõe sobre o procedimento administrativo de reconhecimento, demarcação e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos do Estado do Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.731, de 9 de janeiro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - O Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e do Gabinete da Reforma Agrária, fará a identificação, a delimitação, o reconhecimento, a regularização fundiária, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das áreas ocupadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos, em conformidade com o determinado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e pela Lei nº 11.731, de 9 de janeiro de 2002.

Parágrafo único - O procedimento administrativo a que se refere este artigo será iniciado por ato do Secretário de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, com base em requerimento das comunidades remanescentes de quilombos, ou de quaisquer interessados.

Art. 2º - As Comunidades Remanescentes de Quilombos serão identificadas a partir de critérios de auto-identificação e dados antropológicos, históricos, jurídicos, sociais, econômicos, geográficos e ambientais, escritos e/ou orais, sistematizados em Relatório Técnico-Científico elaborado no âmbito da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

Parágrafo único - O Relatório Técnico-Científico conterá:

I - identificação dos aspectos étnicos, históricos, culturais, sócio-econômicos e demográficos da comunidade;

II - estudos complementares de natureza ambiental e de etno-sustentabilidade;

III - delimitação das terras, sua cartografia e memorial descritivo;

IV - parecer jurídico;

V - levantamento dos títulos e registros incidentes sobre as terras e a respectiva cadeia dominial.

Art. 3º - Os limites das áreas ocupadas serão definidos de acordo com a territorialidade indicada pelos remanescentes de comunidades de quilombos, que levarão em consideração os espaços de moradia, exploração econômica, social, cultural e os destinados aos cultos religiosos e ao lazer, garantindo-se as terras necessárias à sua reprodução física e sociocultural.

Art. 4º - Compete à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social remeter o Relatório Técnico-Científico, no prazo de 30 (trinta) dias da sua conclusão, aos seguintes Órgãos, para manifestação:

I - Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos - SARH -;

II - Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM -;

- III - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN -;
- IV - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -
- V - Fundação Cultural Palmares - FCP -;
- VI - Fundação Nacional do Índio - FUNAI -;
- VII - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA -;
- VIII - Secretaria do Patrimônio da União - SPU -.

Parágrafo único - Decorrido o prazo estipulado no caput, a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, no prazo de 60 (sessenta) dias, elaborará Parecer Conclusivo e o fará publicar no Diário Oficial do Estado, em forma de extrato e com o respectivo memorial descritivo das terras, e declarará, mediante Portaria, o reconhecimento da área como Área de Comunidade Remanescente de Quilombo, determinando a sua demarcação.

Art. 5º - Para a realização de Relatórios Técnico-Científicos e de Pareceres Conclusivos a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social poderá estabelecer convênios e parcerias com outros Órgãos públicos ou privados, especialmente com instituições de ensino e pesquisa.

Art. 6º - Havendo domínios, posses e benfeitorias de boa fé incidentes sobre as áreas definidas como áreas remanescentes de quilombos, estas deverão ser indenizadas.

§ 1º - Concluída a retirada dos ocupantes não quilombolas, o Gabinete da Reforma Agrária iniciará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a demarcação física das terras das comunidades remanescentes de quilombos, que será homologada mediante Decreto.

§ 2º - Após a publicação do Decreto de homologação, o Gabinete da Reforma Agrária conferirá a titulação das terras demarcadas conforme apontamento do Relatório Técnico-Científico, garantindo cláusulas de inalienabilidade, e promovendo a transcrição no cartório de registro de imóveis correspondente.

Art. 7º - Será garantida à comunidade remanescente de quilombo a participação em todas as etapas do procedimento administrativo.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 25 de março de 2002.

OLÍVIO DUTRA,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se
Deputado Estadual FLÁVIO KOUTZII,
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil.